

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL – DINTER USCS/IMED**

Naira Elizabete Barbacovi

**GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM PORTO ALEGRE (RS): um
estudo a partir do Programa Cidades Sustentáveis**

**São Caetano do Sul
2018**

NAIRA ELIZABETE BARBACOVİ

GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM PORTO ALEGRE (RS): um estudo a partir do Programa Cidades Sustentáveis

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Municipal de São Caetano do Sul como requisito para a obtenção do título de Doutora em Administração.

Área de concentração: Gestão e Regionalidade

Orientadora: Profa. Dra. Raquel da Silva Pereira

**São Caetano do Sul
2018**

BARBACOVİ, Naira Elizabete

Gestão para a sustentabilidade em Porto Alegre (RS): um estudo a partir do Programa Cidades Sustentáveis/Naira Elizabete Barbacovi. – São Caetano do Sul: USCS / Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2018.

194f. il.

Orientador: Prof^a. Dra. Raquel da Silva Pereira

Tese (Doutorado) – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2018.

1. Cidades Sustentáveis 2. Gestão Urbana 3. Planejamento Urbano 4. Porto Alegre I Pereira, Raquel da Silva II. USCS – Programa de Pós-Graduação em Administração III. Título

Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul

Prof. Dr. Marcos Sidnei Bassi

Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Prof^a. Dra. Maria do Carmo Romeiro

Gestora do Programa de Pós-graduação em Administração

Prof^a. Dra. Raquel da Silva Pereira

Tese defendida e aprovada em 08/02/2018 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof^a. Dra. Raquel da Silva Pereira

Prof. Dr. Luis Paulo Bresciani (USCS)

Prof^a. Dra. Isabel Cristina dos Santos (USCS)

Prof. Dr. Vitor Francisco Dalla Corte (IMED)

Prof. Dr. Celso Machado Junior (FMU)

Dedicatória

*Dedico este trabalho aos meus queridos pais Odir e Oliva,
que sempre me incentivaram, apoiaram-me e acreditaram
que eu seria capaz.... Amo vocês!*

*Dedico a meu namorado, amigo, companheiro Albino, por
todo apoio, carinho, incentivo, companheirismo,
compreensão e constante troca de conhecimento.*

Agradecimentos

A Deus pela vida.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Raquel da Silva Pereira pela amizade, oportunidade, ensinamentos e confiança durante toda a caminhada.

À Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) pelo acolhimento no Programa.

Aos Docentes do Dinter USCS-IMED, pelo conhecimento compartilhado.

Aos colegas do doutorado pela amizade, em especial, à Débora pela troca de e experiências e por todo incentivo.

À minha querida irmã Nádia, pelo apoio e constante troca de vivências.

A Porto Alegre, em nome dos gestores, professores, instituições, empresas e líder comunitária por terem aceito participar do estudo, a colaboração de vocês foi essencial!

Aos amigos, colegas de trabalho por tudo.

“Por vezes, sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota” (Madre Teresa de Calcuta).

RESUMO

BARBACOVİ, Naira E. **GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM PORTO ALEGRE (RS): um estudo a partir do Programa Cidades Sustentáveis.** Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, SP, 2018.

A sustentabilidade urbana é um tema recente e que carece de muitos estudos. Para uma cidade ser sustentável, faz-se necessário um planejamento urbano que contemple as dimensões social, econômica e ambiental, bem como, a participação dos diversos *stakeholders* no processo de planejamento e implantação das ações. Este estudo teve como objetivo geral analisar as contribuições que o Programa Cidades Sustentáveis (PCS) proporcionou para o município de Porto Alegre em relação a sustentabilidade urbana, no período entre 2013-2016. Com relação aos procedimentos metodológicos, o estudo classifica-se como exploratório e descritivo, em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, sendo que as técnicas de coleta de dados se deram por meio de análise documental, entrevistas e observação não-participante. Foram realizadas 22 entrevistas, com diferentes *stakeholders*, gestores, secretários, instituições/ONGS, empresas, professores e associação de moradores. Estas três formas de coleta de dados permitiram fazer a triangulação das informações, garantindo maior confiabilidade à pesquisa. O tratamento dos dados se deu por meio de análise de conteúdo. Como resultados, constatou-se que Porto Alegre se comprometeu com 40 indicadores do PCS, os quais estão distribuídos em 9 eixos de atuação. Dos 9 eixos, apenas o Eixo Cultura para a Sustentabilidade não atualizou os indicadores, não podendo inferir se houve avanços. De acordo com as entrevistas, os gestores se mostraram comprometidos com o PCS, ressaltando o compromisso dos mesmos em relação ao acompanhamento e monitoramento dos indicadores, no entanto, constatou-se que os indicadores não foram atualizados anualmente. Com relação as ações, projetos desenvolvidos durante o período que compreendeu 2013-2016, verificou-se que foram muitas as ações identificadas conforme análise documental, sendo estas também identificadas durante as entrevistas. As principais ações se deram em relação a qualificação profissional, buscando a inserção das pessoas no mercado de trabalho, perpassando por projetos desenvolvidos na área ambiental relacionados ao tratamento de água e esgoto, arborização e manutenção de praças e parques, ecobarreiras, investimentos em saúde, em especial à crianças e gestantes, projetos relacionados à mobilidade, através da criação de ciclovias, educação no trânsito, dentre outros. Após, verificou-se a contribuição que o PCS trouxe para Porto Alegre, sendo que para os *stakeholders* gestores e para alguns secretários, o PCS se mostrou uma importante ferramenta na tomada de decisão. Já os *stakeholders* professores, empresas, associação de moradores, instituições não tinham conhecimento do PCS, esses *stakeholders* destacaram que a gestão pública municipal deveria comunicar e buscar a participação dos cidadãos na realização de ações e projetos. Por fim, conclui-se que Porto Alegre ainda tem muito a avançar em projeto e ações de sustentabilidade, que políticas públicas, participação e engajamento de diversos *stakeholders* são essenciais quando se busca um planejamento urbano sustentável com vistas à qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Cidades Sustentáveis; Gestão Urbana; Planejamento Urbano; Porto Alegre.

ABSTRACT

BARBACOVİ, Naira E. **MANAGEMENT FOR SUSTAINABILITY IN PORTO ALEGRE (RS): a study from Sustainable Cities Program.** Municipal University of São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, SP, 2018.

The urban sustainability is a recent theme and lacks many studies. For a city to be sustainable, an urban planning that embraces social, economic and environmental dimensions, as well as the participation of the several stakeholders in the planning and implementation process, is necessary. This study had as its general objective to analyze the contributions that the Sustainable Cities Program provided to Porto Alegre city regarding urban sustainability in the period between 2013-2016. Regarding the methodological procedures, the study is classified as descriptive and exploratory due, regarding the technical procedures, the research is characterized as a case study, being that data collect techniques were performed by means of a documental analysis, interviews and non-participant observation. 22 interviews were done, with different stakeholders, managers, secretaries, institutions/NGOs, companies, professors and dwellers association. These three forms of data collect allowed a triangulation of the information, guarantying a higher reliability of the research. The data treatment was done by a content analysis. As results, it was assessed that Porto Alegre has committed with 40 indicators of Sustainable Cities Program, these indicators are distributed in 9 operation axis. Only the Culture Axis for sustainability did not update the indicators, which made not possible to infer if there was any advance. According to the interviews, managers seemed to be committed with the Sustainable Cities Program, highlighting their commitment about monitoring the indicators, however, it was verified that the indicators were not updated every year. Regarding the actions, projects developed during the period between 2013-2016, it was verified that many actions were identified in the documental analysis, being them also identified during the interviews. The main actions occurred for professional qualification intending the insertion of people in the labor market, going through projects developed in the environmental field related to water and sewage treatment, afforestation, parks and squares maintenance, ecobarriers, investment in health, specially for children and expectants, projects related to mobility through the creation of bicycle path, education in traffic, among others. After, it was verified the contribution that the Sustainable Cities Program brought to Porto Alegre, being that, for the stakeholders, managers and some secretaries, the Sustainable Cities Program turned out to be an important tool for the decision making. The stakeholders, professors, companies, dweller association and institutions, on the other hand, were not aware of the Sustainable Cities Program, these stakeholders highlighted that the municipal public management should communicate and draw the citizens' engagement when these actions and projects are concerned. Lastly, it is concluded that Porto Alegre still has a lot to progress when it comes to projects and actions regarding sustainability, and that public politics, participation and engagement of many stakeholders are essential for the search of a sustainable urban planning aiming the population life quality.

Key-words: Sustainable Cities; Urban Management; Urban Planning; Porto Alegre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os 5 Ps da Agenda 2030.	39
Figura 2 - Elementos para avaliar sustentabilidade local.	54
Figura 3 - Representação dos Stakeholders de um município.	60
Figura 4 - Representação da técnica de triangulação.	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bases de dados pesquisadas.....	33
Quadro 2 - Principais Fundadores da área de Políticas Públicas.....	55
Quadro 3– Síntese dos principais assuntos discutidos no referencial teórico.....	89
Quadro 4 - Stakeholders entrevistados.....	92
Quadro 5 – Documentos consultados para análise documental.....	94
Quadro 6 – Profissionais selecionados para validação do instrumento de pesquisa.....	96
Quadro 7 – Categorias selecionadas para análise.....	97
Quadro 8 – Síntese das etapas da pesquisa conforme objetivos.....	99
Quadro 9 - resumo dos indicadores correspondente ao Eixo Governança.....	106
Quadro 10 - Indicadores assinados por Porto Alegre em relação ao Eixo Bens Naturais Comuns.....	109
Quadro 11 - Desempenho dos indicadores do Eixo Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida.....	114
Quadro 12 - Desempenho dos indicadores referentes ao Eixo Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável.....	117
Quadro 13 - Desempenho dos indicadores do Eixo Melhor Mobilidade, Menos Tráfego....	123
Quadro 14 - Desempenho dos indicadores referentes ao Eixo Ação Local para a Saúde..	129
Quadro 15 - Programas desenvolvidos por Porto Alegre correspondentes aos Eixos do PCS.....	132
Quadro 16 - Conselhos municipais de Porto Alegre no ano de 2016.....	133
Quadro 17 – Projetos desenvolvidos em Porto Alegre durante os anos 2013-2016.....	159
Quadro 18 - Projetos desenvolvidos em Porto Alegre antes da assinatura do PCS.....	159
Quadro 19 - Triangulação das informações de acordo com as categorias de análise e achados da pesquisa.....	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CMCEE	Comitê de Mudanças Climáticas e Eficiência Energética
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CSI	Índice de Sustentabilidade das Cidades
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAC	<i>International Federation of Accountants</i>
INOVAPOA	Secretaria de Inovação e Tecnologia
OBSERVAPOA	Observatório de Porto Alegre
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGS	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PCS	Programa Cidades Sustentáveis
PDDUA	Plano de Desenvolvimento Urbano Ambiental
PISA	Projeto Integrado Socioambiental
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROCEMPA	Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SER	Responsabilidade Social Empresarial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINE	Site Nacional de Empregos
SMGL	Secretaria Municipal de Governança Local
SRI	<i>Stanford Research Institute</i>
TBL	<i>Triple Botton Line</i>
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
TSPOA	Todos Somos Porto Alegre
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UN-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USCS	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	25
1.1 Problema da pesquisa	28
1.2 Objetivos da pesquisa.....	30
1.2.1 Objetivo Geral.....	30
1.2.2 Objetivos Específicos.....	30
1.3 Delimitação do estudo	30
1.4 Justificativa e relevância do trabalho.....	31
1.5 Organização do trabalho.....	34
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	36
2.1 Desenvolvimento Sustentável.....	36
2.1.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento Local.....	42
2.1.2 Indicadores de sustentabilidade.....	45
2.2 Políticas Públicas para a Sustentabilidade.....	55
2.2.1 Teoria dos <i>Stakeholders</i>	59
2.3 Cidades Sustentáveis	63
2.3.1 Programa Cidades Sustentáveis (PCS)	68
2.3.2 Eixos de sustentabilidade	69
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	90
3.1 Caracterização e tipo de pesquisa	90
3.2 Técnica de Coleta de Dados.....	92
3.2.1 Instrumentos e materiais de pesquisa.....	96
3.2.2 Pré-teste do instrumento de pesquisa.....	96
3.2.3 Tratamento dos dados e Análise.....	97
3.2.4 Etapas da pesquisa para o alcance dos objetivos.....	99
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	101
4.1 Identificação dos indicadores assinados por Porto Alegre de acordo com o Programa Cidades Sustentáveis	101
4.2 Descrição a partir do PCS dos projetos desenvolvidos por Porto Alegre durante os anos de 2013-2016	131
4.3 Verificar qual a contribuição que o Programa Cidades Sustentáveis, trouxe para Porto Alegre, sob a ótica da gestão urbana sustentável.....	155
4.4 Análise e discussão das categorias	159
4.5 Análise e discussão de sustentabilidade urbana sob o ponto de vista dos entrevistados	170
4.6 Análise e discussão em relação a Teoria de <i>Stakeholders</i>	172
5 CONCLUSÃO	175
REFERÊNCIAS	180
APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com Gestores Públicos de Porto Alegre.....	193
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista para os cidadãos e instituições de Porto Alegre.....	194

|

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1987, o Relatório Brundtland – *Our Common Future* fortaleceu o conceito de “desenvolvimento sustentável” na agenda política, ressaltando que as atuais gerações podem se utilizar dos recursos naturais sem que isso inviabilize o uso dos recursos pelas futuras gerações.

A busca pela sustentabilidade, está fazendo com que muitas pessoas, empresas e governos mudem seu modo de pensar e agir. O termo “ecocidade”, ressalta que as cidades devem proporcionar aos cidadãos um local agradável, que instigue o bem-estar. No entanto, para isso, faz-se necessário um planejamento urbano e um gerenciamento eficiente na gestão das cidades visando a diminuição do desperdício, principalmente, relacionado aos recursos naturais (ROSELAND, 1997), entre tantos outros fatores importantes, tais como: mobilidade, infraestrutura, segurança e educação.

O tema sustentabilidade visa uma mudança necessária que envolve diversos fatores atuais e futuros, dentre os quais, aspectos como: saúde, habitação, utilização racional dos recursos naturais disponíveis, redução dos impactos ambientais que alteram o clima e muitos outros aspectos fundamentais para a qualidade de vida nas áreas urbanas, ou seja, diversos fatores deverão ser revistos para atender a toda essa demanda por uma forma de viver e se relacionar com o meio ambiente (ONU, 2015; PCS, 2016a).

Assim, acredita-se que uma sinérgica articulação entre planos diretores e gestão pública se torna essencial para que fortaleçam seus sistemas de gestão, visando um planejamento de cidades que ofereça qualidade de vida a seus habitantes, preservando a sustentabilidade econômica, social e ambiental que propicie um desenvolvimento adequado dos municípios e regiões.

Segundo a Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, 1987), para que uma cidade seja sustentável, deve ser socialmente justa, viável economicamente e ambientalmente correta, ou seja, deve-se analisar de forma sistêmica essas três dimensões do desenvolvimento sustentável, também conhecidas como os princípios da *Triple Bottom Line* (TBL). O conceito foi criado por John Elkington referindo-se a mudança na forma como as empresas, governos e organizações sem fins lucrativos planejam e monitoram a sustentabilidade em seus programas, projetos e políticas. Esse conceito colabora

para que as organizações tenham uma base de como medir a sustentabilidade, considerando o equilíbrio entre, pessoas, planeta e lucro, permitindo que as organizações tenham flexibilidade na aplicação do conceito, de forma que melhor se adeque às suas necessidades (SLAPER; HALL, 2011).

Conforme Slaper e Haall (2011), o TBL visa que as organizações considerem em suas análises de sustentabilidade as três esferas: social; econômica e ambiental. Esse conceito, no entanto, não apresenta um método padrão universal para o cálculo do TBL. Também não há um padrão universalmente aceito para as medidas que compõem cada uma das três categorias. Isto pode ser visto como um ponto forte, pois permite a adequação desse conceito para atender às necessidades de diferentes entidades, projetos ou políticas (de investimento em infraestrutura ou programas educativos), ou diferentes limites geográficos (uma cidade, região ou o país).

Da mesma forma, Oliveira et al. (2012) ressaltam que o conceito TBL deve ser analisado no âmbito econômico, através da criação de empreendimentos viáveis, com finalidade de atrair investidores para o local; no âmbito ambiental, verificando a utilização dos recursos de forma racional, sem que isso prejudique o meio ambiente; e no âmbito social, buscando promoção de ações que visem o bem-estar dos envolvidos.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - UN-HABITAT (2010) e PCS (2013), a população urbana brasileira tem uma representatividade de aproximadamente 86,53% em centros urbanos, sendo que a previsão para 2030 é que 90% da população brasileira viverá nas cidades. Este processo de urbanização ocorreu principalmente entre os anos de 1970 a 2010, tornando-se um desafio para os gestores na busca de um desenvolvimento urbano sustentável.

Em consonância a isso, a literatura apresenta diferentes conceitos de cidades, relativos à necessidade de se solucionar os problemas urbanos, como por exemplo, cidades inovadoras, cidades sustentáveis, cidades globais, cidades inteligentes, cidades criativas, dentre outros, todos com objetivos similares, em busca de sustentabilidade urbana, promovendo melhor qualidade de vida para a população.

No entanto, para fins desta tese, o conceito norteador será o conceito de cidades sustentáveis, defendido por Leite (2012), que afirma que as cidades precisam se reinventar, aproveitando melhor e de forma mais eficiente os recursos

naturais disponíveis. Para o autor, uma cidade sustentável tem de considerar em todos os planejamentos os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais, para uma participação ativa dos atores, por uma sustentabilidade urbana com mais qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.

A falta de planejamento, políticas públicas deficientes, pouca informação e a falta de conscientização sobre sustentabilidade urbana são fatores que dificultam que a gestão municipal tome medidas assertivas, objetivando um melhor planejamento e gerenciamento das cidades voltadas para um desenvolvimento mais sustentável (KLOPP; PETRETTA, 2016).

Verifica-se que o tema “desenvolvimento sustentável nas cidades” parte de várias premissas. Em continentes como a África, tem-se cidades que concentram um elevado nível de pobreza, outras devido ao excesso de população, apresentam condições de habitação insalubres, infraestrutura inadequada, problemas de higiene, má qualidade da água e poluição descontrolada, são problemas que ainda dominam cidades no mundo em desenvolvimento. Embora em continentes industrializados como Europa, América do Norte e Oceania esses problemas tenham diminuído, constata-se que essa mudança ocorreu durante o século XX, por meio de um crescimento econômico estável e de forma mais igualitária, de um melhor planejamento urbano, de investimento em infraestrutura, dentre outros fatores. Atualmente, os problemas de sustentabilidade na Europa estão mais relacionados à mobilidade urbana, aumento constante na geração de resíduos sólidos, um grande e ineficiente consumo de energia e dos recursos naturais (MCCORMICK et al., 2013).

O Brasil sofreu processo de urbanização acelerada, ocorrido pela migração das pessoas do campo para as cidades. A quantidade de cidades se multiplicou, de acordo com senso do IBGE (2010), são 5.565 (cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco municípios) em todo o País, tendo sido a maior parte deles criada nos últimos 30 anos (PCS, 2016a).

Esse crescimento acelerado juntamente com a falta de um planejamento urbano eficiente está causando vários problemas para as cidades brasileiras. Brandli et al. (2015) destacam os principais: desigualdade social; mobilidade urbana; crescente aumento de geração de resíduos; poluição; saneamento básico, dentre outros, situação essa que pressiona a gestão pública em um planejamento mais

sustentável em busca de uma utilização racional dos recursos naturais e da oferta de uma infraestrutura que melhore em qualidade de vida para os cidadãos.

Sendo assim, verifica-se a importância de considerar no planejamento urbano os diversos *stakeholders*, sejam eles entidades sociais, gestores públicos, população, entre outros. Ou seja, a participação de todos os envolvidos se faz necessária para que se alcance o sucesso na gestão municipal com vistas à sustentabilidade. Para tanto, neste estudo, utilizou-se a Teoria de *Stakeholders* como norteadora, pois conforme retrata Freeman (2004) em seus estudos, não há como pensar em desenvolvimento local sustentável, sem que haja a colaboração dos diversos atores envolvidos.

Da mesma forma, Mori e Christodoulou (2012) consideram que o conceito de *Triple Bottom Line* desempenha um papel importante para a melhoria da sustentabilidade urbana das cidades, no entanto, a participação dos diversos atores é fundamental para a busca da sustentabilidade urbana. Os autores ainda ressaltam que a utilização de ferramentas que auxiliem os gestores a medirem a sustentabilidade são essenciais, pois, uma situação que não pode ser claramente medida será difícil de melhorar.

Dessa forma, esta pesquisa se propôs analisar como o Programa Cidades Sustentáveis contribuiu para a sustentabilidade urbana no município de Porto Alegre nos anos de 2013 a 2016, através das práticas de sustentabilidade adotadas no planejamento urbano da maior cidade do Rio Grande do Sul. Selecionou-se como objeto de estudo a cidade de Porto Alegre, onde buscou-se analisar os projetos implantados no período de 2013 a 2016. A escolha deste município se deu em função de ser um exemplo atuante no sentido de promover projetos que viabilizam a sustentabilidade e a qualidade de vida de seus munícipes, conforme verificado em outros trabalhos publicados sobre Porto Alegre, relacionados à sustentabilidade.

1.1 Problema da pesquisa

Uma cidade sustentável se desenvolve a partir de uma adequada ligação entre o ambiente construído e a geografia natural, pensando-se em um desenvolvimento urbano respeitoso às características geográficas do território, que promova boa relação com os recursos hídricos e as áreas verdes (LEITE, 2012). No entanto, afirma Leite (2012), esses paradigmas são a exceção e não a regra. A

maioria das cidades cresceu sem um adequado desenvolvimento sustentável, sendo observado uma relação ambiente construído – ambiente natural deficiente no que se refere a preservação dos recursos básicos, ou seja, a utilização de forma desordenada, acarretando consequências como falta de saneamento básico, água tratada, poluição, crescente geração de resíduos, mobilidade urbana. Um planejamento urbano inadequado faz com que a infraestrutura da cidade não consiga atender a toda a demanda necessária, resultando em uma qualidade de vida precária.

Uma grande parte da população mundial vive em áreas urbanas. É nessas áreas que ocorrem os principais processos econômicos, sociais e ambientais que afetam as sociedades humanas. Atualmente, a urbanização é considerada como um dos processos sociais mais importantes, tendo também um enorme impacto no ambiente em escalas locais, regionais e globais. As implicações do crescimento urbano, tanto em termos da utilização global dos recursos como das condições de vida humana, são numerosas e complexas (HIREMATH et al.; 2013).

De um modo geral, é atualmente reconhecido que, para serem sustentáveis, as zonas urbanas devem manter um equilíbrio interno entre a atividade econômica, o crescimento demográfico, as infraestruturas e os serviços, a poluição, os resíduos, o ruído, etc., de tal forma que o sistema urbano e a sua dinâmica evoluem em harmonia, limitando internamente, tanto quanto possível, os impactos negativos sobre o ambiente natural (HIREMATH et al.; 2013).

Por sua vez, um planejamento alicerçado em metas e objetivos pode servir de modelo para melhorar as cidades, em busca de uma melhor qualidade de vida para a população. Sendo assim, este estudo tem como premissa o conceito de sustentabilidade de acordo com o *Triple Bottom Line (TBL)*. Apesar desse conceito ser mais utilizado para medir resultados de uma organização, utilizou-se dele para analisar projetos sustentáveis em gestão pública municipal. Dessa forma, este estudo tem como questão de pesquisa: **Como o Programa Cidades Sustentáveis colaborou para a sustentabilidade do município de Porto Alegre?**

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral

O trabalho teve como objetivo geral analisar as contribuições que o Programa Cidades Sustentáveis proporcionou para o município de Porto Alegre no período entre 2013 e 2016.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste estudo consistiram em:

- a) Verificar os indicadores de sustentabilidade adotados por Porto Alegre de acordo com o PCS;
- b) Descrever a partir do PCS quais projetos foram desenvolvidos por Porto Alegre durante os anos de 2013 a 2016;
- c) Identificar quais as contribuições trazidas pelo PCS para Porto Alegre, sob a ótica da gestão urbana sustentável.

Frente aos objetivos propostos por esta investigação, estabelecem-se como pressupostos:

- I - O Programa Cidades Sustentáveis é considerado uma ferramenta de gestão e contribuiu para a sustentabilidade em Porto Alegre;
- II - A Teoria de *Stakeholders* se aplica nas cidades.

1.3 Delimitação do estudo

Em relação a delimitação temporal da pesquisa, investigaram-se projetos de sustentabilidade implantados em Porto Alegre, durante o período de 2013 a 2016. A escolha desse período para o estudo se deu em função do município de Porto Alegre ter aderido ao compromisso junto ao PCS no ano de 2011, com intuito de promover a construção de uma sociedade mais justa, comprometida e igualitária. No entanto, o plano de metas com os indicadores ao qual o município se comprometeu foi apresentado no ano de 2013, tendo como meta de realização o ano de 2016.

1.4 Justificativa e relevância do trabalho

Justifica-se a escolha do tema em função de ser a social, a ambiental e a econômica questões que envolvem os grandes centros urbanos, extremamente importantes para a sustentabilidade da vida no planeta, sobretudo com qualidade que permita o bem-estar da sociedade, considerando-se a utilização dos recursos naturais abundantemente extraídos, e sem grande capacidade de regeneração e a poluição ambiental, em suas diversas formas, extremamente prejudicial à manutenção da saúde dos seres vivos residentes em regiões urbanas.

A pesquisa buscou analisar, a partir de projetos como o Programa Cidades Sustentáveis, contribuir para a melhoria da sustentabilidade no município de Porto Alegre. Justifica-se a escolha do município de Porto Alegre/RS, visto que é o maior município do Rio Grande do Sul em número populacional com aproximadamente 1.476.867 habitantes (IBGE, 2014). O município vem discutindo e implementando a temática da sustentabilidade em seus planos de governo há aproximadamente 42 anos (PROCEMPA, 2015).

Outro fato que justifica a relevância da escolha do município de Porto Alegre é por ter sido pioneiro no país na consolidação da primeira associação ambiental, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN, fundada em 1971, e da primeira Secretaria Municipal de Meio Ambiente, demonstrando ações para com o meio ambiente. Além da Agapan, estabeleceu também o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental em 1999 (PDDUA), que define regras para uma melhor integração da cidade com o ambiente, que levou em consideração a legislação ambiental nacional, as orientações de organismos internacionais e a participação popular (PROCEMPA, 2015).

Também se justifica a escolha do município de Porto Alegre para o estudo pelo fato de ter sido o município que sediou o Primeiro Fórum Social Mundial em 2001, o qual estabeleceu como eixos temáticos: produção de riquezas e a reprodução social; acesso às riquezas e à sustentabilidade; afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos; poder político; e ética na nova sociedade. Também nos anos de 2002, 2003, 2005 e 2016, Porto Alegre sediou o Fórum, sempre discutindo a temática da sustentabilidade em seus planos de governo.

Outra justificativa que mostra a preocupação desse município com a sustentabilidade está apresentada no estudo de Simonetto e Borenstein (2006), em

que a reciclagem de resíduos no Município de Porto Alegre se dá pela Coleta Seletiva, a atividade de responsabilidade do Departamento Municipal de Limpeza Urbana, implementada na totalidade da cidade, abrangendo 150 bairros, com um total de resíduos que gira em torno de 60t/dia.

O destino dos materiais recolhidos por Coleta Seletiva são as Unidades de Triagem. Nestas, a separação dos materiais é realizada por papeleiros e excavadores. Após a separação, é realizada a venda do material, com a renda destinada aos próprios recicladores. Essa é uma ação que abrange os aspectos, social, econômico e ambiental, seja por parte dos catadores, que veem uma possibilidade de rentabilidade, do poder público que atua com responsabilidade ao dar uma destinação correta para esses resíduos, cuidando do meio ambiente, e ainda para os munícipes que conseguem viver em uma cidade mais limpa com mais qualidade de vida (SIMONETTO; BORENSTEIN, 2006).

Porto Alegre é reconhecida, tanto nacional quanto internacionalmente, como uma das principais metrópoles brasileiras pioneiras na implementação de projetos associados ao conceito de cidade inteligente, considerada também modelo em sustentabilidade (WEISS et al., 2015). Outra característica importante de Porto Alegre é que, em 1989, instituiu o Orçamento Participativo (OP), o qual é utilizado e renovado até os dias atuais. O OP visa aproximar a prefeitura e os cidadãos, por meio de um processo dinâmico, que permite que os munícipes participem ativamente das decisões sobre como melhor aplicar os recursos destinados a obras e serviços que serão executados pela gestão municipal. De acordo com a Organização das Nações Unidas, é uma das 40 melhores práticas de gestão pública urbana no mundo (PROCEMPA, 2015).

Muitos são os investimentos realizados pelo município em prol da sustentabilidade, por meio de projetos, tais como: portal ObservaPOA; Plano Diretor de Drenagem; Copa 2014; Plano Cicloviário; Zoneamento Ambiental e Projeto Integrado Socioambiental. O Portal ObservaPOA possibilita a disponibilização e visualização georreferenciada dos indicadores socioeconômicos da cidade. A importância do georreferenciamento se dá pelo fato de mesmo identificar nas diversas regiões e bairros os principais problemas e necessidades que são peculiares de cada região. O portal disponibiliza indicadores que visam auxiliar a gestão municipal, tornando-a mais participativa, buscando assim melhorar seus

indicadores abrangendo os aspectos social, ambiental, econômico, de gestão e política (WEISS et al., 2015).

O ineditismo desta tese suporta-se por analisar as contribuições que o Programa Cidades Sustentáveis proporcionou para o município de Porto Alegre, haja vista ser o Programa uma ferramenta para auxiliar os gestores que se propõem a melhorar a sustentabilidade urbana. Vale ressaltar que Porto Alegre foi o primeiro município do País na adesão ao Programa Cidades Sustentáveis no ano de 2011, e no ano de 2013 o município criou o Plano de Metas com adesão de 40 indicadores do PCS.

Também, realçando a importância do tema, foi realizada pesquisa nas principais bases de dados conforme Quadro 1, com intuito de verificar quantos trabalhos publicados em relação ao PCS.

Quadro 1 – Bases de dados pesquisadas.

Base	Termo utilizado na pesquisa	Resultados encontrados
Banco de teses e dissertações capes	Programa Cidades Sustentáveis	3 dissertações 2 teses
Portal de Periódicos Capes	Programa Cidades Sustentáveis	2 artigos
Portal de Periódico Capes	Sustainable Cities Program	26 artigos
Ebsco Host	Sustainable Cities Program	8 artigos
Since direct	Sustainable Cities Program	20 artigos
Scielo	Sustainable Cities Program	4 artigos
Springer	Sustainable Cities Program	31 artigos

Fonte: Autora (2017).

Para a pesquisa, especificou-se os anos de 2013 a janeiro de 2017. Foram utilizados os seguintes termos: “Programa Cidades Sustentáveis” e “Sustainable Cities Program”, devendo o termo constar com exatidão nos trabalhos. Constatou-se que os artigos encontrados se utilizavam dos indicadores do PCS para análises pontuais, por exemplo, do Eixo Mobilidade para avaliar a mobilidade urbana da cidade, outros do Eixo Saúde para avaliar como a gestão pública gerencia esse aspecto, estudos relacionados à sensibilização da gestão pública em relação ao Eixo Cultura de Paz. Encontrou-se também um estudo realizado em Porto Alegre no ano de 2017, verificando as 31 cidades que assinaram a carta compromisso no ano de 2013. Neste, a pesquisa evidenciou que apesar de ter havido a assinatura da carta, quando analisada a plataforma com a atualização dos indicadores, muitos

municípios não tinham realizado atualizações. Porto Alegre era um dos municípios que atualizava os indicadores, no entanto, nem todos os eixos compreenderam atualização e também alguns indicadores não eram atualizados anualmente.

Em relação as dissertações e teses, ambas citam o PCS como uma ferramenta para auxiliar gestores a melhorarem a gestão urbana sustentável, utilizando-se dos indicadores que compõem a plataforma do Programa. Estes trabalhos usam alguns dos indicadores para as análises, no entanto, nenhum faz relação de uma cidade que fez a assinatura junto ao PCS, relatando os projetos desenvolvidos pelo município.

Desta forma, para o período em análise não foram encontrados trabalhos acadêmicos relacionados a Porto Alegre que envolvessem a análise dos resultados dos 40 indicadores assinados pelo município, vindo a relatar a contribuição do Programa Cidades Sustentáveis para a sustentabilidade urbana de Porto Alegre. Sustentabilidade é um tema que carece de muitos estudos e discussões, tanto para o meio acadêmico quanto para os gestores públicos e empresas privadas que buscam melhorar suas práticas com ferramentas que auxiliem no processo. O PCS tem a finalidade de promover cidades mais democráticas, igualitárias e justas.

Espera-se que o trabalho sirva de referência para outros municípios que visam a sustentabilidade em seus planejamentos e que a pesquisa motive outros municípios a aderirem ao PCS, uma vez que se mostrou uma ferramenta importante para os gestores melhorarem a sustentabilidade de suas cidades.

Assim, além da contribuição teórica no avanço dos estudos sobre cidade sustentável, houve contribuições para a sociedade, com apresentação de projetos voltados para a sustentabilidade urbana, os quais são relevantes no mundo contemporâneo, haja vista a necessidade de se incluir as dimensões social, ambiental e institucional no modelo de desenvolvimento urbano que não considere apenas a dimensão econômica.

1.5 Organização do trabalho

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, conforme descrição na sequência.

O primeiro capítulo compreende a Introdução, a qual apresenta uma discussão sobre sustentabilidade urbana, na sequência apresentou-se o problema

de pesquisa, os objetivos do estudo, a delimitação temporal, a justificativa e relevância da pesquisa e também as contribuições esperadas a partir do estudo.

O segundo capítulo trata da fundamentação teórica, que embasa a pesquisa, sendo os principais conceitos tratados: Desenvolvimento Sustentável, Sustentabilidade e Desenvolvimento Local, Indicadores de Sustentabilidade, compreendendo as dimensões social, econômica, ambiental e institucional; Políticas Públicas para a Sustentabilidade e a Teoria dos *Stakeholders*; Cidades Sustentáveis; Programa Cidades Sustentáveis e os Eixos de Sustentabilidade.

O terceiro capítulo abrange os procedimentos metodológicos, a caracterização e tipo de pesquisa, as técnicas de coleta de dados, os instrumentos e materiais utilizados para a coleta dos dados da pesquisa, o pré-teste do instrumento de pesquisa.

O quarto capítulo apresenta os resultados, visando responder aos objetivos da pesquisa. Na primeira etapa, observaram-se os indicadores de sustentabilidade adotados por Porto Alegre de acordo com o PCS; a segunda etapa descreveu os projetos desenvolvidos por Porto Alegre durante os anos de 2013 a 2016; e a terceira etapa verificou quais contribuições o PCS trouxe para Porto Alegre, sob a ótica da gestão urbana sustentável. Também nesse capítulo realizou-se uma análise referente as categorias selecionadas para o estudo, uma discussão acerca de sustentabilidade urbana do ponto de vista dos entrevistados, seguindo da análise e discussão da Teoria dos *Stakeholders*.

No quinto capítulo são apresentadas as principais conclusões do estudo e as recomendações para trabalhos futuros.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, os seguintes temas serão abordados: Desenvolvimento Sustentável, sendo discutidos os temas relacionados à Sustentabilidade e Desenvolvimento Local, Indicadores de Sustentabilidade, compreendendo as dimensões sociais, econômicas, ambientais e institucionais; Políticas Públicas para a Sustentabilidade e a Teoria dos *Stakeholders*; Cidades Sustentáveis; Programa Cidades Sustentáveis e os Eixos de Sustentabilidade.

2.1 Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável como conceito foi proposto juntamente com a maior conscientização internacional acerca da destruição ecológica e poucas preocupações sociais decorrentes das questões ambientais de quase todo o século XX, manifestadas como pobreza, privação e abandono urbano que destroem muitas partes do mundo - são insustentáveis. A tensão subjacente entre os aspectos associados da sustentabilidade - ambiental, social, econômica - bem como a ampla interpretação do conceito levaram a uma variedade de desenhos urbanos "sustentáveis" (DEMPSEY et al., 2009).

O desenvolvimento sustentável para Holden, Linnerud e Banister (2016) é um sistema de valores normativos, à semelhança dos direitos humanos, da democracia e da liberdade, estando estreitamente interligado a todos estes sistemas. Seria para esses autores essencialmente um forte pronunciamento ético ou moral, sobre o que deve ser feito, assentado em três imperativos morais: satisfazer as necessidades humanas, garantir a equidade social e respeitar os limites ambientais.

Os imperativos morais de satisfazer as necessidades humanas e assegurar a equidade social são articulados em Nosso Futuro Comum (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987) e em Transformar Nosso Mundo (HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, 2016). O imperativo moral de respeitar os limites ambientais baseia-se em duas afirmações. Primeiro, os membros da geração atual, devem manter a Terra em condições adequadas de uso para as gerações futuras. Assim, o desrespeito dos limites ambientais impede, muito provavelmente, que as gerações futuras disponham de recursos vitais para satisfazer as suas necessidades. Em segundo lugar, o ser humano possui inteligência e deve ser

responsável pela preservação das demais espécies. Esta responsabilidade significa respeitar os limites ambientais (HOLDEN; LINNERUD; BANISTER, 2016).

O conceito de desenvolvimento sustentável das nações foi cunhado pelo Relatório Brundtland em 1987, o qual afirma que a satisfação das necessidades das gerações futuras está relacionada à forma como as necessidades das gerações presentes são atendidas. A base dos princípios do desenvolvimento sustentável pode ser datada dos esforços internacionais iniciais destinados a abordar o desenvolvimento econômico com um cuidado ao meio ambiente. Originalmente iniciado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em 1972 (ONU, 1972), resultando na Declaração de Estocolmo e no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (STREZOV, EVANS; EVANS, 2016).

No contexto do desenvolvimento urbano regional, o termo sustentabilidade surge para desafiar numerosas políticas de crescimento urbano dentro de um sistema que é a base de consumismo. No século XX, aspectos sociais, econômicos e ambientais são analisados sobre a perspectiva de políticas de crescimento e desenvolvimento (BRUNDTLAND, 1991; BAYULKEN; HUISINGH, 2015).

Os seguintes desafios foram projetados em termos de desenvolvimento, exigindo atenção urgente: crescimento da população, escassez de alimentos e terras produtivas com implicações sociais e econômicas. O relatório contribuiu positivamente, apresentando maneiras de aumentar a consciência da sustentabilidade, no entanto, também apresentou deficiências no que diz respeito ao ambiente construído por não ter destacado a "centralidade das cidades" em questões ambientais (BAYULKEN; HUISINGH, 2015).

Ou seja, a incorporação dos conceitos de desenvolvimento sustentável e de atuação responsável requer uma mudança cultural em vários níveis funcionais, pois os recursos naturais são limitados sendo que suas utilizações estão a cada dia mais abrangentes, o que resulta em desequilíbrio natural. Desta forma, parte-se do pressuposto de que um desenvolvimento sustentável se faz quando as gerações atuais se utilizam dos recursos naturais sem gerar carências desses mesmos recursos para as gerações futuras, de forma que se consiga manter o equilíbrio no tripé da sustentabilidade, considerando sempre os aspectos sociais, econômicos e ambientais (BRUNDTLAND, 1991; BĂTĂGAN, 2011).

De acordo com Bătăgan (2011, p.81), o conceito de desenvolvimento sustentável tem três objetivos urgentes:

- a) melhorar a qualidade de vida - este objetivo está relacionado com o desenvolvimento;
- b) verificar se qualidade de vida está de acordo com os limites do ambiente, esta é a meta da sustentabilidade;
- c) investir no progresso tecnológico – cuja finalidade é encontrar inovações que possam auxiliar no processo de desenvolvimento sustentável.

Cada vez mais, vê-se a necessidade de integrar os princípios e práticas de desenvolvimento sustentável em todos os aspectos do ensino e aprendizagem, abrangendo os problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais enfrentados neste século, ou seja, a sociedade deve refletir e se utilizar dos recursos disponíveis com consciência, priorizando a preservação do meio ambiente e da sua diversidade, assegurando que as gerações futuras possam ter acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável (UNESCO, 2010).

Ressalta-se que uma política que conduza ao desenvolvimento sustentável é aquela que atinge um objetivo socialmente desejável que não está em conflito com as três dimensões do desenvolvimento sustentável. Um objetivo socialmente desejável inclui crescimento econômico, bem-estar ou qualidade de vida, outro objetivo é o aspecto ambiental, o qual busca a utilização consciente/racional dos recursos naturais. Destaca-se também que o crescimento econômico pode contribuir para um desenvolvimento mais sustentável, melhorando o bem-estar social, satisfazendo as necessidades humanas e tirando as pessoas da pobreza, mas o crescimento econômico também pode reduzir a equidade social, contribuindo para a desigualdade de renda e riqueza (HOLDEN; LINNERTUD; BANISTER, 2016).

Por sua vez, crescimento econômico pode trazer as soluções tecnológicas necessárias para mitigar os gases de efeito estufa e se adaptar às mudanças climáticas, mas o crescimento econômico também pode contribuir para um desenvolvimento menos sustentável, aumentando as emissões de gases de efeito estufa e a utilização inadequada dos recursos naturais. Assim, o crescimento econômico não é intrinsecamente sustentável nem intrinsecamente insustentável. Pode ser parte da solução, pode contribuir para o problema, ou ambos. Depende das políticas, das leis e dos regulamentos e das instituições em vigor (BÄTÄGAN 2011; HOLDEN; LINNERTUD; BANISTER, 2016) .

Outro aspecto importante quando se fala em desenvolvimento sustentável é a questão da equidade social, ou seja, mesmo que as cidades consigam atender às três dimensões, não é possível avaliar sustentabilidade se essas conquistas forem

feitas por um sistema político que não assegure uma efetiva participação cidadã na tomada de decisões. Este argumento também se aplica ao contrário: mesmo que um país ou região envolva com êxito a sociedade na definição de metas de desenvolvimento e metas ambientais, não é necessariamente sustentável se esse envolvimento resultar em objetivos políticos e políticas que não abrangem a população como um todo (STREZOV; EVANS; EVANS, 2016).

Em busca de uma forma de desenvolvimento sustentável, em setembro de 2015 foi aprovada por unanimidade por líderes mundiais a Agenda 2030 de 193 Estados-Membros da ONU. O Objetivo é a erradicação da pobreza, através de uma distribuição de renda mais equitativa para todos, contemplando aspectos econômicos, sociais e ambientais. A Figura 1 apresenta os 5Ps da Agenda 2030.

Figura 1 - Os 5 Ps da Agenda 2030.



Fonte: PNUD (2016).

Os 5 Ps representados na Figura 1, os quais são: pessoas, prosperidade, paz, parcerias e planeta têm como objetivo o desenvolvimento sustentável do âmbito local e global, sendo que os mesmos estão baseados nas dimensões do desenvolvimento sustentável, e representam a Agenda 2030 (PNUD, 2016).

Bâtãgan (2011) afirma que os objetivos do desenvolvimento sustentável são equivalentes aos objetivos das cidades inteligentes, em que faz-se necessário

investir na localidade em busca de oferecer qualidade de vida aos cidadãos. Quando se refere a cidades inteligentes, o progresso tecnológico é o suporte para que se possa consumir menos recursos.

Também para 2030 estabeleceram-se 17 objetivos em prol de um desenvolvimento sustentável (ONU, 2015 e PNUD, 2016):

- 1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares – espera-se até 2030, a erradicação da pobreza extrema, direitos iguais para homens e mulheres nos aspectos econômicos, direitos a saúde pública e qualidade de vida, diminuição da vulnerabilidade social;
- 2) *Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável* – garantir a todos direito à alimentação segura e nutritiva, aumentar a produção de alimentos, formar parcerias que incentivem a produção de alimentos, garantindo sistemas sustentáveis de produção;
- 3) *Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades*- diminuir o índice de mortalidades prematuras e de crianças até os 5 anos de idade, garantir saúde de qualidade, por meio de projetos que assegurem o direito a saúde, a medicamentos, a prevenção e tratamento de doenças. Para tanto, investimento em pesquisa e tecnologia se faz necessário;
- 4) *Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos* – garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso à educação de qualidade, aumento das taxas de alfabetização de jovens e adultos, promoção de cursos profissionalizantes, dentre outros investimentos em educação de qualidade para todos. Para tanto, faz-se necessário políticas públicas e projetos voltados a área da educação bem consolidadas;
- 5) *Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas* – garantir as mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança, e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais. Eliminar toda violência contra mulher;
- 6) *Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos* - até 2030 garantir água potável e segura para todos, acesso ao saneamento básico de forma equitativa, implementar gestão integrada de recursos hídricos, diminuir a poluição, etc.;
- 7) *Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia* – até 2030 buscar-se-á assegurar o acesso universal a energia, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global, reforçar o acordo internacional na busca de pesquisa que envolve energias limpas, renováveis, etc;
- 8) *Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos* – para 2020, busca-se reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação; 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas e, 2030 alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor, dentre outras metas;
- 9) *Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação* – até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB dobrar participação nos países menos desenvolvidos, buscar incentivos para pequenas indústrias se inserirem no mercado e conseguirem recursos

financeiros em busca de crescimento e vantagem competitiva para atuar no mercado nacional e internacional.

10) *Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles* - promovendo a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra. Garantir a igualdade de oportunidades para todos, através da criação de políticas públicas que incentivem tal mudança;

11) *Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis* – até 2030 garantir a todos os cidadãos o direito de uma habitação saudável, segura com acesso aos serviços básicos de saúde, buscar a gestão dos resíduos municipais, a qualidade do ar e um sistema de transporte seguro e de qualidade;

12) *Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis* – para tanto faz-se necessário uma gestão de resíduos eficientes, através de coleta seletiva, também uma utilização consciente dos recursos naturais, redução dos impactos ambientais nos processos de produção, e conscientização do desenvolvimento sustentável e estilos de vida que estejam em harmonia com a natureza;

13) *Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos* – este objetivo busca reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países.

14) *Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável* – busca-se para 2020, gerir de forma sustentável a proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, outra medida é acabar com a sobrepesca e com alguns subsídios de pesca ilegal. Para 2030, pretende-se aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insalubres em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo.

15) *Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade* – para tanto, faz-se necessário a busca de recursos financeiros de todas as fontes para desta forma promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento, e a conscientização da importância e da preservação dos ecossistemas para as futuras gerações.

16) *Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis* – para tanto, faz-se necessário garantir a todos o acesso à informação, fazer cumprir as leis e políticas em prol de um desenvolvimento sustentável, fortalecer acordos nacionais e internacionais no que tange a prevenção da violência e o combate ao crime e terrorismo.

17) *Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável* – buscar até 2030 parcerias e reforçar o apoio à capacitação para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insalubres em desenvolvimento, incentivar e promover parcerias público-privadas, a partir das experiências das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.

Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) são norteadores dos indicadores do PCS, programa realizado pelo Instituto Ethos, Rede Nossa São Paulo e Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis, o qual oportuniza uma

ferramenta para auxiliar os gestores municipais a melhorarem as suas cidades em prol da sustentabilidade (PCS, 2016).

2.1.1 Sustentabilidade e Desenvolvimento Local

O conceito de sustentabilidade surgiu no início de 1970, em resposta a crescentes preocupações sobre os impactos das práticas de desenvolvimento sobre o meio ambiente, referindo-se à manutenção da existência do ecossistema e seus serviços, para satisfazer as necessidades humanas (YIGITCANLAR et al., 2015).

De acordo com Sachs (1993), a sustentabilidade abrange ao mínimo os seguintes aspectos: econômico, ecológico, social e espacial. Em 2002, o autor inclui mais três aspectos em sua análise, a se considerarem as dimensões: cultural, territorial e políticas nacionais e internacionais.

No contexto do desenvolvimento local, o termo sustentabilidade surge para desafiar numerosas políticas de crescimento urbano dentro de um sistema que se baseia no consumismo (BAYULKEN; HUISINGH, 2015).

Na concepção de Bellen (2006), um dos maiores desafios de avaliar a sustentabilidade está em de analisar e explorar um sistema holístico, visto que ter uma visão holística não requer apenas uma percepção dos complexos sistemas, mas sim uma interação entre os subsistemas, fazendo com que qualquer planejamento urbano considere as três dimensões de maneira holística em busca de um desenvolvimento local sustentável.

Para Huang, Wu e Yan (2015), a sustentabilidade urbana é vista como um processo adaptativo de facilitação e manutenção de um ciclo virtual entre serviços ecossistêmicos e bem-estar humano através de ações ambientais, econômicas e sociais, com vistas a um desenvolvimento local sustentável.

Para Michael, Noor e Figueroa (2014), a sustentabilidade urbana tem sido definida como o conceito que enfatiza a inter-relação entre redes de transporte, estrutura urbana e vida urbana e como um cruzamento de dois enormes desafios: o da urbanização e a sustentabilidade, na busca de habitabilidade urbana e resiliência. Segundo os autores, a urbanização é um processo contínuo e é interdependentemente afetada pelo desenvolvimento dos aspectos ambientais, econômicos e sociais da cidade. Ou seja, o efeito da urbanização não só afeta o meio ambiente local, mas também o ecológico através da exploração dos recursos

naturais para sustentar a economia urbana, assim como os aspectos sociais pelo aumento da pobreza urbana.

Em consonância a isso, Kloopp e Petretta (2016) relatam que atender às necessidades básicas das populações urbanas, assegurando simultaneamente a integridade dos ecossistemas críticos, enfrentar as alterações climáticas e promover a produtividade econômica e a inclusão social é um dos principais desafios atuais de sustentabilidade. As cidades, enquanto consumidoras vorazes de energia e produtoras de resíduos, incluindo a maior parte das emissões mundiais de gases de efeito estufa, são vistas como pontos críticos de numerosos e complexos problemas de sustentabilidade, desenvolvimento e planejamento interligados (KLOPP; PETRETTA, 2016).

De acordo com Weingaertner e Moberg (2014), a capacidade das cidades para sustentar e promover a boa qualidade de vida para os seus cidadãos é, talvez, um resultado da percepção de que as transformações ocorridas, o aumento populacional e a utilização desordenada dos recursos naturais, deve ser vista como meta desafiadora em prol do desenvolvimento sustentável.

Ygitcanlar et al. (2015) retratam que o desenvolvimento urbano refere-se a qualquer atividade que melhore a qualidade de vida na cidade. Sendo que, nem sempre a questão do esgotamento dos recursos e áreas naturais eram considerados no planejamento urbano.

Rocha e Bursztyn (2005) evidenciam a importância da participação dos *stakeholders* no processo de desenvolvimento local, principalmente nos municípios que almejam um desenvolvimento regional sustentável. Ainda, ressaltam Rocha e Bursztyn (2005, p. 2) que “[...] um bom processo de deliberação permite que os participantes discutam e debatam sobre as questões e cheguem a visões comuns (consensos)”. Sendo que, só é possível chegar a um processo de desenvolvimento de uma região se houver participação social, e motivação por parte dos *stakeholders* envolvidos.

Outra questão importante no planejamento do desenvolvimento local é o espaço temporal definido. De acordo com Oliveira e Lima (2003), deve-se planejar o desenvolvimento para o longo prazo, considerando-se três aspectos interligados: alocação de recursos, política econômica e ativação social.

Em relação a alocação de recursos, referindo-se ao âmbito econômico, trata-se de um fator dependente da disponibilidade dos recursos em nível regional e local,

sendo que o controle é realizado pelo Estado. A política econômica é outro fator dependente das ações do governo, em que a liberação de recursos pode afetar a região tanto positivamente como negativamente. Considere-se a ativação social como fator que se relaciona com a capacidade da região, no sentido de envolver a população em prol de um desenvolvimento regional sustentável, que considere em seus planos os aspectos social, econômicos e institucionais. A ativação social é um fator que depende da participação dos cidadãos na busca de melhor qualidade de vida, em um ambiente mais sustentável, captando e utilizando os recursos na busca do crescimento e desenvolvimento da região (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

Para Cepal (2012), um desenvolvimento local sustentável deve estar centrado, em prol de modelos produtivos eficientes, que invista em pesquisa e tecnologia, redefinindo tais setores, permitindo dessa forma um crescimento social, econômico e ambiental justo, em que muitas vezes uma reestruturação dos processos se faz necessária. No entanto, essa reestruturação do processo é dependente das características e necessidades de cada região, não há modelo único, é essencial que cada região tenha políticas públicas bem definidas e atuantes.

Assim, a sociedade deve se utilizar dos recursos disponíveis com consciência, priorizando a preservação do meio ambiente e da sua diversidade, assegurando que as gerações futuras possam ter acesso a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e saudável (UNESCO, 2010).

Nesse contexto, verifica-se que o desenvolvimento urbano sustentável deve avaliar quais são os aspectos e demandas das cidades atuais, como os mesmos devem ser avaliados e trabalhados quando se busca uma cidade mais sustentável e com qualidade de vida. Leite e Tello (2010, p. 29 e 30) apontam os três pilares como fundamentais para avaliação da sustentabilidade:

- a) O primeiro pilar a ser avaliado é o da sociedade, visto que a ação humana é responsável pelas transformações ocorridas nas últimas duas décadas, em que houve uma migração das pessoas que viviam em áreas rurais para as cidades, criando um desafio muito grande em tornar esses espaços de ocupação urbana alinhados a um desenvolvimento sustentável.
- b) O segundo pilar está relacionado com as questões econômicas, com relação aos aspectos urbanos é ainda mais desafiador, visto que, há uma forte correlação com a urbanização e o aumento da renda per capita, fazendo com que o habitante urbano consuma cada vez mais e com isso gerando mais resíduos que seu equivalente rural.
- c) Com relação ao terceiro pilar, têm-se as questões ambientais, sendo que quanto maior o crescimento das cidades, maior pressão sobre os recursos energéticos e hídricos, maior necessidade de destinação correta dos resíduos. Verifica-se dessa forma, que para haver um desenvolvimento urbano

sustentável faz-se necessário que se pense nos três pilares de forma conjunta e com responsabilidade.

Assim, sustentabilidade remete ao fato de as cidades perceberem a necessidade de se reinventarem e se reorganizarem de forma a considerar em seus planejamentos urbanos os recursos disponíveis e a necessidade do uso consciente dos mesmos em prol de oferecer aos cidadãos uma cidade justa, igualitária (LEFF, 2008).

O conceito de sustentabilidade é relativamente abstrato, gerando a necessidade de aprofundar seu conhecimento sobre os impactos da atuação humana nos ambientes em que estão inseridos, destacando as cadeias produtivas, as cidades e o meio natural, buscando orientar a forma como devem ser percebidas e tratadas. A rigor, o estabelecimento de metas e o monitoramento por meio de índices e indicadores municipais torna-se relevante quando se busca a consolidação da sustentabilidade, através de projetos, ações e programas (LEFF, 2008; LEITE; TELLO, 2010).

Ou seja, é fundamental que a busca da sustentabilidade local seja um impulsionador para o alcance da sustentabilidade global, para tanto, a redistribuição justa dos recursos naturais são fatores recorrentes. Há uma contradição inevitável entre a necessidade de reduzir o excesso de consumo dos países ocidentais, visto que o consumo insustentável para os países desenvolvidos pode ser designado como um dos fatores para a busca da sustentabilidade, e um desejo dos países do Norte e do Sul para não reduzir esse consumo, é necessário garantir o equilíbrio entre o que é ecologicamente urgente, socialmente desejável e politicamente realizável (CIEGIS; RAMANAUSKIENE; STARTIENE, 2009).

Para Ciegis, Ramanauskiene e Startiene (2009), quando se olha para as decisões fundamentais de como mudar os modelos de consumo e estilos de vida para que eles sejam adequados aos requisitos do desenvolvimento sustentável, vê-se a demanda da utilização de modelos de avaliação de sustentabilidade, a partir do uso de indicadores.

2.1.2 Indicadores de sustentabilidade

Conforme Michael, Noor e Figueroa (2014), os indicadores são vitais para o fortalecimento da conscientização sobre os problemas urbanos. O desenvolvimento

de indicadores tornou-se uma tarefa fundamental dos esforços do governo local para a sustentabilidade urbana. Acrescentaram que uma variedade de organizações, incluindo municípios, estados, grupos de defesa de direitos e corporações privadas aceitaram o desafio examinando suas ações e avaliando o progresso rumo à sustentabilidade. No entanto, ressalta-se que o indicador de sustentabilidade varia de país para país devido a diferentes abordagens e prioridades.

Ainda, segundo os autores, os indicadores se tornaram a abordagem mais comumente aceita na avaliação do desenvolvimento sustentável, pois trazem significado diferente para diferentes níveis. Em nível local, os indicadores são utilizados principalmente no processo de tomada de decisão de desenvolvimento urbano para implementação pelas autoridades locais. Através do envolvimento de várias instituições e agências de serviços a nível regional, os indicadores são usados para comparar informações para a gestão de projetos e programas de desenvolvimento regional. Em nível internacional, os indicadores são usados para financiar projetos de desenvolvimento regional com recursos internacionais e para o desenvolvimento das cidades e comunidades do terceiro mundo (MICHAEL; NOOR; FIGUEROA, 2014).

Corroboram com essa ideia Ciegis, Ramanauskiene e Startiene (2009), quando propõem que os indicadores são ferramentas úteis para simplificar, determinar em termos quantitativos e resumir enormes fluxos de informação, desenvolver um mecanismo útil de *feedback*, que destaca esferas em que se deve agir adequadamente e que carece de maior atenção. Na verdade, os indicadores são usados para reduzir a quantidade de inter-relações complexas, convertendo-os em formulação simples, o que torna as avaliações mais fáceis (CIEGIS; RAMANAUSKIENE; STARTIENE, 2009).

Para gerir a sustentabilidade, a sociedade tem de formular metas claras e mensuráveis de sustentabilidade que devem ser continuamente revistas e corrigidas. O nível em que estas metas são implementadas pode ser medido por meio de indicadores, parâmetros definíveis e mensuráveis cujos valores e tendências mostram o desenvolvimento de uma localidade (CIEGIS; RAMANAUSKIENE; STARTIENE, 2009).

Para Pires, Fidelis e Ramos (2014), os indicadores de sustentabilidade visam avaliar e comparar as condições e as tendências do desenvolvimento sustentável no tempo e no espaço, monitorar o progresso em direção às metas e alvos, informar o

planejamento e a tomada de decisões, aumentar a conscientização, incentivar mudanças políticas e comportamentais.

Os autores ainda destacam que a Conferência Rio+20 sobre Desenvolvimento Sustentável trouxe a este debate uma posição de destaque e recomendou um Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável que reunisse as avaliações integradas em todos os setores e níveis territoriais. Isso tem enfatizado o desafio mundial para esforços unificados e levou a outras questões subexploradas e urgentes, como a compreensão dos desafios de indicadores harmonizados em diferentes níveis territoriais, a compreensão dos resultados esperados dos indicadores padronizados e específicos do contexto para as cidades ou o papel dos diferentes tipos de instituições que conduzem ao processo de normalização e seus impactos (PIRES; FIDÉLIS; RAMOS, 2014).

Segundo Klopp e Petretta (2016), as cidades são complexas, com suas próprias características, em que os elementos sociais, políticos, econômicos e culturais reagem e interagem de acordo as necessidades e características de cada local. Sendo assim, qualquer conjunto de indicadores parecerá necessariamente rígido e incapaz de refletir plenamente a complexidade urbana e as muitas escalas sobre as quais os impactos da cidade são sentidos. Apesar desta restrição, os sistemas de indicadores têm proliferado, porque servem a múltiplos propósitos (KLOPP; PETRETTA, 2016).

As cidades desempenham um papel significativo nas atividades sociais e econômicas, mas desempenham um papel precário em termos de conservação ambiental por causa de externalidades, sendo importante avaliar a sustentabilidade nas cidades, a fim de gerenciar adequadamente as atividades humanas nelas ocorridas. As dimensões local e urbana da sustentabilidade estão se tornando predominantes na literatura internacional e a definição de indicadores específicos de contexto urbano local é de grande interesse. Ou seja, criar um novo Índice de Sustentabilidade da Cidade (ISC), que permita avaliar e comparar os desempenhos de sustentabilidade das cidades para compreender o impacto local e global sobre o ambiente e a vida humana em comparação com a sua contribuição econômica e potencialmente. Tem-se como premissa colaborar com as autoridades locais a obter orientação política para possíveis caminhos sustentáveis (MORI; CHRISTODOULOU, 2012).

Os indicadores podem desempenhar um papel científico no aprofundamento da compreensão das cidades, um papel conceitual moldando debates e diálogos e papéis políticos, legitimando ou não as opções políticas, muitas vezes, inserindo novos tipos de dados nas políticas. Os indicadores são de uso múltiplo, podendo servir para monitorar o progresso em direção às metas, informar planejamento e tomada de decisões, aumentar a conscientização, incentivar mudanças políticas e comportamentais, promover a participação do público e melhorar a comunicação (KLOPP; PETRETTA, 2016)

Muitos governos, pesquisadores e profissionais têm dedicado esforços para desenvolver políticas, métodos e indicadores para promover a urbanização sustentável, orientar os formuladores de políticas e planejadores em nível da cidade, a fim de tomar decisões adequadas para implementar o desenvolvimento urbano em busca do desenvolvimento sustentável. No entanto, estes indicadores são valiosos apenas se forem eficazes para aplicação. Portanto, é importante examinar a eficácia dos sistemas de indicadores existentes, a fim de melhorar a qualidade dos sistemas de indicadores para orientar a prática da urbanização (SHEN; ZHOU, 2014).

Para Pires, Fidelis e Ramos (2014), os indicadores devem refletir seu contexto cultural, social, ambiental, político e institucional particular, pois um único conjunto de indicadores comuns que seja igualmente aplicável a todas as cidades não é possível. No entanto, eles afirmam que a identificação de algumas questões universais comuns para fornecer comparações internacionais e inter-regionais úteis é recomendada.

Segundo Michael, Noor e Figueroa (2014), as dimensões do desenvolvimento urbano sustentável, se analisadas separadamente (qualidade ambiental, oportunidade econômica e bem-estar social), dificultam a capacidade da maioria dos sistemas de entender com precisão os movimentos em direção à sustentabilidade. Ressalta-se também que as dimensões da sustentabilidade podem ser efetivamente alcançadas atuando no nível local.

a) Indicadores para Dimensão social

Como o conceito de sustentabilidade, a sustentabilidade social não é nem absoluta nem constante. A sustentabilidade social tem de ser considerada como um conceito dinâmico, que irá mudar ao longo do tempo (de ano para ano/década para

década), em um lugar. As crises econômicas, ambientais e políticas em escala local ou mais ampla também podem influenciar na atividade social (DEMPSEY et al., 2009).

Na visão de Silva e Lima (2010), dimensão social está ligada diretamente aos objetivos relacionados à satisfação das necessidades humanas, à melhoria da qualidade de vida e à justiça social. Os indicadores incluídos nessa dimensão relacionam-se diretamente com questões voltadas à população, trabalho e rendimento, saúde, educação, habitação, segurança e retratação da situação social, da distribuição de renda e das condições de vida da população, em uma visão mais recente.

Na concepção de Axelsson et al. (2013), os valores sociais podem ser analisados sob quatro perspectivas:

I. Sociedade civil democrática, incluindo a participação local no processo de desenvolvimento. O processo de transição do governo para a governação é uma parte importante deste indicador e um pré-requisito para o desenvolvimento democrático em muitas sociedades.

II. O ambiente de vida, que inclui o bem-estar humano e a segurança relacionados com desastres naturais e agitação social; a necessidade de compreender os valores estéticos; as preferências de saúde e os efeitos para a saúde das populações em relação ao meio ambiente. Houve pesquisas consideráveis sobre percepções humanas de diferentes paisagens e características da paisagem usando uma variedade de métodos, incluindo pesquisas, estudos fotográficos e entrevistas em profundidade. Além disso, alguns estudos têm mostrado vínculos diretos entre a paisagem e a saúde humana.

III. Desenvolvimento humano relacionado com a saúde, educação, renda e outros parâmetros potencialmente. Existem vários indicadores e índices desenhados para fornecer informações sobre a qualidade de vida, com medidas estatísticas, nos níveis internacional, nacional e local.

IV. Equidade como igualdade de direitos, oportunidades, educação, renda e saúde.

Sobre a equidade social, Dempsey et al. (2009) citam a acessibilidade como medida fundamental, visto que ao analisar o ambiente construído, por exemplo, os principais serviços e instalações, as vias de transporte público, a oferta de caminhadas e ciclismo, podem ter um impacto na extensão e natureza da

acessibilidade num determinado local. Ou seja, educação e formação, habitação decente, serviços públicos, infraestrutura (social), espaço verde, cultura e recreação são aspectos da vida cotidiana aos quais os moradores e usuários precisam de acesso equitativo.

Alguns destes aspectos estão diretamente ligados ao ambiente construído, quer através da prestação efetiva de serviços e instalações, quer através dos meios de acesso aos mesmos. Outros estão indiretamente ligados: por exemplo, o acesso a uma habitação condigna pode ser medido pela condição da forma de habitação física, mas também depende do serviço prestado pela associação de habitação/autoridade local. Além disso, o aspecto relacionado de habitação a preços acessíveis (e posse) pode proibir os residentes de viver e sair de diferentes bairros e áreas. Para examinar como a forma urbana pode afetar a sustentabilidade social, uma série de serviços e instalações podem ser selecionados na escala de vizinhança e serem analisados, para que em todos os aspectos predomine a equidade social (DEMPSEY et al., 2009).

Outro ponto que dever ser analisado ao se reportar a dimensão social de sustentabilidade é a cultura do local, pois exerce papel relevante para o desenvolvimento urbano sustentável. Os tomadores de decisão devem se basear na cultura para o desenvolvimento inclusivo, superando as inadequações de indicadores e medição de impactos, participação do cidadão e desigualdade de gênero. A vitalidade cultural é necessária à vida urbana, pois permeia todas as esferas de vida e está na base das liberdades, no intercâmbio público de ideias e no bem-estar social. O papel dos governos locais é crucial, cabendo a eles criar e apoiar espaços de diálogo e ação; planejar, projetar, implementar e monitorar políticas e programas; desenvolver infraestruturas; e garantir que os valores de herança, diversidade e criatividade sejam reconhecidos, particularmente no contexto em que estes podem ser negligenciados ou ameaçados (UNESCO, 2016).

b) Indicadores para a Dimensão econômica

Sobre a dimensão econômica, Silva e Lima (2010) tratam do desempenho macroeconômico e financeiro e dos impactos no consumo de recursos materiais e no uso de energia primária. É uma dimensão que se ocupa com os objetivos de

eficiência dos processos produtivos e com as alterações nas estruturas de consumo pensadas para um desenvolvimento econômico sustentável para o longo prazo.

A variável de desenvolvimento econômico, dada a atual crise financeira e econômica, está sob estreita vigilância. A crise mostra que a manutenção do crescimento econômico é um objetivo essencial e universalmente aceito para o público em geral. Deve-se notar que o crescimento tem sido o objetivo político mais importante em todo o mundo nas últimas cinco décadas. É a razão pela qual tem sido difícil encontrar um equilíbrio entre a sustentabilidade e o crescimento econômico dos países. Esperamos que a crise econômica possa ser um exemplo de como mudar a abordagem do crescimento econômico e como conceber uma nova economia em termos de desenvolvimento sustentável. A crise econômica mundial colocou em foco o pilar econômico e questionou a sustentabilidade do desenvolvimento com base no progresso econômico (MOLDAN; JANOUŠKOVÁ; HÁK, 2012).

Na visão de Berardi (2013), há uma limitação em relação as dimensões da sustentabilidade, principalmente no aspecto econômico. De acordo com o autor, os sistemas atuais dão pouca importância em relação a capacidade de promover oportunidades comerciais e econômicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Alguns critérios devem ser considerados na avaliação de uma dada comunidade, tais como: a vitalidade industrial, a quantidade de trocas econômicas e a viabilidade financeira na comunidade.

Ou seja, as empresas locais e as novas atividades econômicas devem ser vistas como aspectos criativos para comunidades sustentáveis. Para tanto, faz-se relevante levar em conta, quando se analisam os aspectos econômicos de sustentabilidade, todos os fatores socioeconômicos, como: renda familiar, taxa de emprego, a porcentagem de pessoas sem moradia. Enfim, não há como dissociar aspectos sociais e econômicos, quando se analisa a sustentabilidade urbana, nem como não considerar aspectos ambientais e institucionais (BERARDI, 2013).

c) Indicadores para a Dimensão Ambiental

Para Silva e Lima (2010), a dimensão ambiental diz respeito ao uso dos recursos naturais e a degradação ambiental, tendo uma relação direta com os objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, considerados vitais para

as futuras gerações. Questões como essas, podem estar embasadas em temas como atmosfera, terra, água doce, oceanos, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento.

Para Moldan, Janoušková e Hák (2012), a sustentabilidade ambiental visa melhorar o bem-estar humano, protegendo as fontes de matérias-primas utilizadas para as necessidades humanas, enquadrando-se na estrutura econômica ecológica de recursos limitados. Os autores também identificam a sustentabilidade ambiental como um conjunto de restrições sobre as quatro principais atividades que regulam as escalas do subsistema econômico humano: "o uso de recursos renováveis e não-renováveis do lado da fonte e a poluição e assimilação de resíduos no lado do sumidouro".

Uma contribuição importante para o conceito de sustentabilidade ambiental foi feita pela Estratégia Ambiental da OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) para a Primeira Década do Século XX. A estratégia define quatro critérios específicos para a sustentabilidade ambiental local: a regeneração (os recursos renováveis devem ser utilizados de forma eficiente e a sua utilização não deve exceder as suas taxas de regeneração natural a longo prazo), a substitubilidade (os recursos não renováveis devem ser utilizados de forma eficiente e a sua utilização limitada a níveis que podem ser compensados pela substituição por recursos renováveis ou outras formas de capital), a assimilação (a liberação de substâncias perigosas ou poluentes para o ambiente não deve exceder a sua capacidade de assimilação) e evitar a irreversibilidade (MOLDAN; JANOUŠKOVÁ; HÁK, 2012).

Cinco podem ser os objetivos para melhorar as políticas ambientais no contexto do desenvolvimento sustentável:

- 1) manter a integridade dos ecossistemas através da gestão eficiente dos recursos naturais;
- 2) desvinculação das pressões ambientais do crescimento econômico;
- 3) melhorar a informação para a tomada de decisões: medir o progresso através de indicadores;
- 4) a interface social e ambiental: melhoria da qualidade de vida
- 5) interdependência ambiental global: melhoria da governação e da cooperação (MOLDAN; JANOUŠKOVÁ; HÁK, 2012, p.3).

Segundo Leite (2012), uma cidade sustentável deve buscar novos modelos de gestão e crescimento, através de um desenvolvimento urbano que otimiza o uso

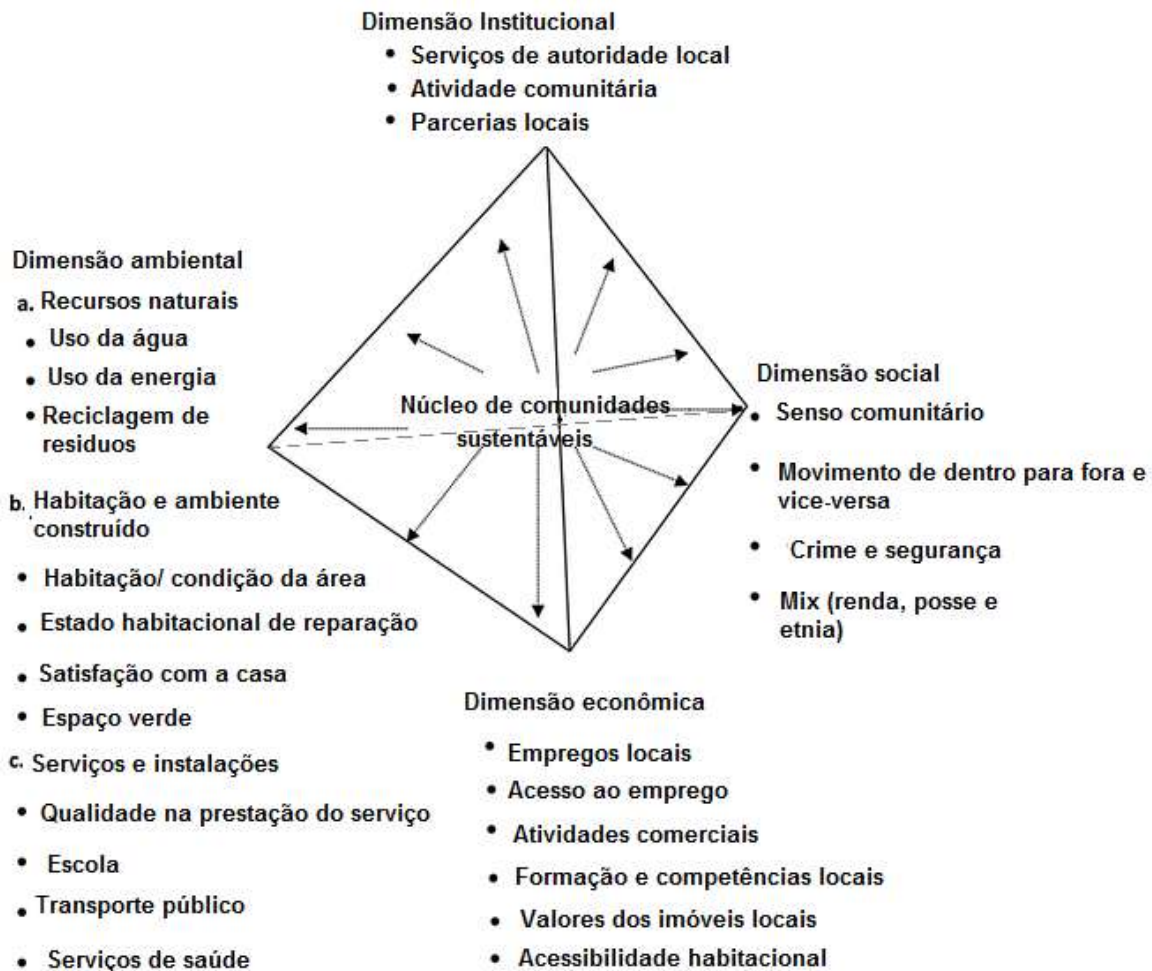
das infraestruturas urbanas e promova maior sustentabilidade. Para tanto, eficiência energética, melhor uso das águas, redução da poluição e conscientização por parte dos *stakeholders* da importância da preservação dos recursos naturais se mostram fatores indispensáveis na busca da sustentabilidade urbana, em que se considera a dimensão ambiental em seus planejamentos.

d) Indicadores para Dimensão institucional

A dimensão institucional trata da orientação política e da capacidade e esforços despendidos em prol de um desenvolvimento sustentável efetivo, que considere em seu contexto de análise aspectos relacionados à existência ou não de conselhos municipais, o quanto de recursos financeiros foram despendidos com pesquisa e desenvolvimento, com proteção ao meio ambiente, dentre outros aspectos relevantes para um desenvolvimento local mais equitativo (SILVA; LIMA, 2010).

Pode-se dizer que as áreas urbanas são, portanto, consideradas o nível institucional e geográfico mais próximo dos cidadãos, em que a sustentabilidade pode ser eficientemente promovida e avaliada. De fato, uma comunidade local representa o ambiente natural mais próximo, rede social e mercado econômico em torno de um cidadão (BERARDI, 2013). A Figura 2, relaciona uma série de indicadores institucionais, ambientais, sociais e econômicos que se adaptam à sustentabilidade urbana.

Figura 2 - Elementos para avaliar sustentabilidade local.



Fonte: Berardi (2013. p. 1578).

Os indicadores apresentados na Figura 2, de acordo com Berardi (2013), são comuns em muitos sistemas de avaliação de sustentabilidade, podendo os mesmos serem considerados um referencial. No entanto, um ambiente urbano específico pode exigir alterações, ou seja, acrescentando outros indicadores específicos do local ou removendo alguns deles. É importante destacar que a sustentabilidade não possui um conceito único e bem definido, nem abrange todos os indicadores que são formulados, dessa forma, é importante que cada cidade, local adeque os indicadores para que melhor colabore para um desenvolvimento local sustentável.

Para Berardi (2013) e para Dong e Hauschild (2017), quando se busca melhorar a sustentabilidade de uma região, são necessárias muitas informações em relação ao local e muitos aspectos devem ser considerados. Os autores veem os indicadores de sustentabilidade como ferramentas importantes para a busca da sustentabilidade

urbana, entretanto, cada cidade, região devem selecionar os que melhor representam o local. Também, os autores compartilham a ideia de que os aspectos relacionados às dimensões sociais, econômicas, ambientais e institucionais devem ser trabalhados conjuntamente, uma vez que são variáveis dependentes. Em relação a dimensão institucional, ressalta-se que a criação de políticas públicas que visam o desenvolvimento urbano sustentável se mostra fundamental, assim como o envolvimento e a participação dos diversos *stakeholders* no processo.

2.2 Políticas Públicas para a Sustentabilidade

Desde a década de 1980, o foco da política urbana tem sido o empoderamento da comunidade, a ação local e a governança e o envolvimento de múltiplas agências na regeneração urbana generalizada, ao lado da incorporação contínua na política de conceitos inter-relacionados, incluindo sustentabilidade social, comunidades sustentáveis, qualidade de vida, coesão social e, mais recentemente, vivência e bem-estar (DEMPSEY et al., 2009).

As tendências de urbanização, a crescente disparidade entre populações ricas e pobres surgiu na vanguarda dos debates sobre as pressões urbano-ambientais e governança. Com o aumento da globalização econômica e a difusão global do neoliberalismo, vieram a desregulamentação, a privatização e a ampliação do governo na prestação de serviços públicos. Embora essas políticas tenham beneficiado algumas populações urbanas, elas também aumentaram as pressões socioeconômicas em grandes segmentos populacionais e particularmente em grupos de renda moderada e baixa (VOJNOVIC, 2014).

O Quadro 2 apresenta os principais fundadores da área de Políticas Públicas e contribuições dos mesmos, sobre o referido tema.

Quadro 2 - Principais Fundadores da área de Políticas Públicas.

Fundadores da área de políticas públicas	Contribuição dos principais fundadores
Laswell - 1936	Introdução da expressão “Análise de Política Pública”, neste período, buscava-se uma relação entre o conhecimento científico e a produção empírica dos governos, tentando promover o diálogo entre sociedade, governo e demais <i>stakeholders</i> .
Simon – 1957	Introdução do conceito Racionalidade Limitada, de acordo com o autor, para agentes públicos, a racionalidade se aplica pelo fato de haver falhas na comunicação, pouco

	tempo para tomada de decisão, no entanto, esta racionalidade pode ser maximizada, desde que se desenvolvam um conjunto de regras, normativas e incentivos, que visem a satisfação de todos os envolvidos.
Lindblom – 1959-1979	Incluiu em sua análise outras duas variáveis que são, integração e poder, indo além do conceito de racionalidade apresentado por Laswell e Simon. Para o autor, as questões que envolvem políticas públicas devem buscar a integração e participação em todo o processo decisório, tornando dessa forma um processo constante de análise, sem princípios ou fins determinados, ou seja, indo além da racionalidade limitada.
Easton - 1965	Políticas Públicas são definidas como sistemas, deve haver uma relação entre formulação, resultados e ambiente. Sendo que as Políticas Públicas “insumos” dos partidos, e demais <i>stakeholders</i> , que influenciam nos seus resultados.

Fonte: Adaptado de Souza (2006, p.23-24).

De acordo com o Quadro 2, as políticas públicas são sistemas de normas e atos que não se limitam a organizar a ação do Estado sobre a sociedade, mas sim para o estabelecimento de metas e diretrizes, que incluem na consecução dessas metas, órgãos estatais, agentes econômicos, organização da sociedade civil e particulares. Ou seja, uma política voltada para todos, voltada a objetivos coletivos que visam a melhoria da comunidade e da coesão societária (SOUZA, 2006; MANIGLIA; COSTA, 2012).

Para Maniglia e Costa (2012), os aspectos, sociais, econômicos e ambientais são fundamentais para a sustentabilidade. Para tanto, a construção da nova sociedade, mais justa, livre e solidária é uma norma-objetivo da Constituição Brasileira, a qual demandará modificações estruturais nos padrões de consumo, através da criação de políticas públicas que contemplem as necessidades da população.

São direitos dos cidadãos terem uma sociedade justa e inclusiva, que assegure benefícios como moradia, saúde, educação, bem-estar, dado que a realidade social marcada pelo descolamento entre volume de produção econômica e distribuição de renda gerada, ocasiona uma desigualdade social. Para tanto, devem haver políticas públicas garantidoras dos direitos fundamentais de acesso a bens materiais (MANIGLIA; COSTA, 2012).

Em relação aos aspectos econômicos, é fundamental a realização de políticas públicas que incidam sobre a produção de bens e riquezas, sendo que a Constituição posiciona a dignidade humana como essência da razão. Assim, uma das finalidades constitucionais em prol de um desenvolvimento sustentável é a proteção e promoção

do trabalho. Minaglia e Costa (2012) relatam que somente se pode pensar em sustentabilidade econômica quando da realização de políticas públicas que visam a geração de empregos dignos, ou seja, o desenvolvimento demanda de um projeto social que deve ter como premissa essencial o pleno emprego.

Compartilham da mesma ideia Silva e Lima (2010) e Vojnovic (2014), quando inferem que na busca pela sustentabilidade urbana são importantes os aspectos ambientais, sendo que a preservação do meio ambiente se encontra enquadrada como norma-objetivo da ordem econômica constitucional. Dessa forma, fica evidente e imprescindível que a atuação jurídica por meio de políticas públicas de reestruturação produtiva e de educação ambiental sejam executadas em caráter de urgência, visando a diminuição da degradação ambiental e uso racional dos recursos.

Uma política pública compreende aspectos sociais e políticos, indo além da tomada de decisão pessoal, pois o assunto aborda a vida e o bem-estar de um grande número de cidadãos. O processo e os resultados da análise de políticas públicas geralmente envolvem outros profissionais e *stakeholders*, muitas vezes, feito em equipes ou em ambientes corporativos. Os analistas das políticas ajudam no planejamento, no orçamento, na avaliação do programa, no projeto do programa, na gerência do programa, nas relações públicas e em outras funções (BARDACH, 2011).

As políticas públicas requerem avaliação crítica e participação ativa, ou seja, a sociedade tem grande poder de decisão junto ao setor público. Visto que as políticas públicas envolvem diversos *stakeholders*, sejam eles, atores públicos, como: parlamentares, políticos, burocratas, atores privados: compreendendo empresários, trabalhadores, sindicatos, associações, formuladores de opinião, mídia, artistas, como agentes internacionais, ONU, OMC, UNESCO, dentre outros (BIASON, 2012).

Ou seja, as políticas públicas devem ser um exercício constante do setor público, sendo que este deve apresentar para a população quais ações foram realizadas com o dinheiro pago pelos impostos, alíquotas, taxas e tarifas. Os retornos devem se basear na resolução de problemas sociais, econômicos, ambientais, de infraestrutura, entre outros. Dessa forma, a população e gestão pública devem traçar objetivos e metas e depois realizem o acompanhamento para verificar se os objetivos

estão sendo realizados, bem como, se a política pública está sendo eficiente para alcançá-los (SILVA, SOUZA-LIMA, 2010).

A realidade do governo é que as estruturas organizacionais serão sempre personalidades, percepções e política. Mesmo que um desenho racional das estruturas não seja garantido para melhorar a formulação de políticas, ainda é importante. O *design* das instituições molda e direciona a forma como a política é feita. As estruturas não são soluções simples para melhorar a elaboração de políticas. Mas isso não significa que o governo não deve prestar atenção, porque as estruturas são conjuntos de autoridades e responsabilidades, impactando diretamente nas decisões organizacionais. Assim, a forma com são utilizados os recursos, tanto formais quanto informais, são de extrema importância na formulação e implementação de políticas públicas eficazes (HALLSWORTH; PARKER; RUTTER, 2011).

Outro fator importante que colabora na formulação de políticas públicas é a governança, a qual compreende um conjunto de costumes, processos, políticas, que quando bem formuladas podem auxiliar as estruturas organizacionais para a criação de políticas públicas. O desafio consiste em assegurar que estas sejam organizadas de forma a encorajar uma abordagem coerente de um conjunto de políticas prioritárias, em vez de se basear numa análise pontual e reativa de iniciativas individuais (HALLSWORTH; PARKER; RUTTER, 2011).

As políticas públicas, quando elaboradas, devem estimular todas as dimensões, sociais, políticas, econômicas, ambientais, trata-se de valores, percepções e concepções da população sobre os esforços para o desenvolvimento sustentável. Para Silva e Lima (2010), quando se pensa políticas públicas sob a ótica da sustentabilidade, representam um amadurecimento, podendo ser sustentável ou não e, para tal verificação, é necessária, para qualificar ou quantificar as etapas de seu processo, a utilização de indicadores. Dessa forma, para que as políticas públicas sejam feitas, diversas vertentes de sustentabilidade devem ser atingidas, ou seja, implicam amadurecer ou não as dimensões de sustentabilidade.

Quando se trata da elaboração e implementação de políticas públicas, estas têm de estar de acordo com os objetivos que se pretendem alcançar, sendo primordial levar em consideração a realidade apresentada pelas pessoas que participam do processo com as dimensões da sustentabilidade que se pretende atingir, possuindo assim caráter interdisciplinar. Ou seja, as políticas públicas, tanto

em sua elaboração quanto na questão de sua interface com as demais, são consideradas interdisciplinares devido a sua diversidade e aos seus objetivos diversos, podendo estas estarem ou não em dimensões diferentes do desenvolvimento sustentável. Ressalta-se que, no processo de elaboração das políticas, tem-se como participantes organizações públicas, privadas e sociedades civis e demais entidades (SILVA; LIMA, 2010; HALLSWORTH; PARKER; RUTTER, 2011; VOJNOVIC, 2014).

2.2.1 Teoria dos *Stakeholders*

A palavra *Stakeholders* surgiu a primeira vez em um relatório interno no *Stanford Research Institute (SRI)*, no ano de 1963. O termo foi concebido para desafiar a noção de que os acionistas são o único grupo a quem a gestão precisa prestar contas. No final do ano de 1970 e início de 1980, estudiosos e profissionais trabalhavam para desenvolver teorias de administração que viessem a ajudar a esclarecer e explicar os problemas de gestão que envolviam elevados níveis de incerteza e mudanças dentro das organizações públicas e privadas (PARMAR et al., 2010).

Foi nesse ambiente de incertezas e mudanças vivenciadas pelas organizações que ao longo dos anos de 1980 e 1990 sugeriu-se que os gestores se utilizassem do conceito de *Stakeholders* para resolver três problemas, considerados importantes para um melhor gerenciamento de uma organização, os quais são: “O *problema da criação de valor e comércio*: Em uma rápida mudança e contexto de negócios global, como é o valor criado e comercializado? O *problema da ética do capitalismo*: Quais são as conexões entre capitalismo e ética? O *problema da mentalidade gerencial*: Como os gestores devem pensar sobre a gestão de: (1) Melhor criar valor e (2) Explicitamente conectar gestão e ética? ” (PARMAR et al., 2010 p.405).

A Teoria dos *Stakeholders* visa a integração dos diversos atores envolvidos em prol de um objetivo comum junto à organização ou município e surgiu através de uma abordagem estratégica, que parte do princípio de que os gestores devem formular e implementar processos em que haja uma participação de todos os atores envolvidos, podendo estes serem acionistas, empregados, clientes, fornecedores, comunidades, governo, ONGS (FREEMAN e MC VEA, 2001). Essa Teoria visa em

seu processo gerir e integrar as relações desses atores, através de uma abordagem ativa, a qual objetiva uma gestão do ambiente de negócios, de relacionamentos e promoção compartilhada de interesses.

A Figura 3 é uma representação dos *Stakeholders* em um município, o mesmo pode ser visualizado quando se analisa uma organização, o que pode diferenciar a análise dos *stakeholders* de uma empresa ou de um município são os atores envolvidos. Sendo assim, a Figura 3 aponta que cada um dos atores podem afetar o município tanto em termos de danos e benefícios, quanto de direito e deveres, ou seja, as situações não são unívocas e podem variar de município para município e de organização para organização.

Figura 3 - Representação dos *Stakeholders* de um município.



Fonte: Adaptado de Freeman (2001).

A visão de Freeman (2001), quando evidencia que os *stakeholders* podem influenciar positiva ou negativamente uma organização ou município e que os mesmos devem ser interligados, está representado de acordo com a Figura 3, *stakeholders*, sociedade civil, órgãos não-governamentais, ONGs, em que é perceptível verificar a relação de interligação existente entre ambos com o município. No caso dos funcionários públicos, além das obrigações, eles esperam por parte do município algum retorno financeiro pelas atividades desenvolvidas. Ou seja, a gestão pública municipal afeta seu modo de vida, em que direitos e deveres para com o município tem uma relação direta (FREEMAN, 2001).

No caso dos funcionários públicos, esses tem interesse por um emprego e para isso devem demonstrar suas habilidades para desempenhar a função, sendo que em troca eles buscam segurança, estabilidade, salário. Da mesma forma, a sociedade civil, tanto município como sociedade devem manter uma boa relação, em que o município juntamente com seus gestores devem criar políticas públicas que ofereçam aos seus cidadãos infraestruturas adequadas, e a sociedade deve fazer uso dos recursos de forma consciente, participando e se envolvendo em ações e projetos do município, observando-se assim a interdependência do municípios com seus *stakeholders* (FREEMAN, 2001).

Assim, é possível verificar que os *stakeholders* têm poder de cooperação e interdependência, ou seja, quanto mais dependentes *stakeholders* forem, maior é seu potencial de cooperação, esse fator faz com que as organizações tanto públicas quanto privadas vejam a necessidade de se engajarem com outros atores na busca de uma melhor solução ou gerenciamento de seus planejamentos (LYRA; GOMES e JACOVINE, 2009).

Verbeke e Tung (2012), em seus estudos, ressaltam que a abordagem analítica dos *stakeholders* é de fundamental importância, uma vez que busca analisar a organização sobre diversos aspectos, considerando todos os atores envolvidos e a relação dos mesmos junto com a organização. Os autores também destacam que essa relação dos *stakeholders* com a organização/município é fundamental quando se busca melhoria do desempenho.

A maioria das pesquisas acerca de *stakeholders* estão subdivididas em quatro sub-áreas: teorias normativas de negócios; governança corporativa e ou teoria organizacional; responsabilidade social corporativa e desempenho; e a gestão estratégica (FREEMAN, 2004).

Para Phillips (2003), a teoria dos *stakeholders*, tanto na visão dos defensores como de alguns críticos, é vista como uma teoria flexível, em que os gestores das organizações públicas ou privadas podem se utilizar dessa teoria em seus planejamentos de gestão, adaptando as mesmas às diversas situações, desde que considerem em suas análises os diversos atores envolvidos.

Em uma pesquisa desenvolvida por Torres (2013), o autor identificou que *stakeholders* têm uma aceitação positiva quando verificam que os resultados foram obtidos através de um processo justo, mesmo que os resultados não se apresentaram suficientes para o processo. Ou seja, um *stakeholder* visa participação

e envolvimento nos processos de decisão objetivando a criação de valor, não correspondendo somente a valores financeiros.

Conforme Reed (2008), a constatação da importância da participação dos *stakeholders* impulsionou a incorporação dos mesmos na política nacional e internacional, fazendo também com que os *stakeholders* tenham um engajamento ainda maior nos processos de decisão de sustentabilidade, através de reivindicações normativas em busca de uma sociedade democrática, com cidadania e equidade. Como enfoque, benefícios para a sociedade e o engajamento das partes interessadas no processo de decisão em relação aos aspectos social, econômico e ambiental.

Ou seja, nas decisões de sustentabilidade, a participação dos *stakeholders* contribui para que se perceba de forma mais holística e justa a importância de se pensar em ações sustentáveis em um planejamento urbano. Verifica-se a importância da participação e engajamento desses atores e toda a sociedade na promoção de uma aprendizagem social, na busca de soluções mais criativas, de tecnologias que melhor se adaptem às condições sócio-culturais e ambientais locais, que busquem atender às necessidades e prioridades locais (REED, 2008).

Logo, a abordagem de diferentes autores enfatizam a importância de investir e considerar em qualquer decisão ou planejamento, todos os atores envolvidos, para que, juntos e de forma cooperada consigam a estabilidade destas relações todos em prol dos princípios, valores e objetivos da organização, ou do município.

Segundo Freeman (2004), outro ponto importante em relação a teoria dos *stakeholders*, relaciona-se a estratégia e o envolvimento de diferentes atores no processo de planejamento da estratégia. Para o autor, um exemplo disso é o conceito de uma estratégia de empresa, que descreve a relação entre a empresa e a sociedade respondendo à pergunta "O que significa?". Em sua forma original, uma abordagem dos *stakeholders* identificou a importância de desenvolver uma estratégia da empresa, deixando em aberto a questão de qual tipo de valores são os mais adequados. A identificação de que os valores são um ingrediente essencial para a gestão estratégica colocou em andamento um inquérito sobre as raízes normativas da teoria dos *stakeholders*. Esse mesmo conceito de estratégia aplicado para empresas, pode ser aplicado em um município, em que não somente os valores devem ser considerados, como também a cultura do local (FREEMAN, 2004).

Freeman (2004), em seu estudo, cita o trabalho desenvolvido por Donaldson e Preston (1995) os quais argumentaram que a teoria dos *stakeholders* poderia ser categorizada a partir de pontos descritivos, instrumentais ou normativos de vista. A teoria descritiva simplesmente ilustra que as empresas ou municípios têm diversos atores envolvidos, que são os *stakeholders*. A teoria instrumental iria mostrar que as empresas ou municípios que consideram os seus *stakeholders* elaboram estratégias bem-sucedidas. Já, a teoria normativa descreveria por que as empresas ou municípios devem considerar os *stakeholders* em suas decisões.

Assim, é notório que qualquer que seja o objetivo final da organização ou município, os gestores devem levar em consideração os interesses legítimos dos diferentes *stakeholders*, pois os mesmos podem afetar suas atividades (ou serem afetados por elas) (FREEMAN; WICKS; PARMAR, 2004).

A Teoria dos *Stakeholders* capacita melhor os gestores a articular e promover o propósito compartilhado de seu município. Através de uma visão ampla e participativa, é possível criar projetos que atendam as diferentes necessidades de cada local. No entanto, o bom desempenho dependerá da participação e envolvimento dos diferentes atores. Nesta visão, a teoria não busca atender a um *stakeholder*, mas sim um conjunto deles, em prol de um mesmo objetivo (FREEMAN; WICKS; PARMAR, 2004). Sendo um desafio para os municípios na atualidade reunir aos mais diferentes *stakeholders* na busca de elaboração de políticas públicas voltadas para um desenvolvimento urbano sustentável.

Dessa forma, a Teoria de *Stakeholders* é norteadora desta tese, visto que a mesma, conforme retratada por Freeman (2004), visa em seus projetos a participação dos diversos atores, sejam eles, empresários, clientes, fornecedores, comunidade, entidades sociais, poder público; ONGS, universidades, escolas, todos em prol de um objetivo comum.

2.3 Cidades Sustentáveis

A definição de cidades pode variar significativamente de país para país, sendo que nem sempre o tamanho da população é determinante, mas sim está relacionado com seu *status* administrativo ou histórico (PNUMA, 2011).

A sustentabilidade nas cidades envolve vários aspectos, os quais impactam diretamente na sustentabilidade, tais como: o uso da terra, a arborização, o descarte

dos resíduos, a mobilidade urbana, dentre outros, fazendo-se necessário a busca de inovações políticas (FEIOCK et al., 2014).

A sustentabilidade urbana tem atraído cada vez mais a atenção acadêmica e profissional voltados a responder questões, tais como: Quais fatores motivam e inibem a ação local sobre a sustentabilidade? Quais políticas de governo promovem a sustentabilidade? O que determina a priorização das ações particulares? Quais são os resultados das ações implementadas na questão de bem-estar e qualidade de vida ambiental? Qual o efeito que tem a política de sustentabilidade no desenvolvimento econômico e saúde financeira pública. Todas essas questões se tornam difíceis de serem respondidas quando não se tem informações e dados sobre as situações (FEIOCK et al., 2014).

Segundo Silva (2011), as cidades brasileiras nos próximos 30 anos crescerão quase 40 milhões de habitantes, ao contrário da zona rural que vai continuar se deparando com o êxodo rural. Dessa forma, a cidade vai precisar de uma quantidade significativa de recursos, infraestrutura, energia, habitação, serviços etc. Assim sendo, o consumo per capita da atualidade certamente será menor que o consumo per capita das próximas décadas, acentuando o quadro de exploração do sistema-entorno. Como consequência, aumentará também a produção de resíduos e a poluição ambiental de forma exponencial e acima da média atual.

Pode-se afirmar que a rápida urbanização é um dos fenômenos socioeconômicos mais importantes dos séculos XX e XXI. De acordo com a Nações Unidas, até 2050 mais de 70% da população mundial viverá em áreas urbanas. As cidades do mundo são responsáveis por quase 75% do consumo global de recursos. Considerando o fato de que as cidades representam a maior fonte de emissões de gases de efeito estufa e são ao mesmo tempo os maiores consumidores de recursos, vale pensar em um gerenciamento urbano mais sustentável. As cidades devem ser consideradas como motores de desenvolvimento local e regional, centros de conhecimento inovadores. Por conseguinte, considerar nos planejamentos os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais visa desenvolvimento sustentável (MEDVED, 2016).

Quando se busca um desenvolvimento urbano sustentável, mais precisamente uma cidade sustentável, Lundqvist (2007, p.7) apresenta a visão de que os governos juntamente com o setor privado e a comunidade devem:

- a) Apoiar uma abordagem política integrada de transportes que explora toda a gama de técnica e opções de gerenciamento e presta a devida atenção às necessidades de todos os grupos populacionais, especialmente aqueles cuja mobilidade é limitada por causa da deficiência, da idade, pobreza, ou qualquer outro fator.
- b) Planejar o uso e a disponibilidade de transporte público, a fim de facilitar o acesso às necessidades básicas: trabalho, escolas, saúde, lazer, dentre outros.
- c) Incentivar a utilização de transportes mais sustentáveis, incluindo caminhadas, ciclismo e transporte público, políticas que estabeleçam preços adequados para a população.

Outro autor que compartilha da ideia de Lundqvist (2007) é Romero (2009), para quem os fatores a considerar em prol da sustentabilidade urbana são:

- a) Os recursos: neste caso engloba reciclagem dos resíduos, otimização energética, urbanização sustentável, visando um menor impacto ambiental;
- b) A paisagem e o lugar: respeitando as características que envolvem o ambiente como um todo, bem como hábitos e costumes da população, sem perder sua identidade local.
- c) Espaços públicos e privados: que ofereçam um espaço aberto, seguro e acolhedor, com qualidade, estruturado para passeios, trilhas e parques de domínio público; e
- d) As relações sociais comunitárias: buscando o desenvolvimento comunitário a partir da interação social, participação, educação, estabelecendo uma história de vida coletiva e rica.

Percebe-se, desta forma, que as cidades são sistemas complexos afetados por diversos fatores sociais, econômicos e ambientais, com muitos conflitos e interações entre esses fatores. Para o desenvolvimento urbano contemporâneo, estes fatores desempenham um papel insubstituível (XINGKUAN; SHAN, 2011).

As cidades que buscam a sustentabilidade devem considerar o papel das tecnologias e a interação de sistemas ao invés de considerar a municipalidade apenas como a soma de suas estruturas físicas. A utilização das tecnologias de informação e comunicação, quando analisada de forma sistêmica, corrobora com a obtenção de três aspectos que agregam valor às cidades sustentáveis, que são a prestação de serviço, a inovação e o fornecimento de informações ao mercado (CARTER, 2013).

As cidades sustentáveis são as que têm visão de futuro em várias vertentes. Para Giffinger e Gudrun (2010 p.14), uma cidade para ser “inteligente” deve apresentar um conjunto de características relevantes: “economia, pessoas, governança, mobilidade, ambiente e qualidade de vida”.

Para Leite (2012), as cidades podem enfrentar os desafios, haja vista que os centros são produtores de cultura, política, liderança e crescimento econômico. As cidades possuem a capacidade de gerar inovação contínua e podem agir sobre as alterações climáticas, implementando medidas corajosas para reduzir os gases geradores do efeito estufa e mitigar os demais efeitos indesejáveis ao desenvolvimento urbano, basta que tenham um bom planejamento urbano.

De acordo com Leite (2012, p. 135):

O conceito de cidade sustentável reconhece que a cidade precisa atender aos objetivos sociais, ambientais, políticos e culturais, bem como aos objetivos econômicos e físicos de seus cidadãos. É um organismo dinâmico tão complexo quanto a própria sociedade e suficientemente ágil para reagir com rapidez às suas mudanças que, num cenário ideal, deveria operar em ciclo de vida contínuo, sem desperdícios.

O conceito de cidades sustentáveis na visão de Leite (2012) vem ao encontro do conceito de desenvolvimento sustentável anteriormente descrito nesta tese.

Ainda segundo Leite (2012), as cidades devem buscar se reinventar, para tanto, devem buscar de forma eficiente balancear os recursos necessários ao seu funcionamento, dentre esses recursos tem-se os que são considerados de entrada, que são água, terra, energia, alimentos, e as saídas, resíduos, poluição, esgotos. Todos esses recursos de entrada ou de saída devem ser trabalhados em prol de um desenvolvimento sustentável urbano, que satisfaçam as necessidades da população sem prejudicar o ambiente.

Ou seja, cidades sustentáveis são possíveis, esse é o ponto de partida para o desenvolvimento de um mundo mais sustentável, a definição de que é esse o caminho a ser seguido para a garantia do futuro.

Outro conceito que poderia se confundir com Cidades Sustentáveis é o conceito de cidades inteligentes que surgiu a partir de 2009, sendo utilizado para se referir a qualquer cidade que busque um desenvolvimento com foco em tecnologias modernas, independente de seu tamanho. Essa iniciativa se desenvolveu a partir de experiências anteriores que apresentavam cidades habitáveis com um conceito ambientalmente amigável, com qualidade de vida e com um significativo aporte tecnológico e informacional (LLACUNA et al., 2015).

Para Caragliu et al. (2011), uma cidade inteligente se forma quando investimentos em capital humano, infraestrutura, modernas tecnologias de

comunicação buscam um crescimento econômico sustentável com qualidade de vida, gestão eficiente de recursos naturais por meio de uma governança participativa.

Segundo Ruiz e Tigre (2014), a cidade inteligente busca, através de processos tecnológicos, otimizar e gerir as funções básicas da cidade, estabelecendo trocas econômicas, sociais e culturais, que proporcionem bem-estar à população e redução dos efeitos adversos das mudanças climáticas.

A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são consideradas um fator capacitador na busca e melhoria de processos, adotados principalmente em cidades com grandes ambições ambientais. A utilização das TIC são percebidas como um facilitador na redução do uso de energia, fazendo-se necessário compreender cada vez mais quais tipos de investimentos em TIC fornecem os melhores benefícios para o ambiente e a sociedade (KRAMERS et al., 2014).

De acordo com Kramers et al. (2014), a Comunidade Europeia, quando define cidade inteligente, considera aspectos sociais e econômicos, não estando presente na definição a sustentabilidade ecológica. Ou seja, percebe-se uma falta de conexão entre cidade inteligente e cidade sustentável. Logo, as TIC têm um grande potencial para apoiar a transição para cidades mais sustentáveis, no que tange ao gerenciamento de sistemas urbanos em prol de um desenvolvimento sustentável.

Na visão de Klopp e Petretta (2016), cada vez mais, as cidades estão sendo conceituadas menos como problemas e mais como "impulsionadoras do desenvolvimento sustentável" e mudanças ambientais globais. As áreas urbanas podem sustentar densidades que apoiem a prestação eficiente de serviços, a energia e o uso da terra e, através da reciclagem, tecnologias verdes e planejamento inteligente do uso da terra e do transporte podem alterar seus "metabolismos urbanos" para se tornarem mais enxutos e mais verdes, radicalmente reduzir os resíduos.

As cidades com metabolismos circulares enxutos podem minimizar insumos, maximizar as energias renováveis e reciclagem e, portanto, reduzir pegadas ecológicas. Cidades com diversas populações, subculturas e redes de interações também são reconhecidas como incubadoras de inovações que podem ajudar a enfrentar desafios atuais. Globalmente, existe um novo reconhecimento de que as cidades são onde as batalhas críticas para o desenvolvimento humano sustentável

devem ser travadas, batalhas com impactos muito além das próprias cidades (KLOPP; PETRETTA, 2016).

O novo foco global de desenvolvimento para as cidades também vem com um novo conjunto de metas que vão muito além do foco típico na habitação e melhoramento das favelas para incluir transporte seguro, acessível e sustentável, planejamento participativo e integrado, espaços verdes e públicos, qualidade e gestão de resíduos, resiliência climática e redução do risco de desastres naturais. As cidades sustentáveis são as que desenvolvem atividades econômicas dentro da capacidade de sustentação do ecossistema local para que a população local possa se beneficiar como um todo (MORI; CRISTODOULOU, 2012; KLOPP; PETRETTA, 2016).

Uma ferramenta eficaz para que as cidades melhorem seus indicadores que contemplem as dimensões sociais, econômicas, ambientais e institucionais é o PCS, conforme será apresentado na sequência.

2.3.1 Programa Cidades Sustentáveis (PCS)

A Plataforma do PCS (2011) teve como modelo os compromissos de Aalborg, na Dinamarca, considerado um acordo político, que visa o desenvolvimento sustentável, em que estão engajados mais de 650 municípios, sendo a maioria europeus. São vários os compromissos elencados nesse programa, no qual a participação da comunidade nas decisões, o correto ordenamento dos recursos, mobilidade urbana, preservação dos recursos naturais, educação, saúde e qualidade de vida estão entre os envolvidos.

O PCS criado em 2011 é uma ferramenta que visa a mobilização e a sensibilização das cidades brasileiras, em busca de um desenvolvimento urbano sustentável. Esta ferramenta é composta por 12 eixos temáticos que incorporam aspectos econômico, social, ambiental, político e cultural em todas as dimensões (PCS, 2016b).

Para o PCS existem diferenças entre as realidades brasileira e europeia, fazendo com que o programa incluísse dois novos eixos temáticos, para corroborar com a realidade e os objetivos pretendidos pelas cidades brasileiras, os quais compreendem: Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida e Cultura para a Sustentabilidade. O PCS está estruturado por meio de ações e iniciativas e

tem como propósito um futuro sustentável para a sociedade, em que se pretende a criação de cidades mais justas, que promovam o bem-estar da população, com qualidade de vida e proporcione a participação da comunidade na busca de um planejamento urbano mais sustentável (PCS, 2016b).

Ressalta-se que os indicadores do PCS são importantes instrumentos para o planejamento de cidades mais sustentáveis e para o desenvolvimento local e regional, execução e avaliação de políticas públicas. Os 12 eixos que formam a plataforma e que embasam os indicadores de sustentabilidade para órgãos públicos são apresentados na sequência.

2.3.2 Eixos de sustentabilidade

Conforme PCS (2016a), são 12 (doze) os eixos que compõem o PCS: Governança; Bens naturais comuns; Equidade, justiça social e cultura da paz; Gestão local para a sustentabilidade; Planejamento e desenho urbano; Cultura para a sustentabilidade; Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida; Economia local, dinâmica, criativa e sustentável; Consumo responsável e opções de estilo de vida; Melhor mobilidade, menos tráfego; Ação local para a saúde; Do local para o Global.

Na sequência, apresenta-se uma contextualização de cada eixo de sustentabilidade de acordo com o Programa PCS e demais autores pesquisados.

a) Ação Local para a Saúde

Este eixo, de acordo com o PCS (2016a), visa a proteção e promoção da saúde e bem-estar dos cidadãos. Objetiva melhorar a comunicação entre setor público e população em relação a informações essenciais na busca de uma vida saudável, com igualdade de acesso à saúde pública, independentemente de descendência (cor, raça) ou classe social, promoção de estudos de avaliação da saúde pública e gestão participativa no controle social sobre o sistema de saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde de forma ampla, indo muito além de doença e enfermidades, para a OMS, saúde é ter bem-estar físico, mental e ambiental. Saúde e bem-estar devem estar alinhados a um ambiente sadio, segurança pessoal, liberdade de escolha, relações sociais, emprego e renda

adequados, acesso a recursos educacionais e identidade cultural (SANDIFER; SUTTON-GRIER; WARD, 2015).

Segundo Sanchez e Ciconelli (2012), quando se trata de analisar acesso ou promoção de saúde, muitos fatores devem ser considerados, tanto por parte dos profissionais da saúde como do cidadão que está buscando esses serviços. Dessa forma, segundo os autores, é preciso considerar alguns aspectos como: disponibilidade, neste caso, verificar a existência ou não do serviço de saúde no local apropriado e no momento em que é necessário; aceitabilidade, como é percebido o serviço prestado no entendimento na visão do paciente e da comunidade; capacidade de pagamento, neste, está relacionado o custo do serviço, a capacidade de pagamento por parte do paciente; e informação, considera-se a dificuldade de comunicação e informação entre o conhecimento do paciente e do profissional de saúde.

Por sua vez, os princípios da promoção da saúde contidos na Carta de Ottawa (1986) baseiam-se em: a) fornecer pré-requisitos de saúde; b) construir políticas públicas saudáveis; c) criar ambientes de apoio; d) fortalecer a ação comunitária; e) desenvolver habilidades pessoais; e f) reorientar os sistemas de saúde. (RAPHAEL, 2014). Ainda, de acordo com o autor, alguns aspectos sociais influenciam na promoção da saúde, dentre esses aspectos, destacam-se distribuição de renda, educação, desemprego, condições de trabalho, habitação, exclusão social, dentre outros (RAPHAEL, 2014).

Os pré-requisitos estabelecidos pela Carta de Ottawa e os aspectos sociais determinantes citados pelo autor possuem afinidades. A Carta de Ottawa descreve como pré-requisito de saúde, paz, abrigo, educação, alimentação, renda, um ecossistema estável, recursos sustentáveis e justiça social e equidade, ou seja, muitos são os fatores do ambiente social que influenciam na saúde e bem-estar dos cidadãos, e políticas públicas se tornam fundamentais (RAPHAEL, 2014).

Corroborando com isso, Sandifer, Sutton-Grier e Ward (2015) destacam que a saúde humana é marcadamente afetada por condições ambientais, pois uma literatura ecológica muito recente apoia fortemente a hipótese de que manter a biodiversidade natural (alimentos saudáveis, água limpa e matérias-primas de qualidade), é fundamental para a sustentação dos processos, funções e manutenção contínua dos serviços ecossistêmicos dos quais a sobrevivência e o bem-estar humano dependem. Outro ponto importante destacado pelos autores é que há um

grande e crescente arcabouço teórico que demonstra que o contato com a natureza (incluindo espaço verde, parques, florestas, etc.) podem levar a benefícios mentais de saúde psicológica e fisiológica, bem como, muitos outros efeitos positivos.

b) Bens Naturais Comuns

Desde o início da primeira Revolução Industrial, uma expansão maciça da atividade econômica transformou o planeta. As mudanças ambientais globais e a expansão da população ameaçam minar a prosperidade futura. Melhorar o padrão de vida para cerca de dois milhões de pessoas que vivem em pobreza extrema, alcançar um tamanho de população sustentável e garantir os sistemas de apoio à vida que sustentam o bem-estar humano e a vida no planeta é o desafio central de desenvolvimento do século XXI. Os sistemas econômicos, políticos e sociais globais atuais não são adequados para atender este desafio. A conservação e o desenvolvimento econômico foram considerados em esferas separadas por muito tempo. O desenvolvimento sustentável no século XXI exige o reconhecimento explícito de que o desenvolvimento social e econômico faz parte e depende de uma biosfera estável e resiliente (GUERRY et al., 2015).

Para o PCS (2016a), quando se remete aos bens naturais comuns, tem-se como objetivo assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equilibrado aos bens naturais comuns, como direito de toda população, mais especificadamente, pretende-se:

- a) Estabelecer metas para a redução do consumo de energia não renovável e para aumentar o uso de energias renováveis;
- b) Melhorar a qualidade da água, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente;
- c) Proteger, regenerar e aumentar a biodiversidade, ampliar as áreas naturais protegidas e os espaços verdes urbanos;
- d) Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e o reflorestamento sustentáveis;
- e) Melhorar substantivamente a qualidade do ar, segundo os padrões da Organização Mundial da Saúde (OMS-ONU) (PCS, 2016a).

Durante muitas décadas, a demanda de energia de combustíveis fósseis atingiu uma taxa de crescimento exponencial que causou catástrofes e danos no meio ambiente. O grande problema é que o consumo de energia não renovável (petróleo, carvão, gás natural) aumenta o crescimento econômico geral, mas também aumenta as emissões de dióxido de carbono (CO²). Essas emissões são

consideradas como a principal causa do aquecimento global. Portanto, é necessário aumentar a eficiência energética e encontrar uma energia substituível para o fóssil, como a energia renovável. Uma das principais preocupações ambientais é a criação de políticas que visam reduzir as emissões de CO² e os poluentes locais. As energias renováveis também podem ser encorajadas a estimular economias, reforçar a segurança energética e diversificar o consumo de energia (JEBLI, YOUSSEF, OZTURK, 2016).

Segundo Jebli, Youssef e Ozturk (2016), leis e regulamentos ambientais são cruciais para proteger o meio ambiente e a biodiversidade em todo o mundo. O relatório da OCDE (2008) indica a eficácia do desenvolvimento sustentável a longo prazo através da promoção de instrumentos de crescimento sustentável que ajudem a reduzir os riscos ambientais e a atender às necessidades sociais da região. Os avanços no consumo sustentável são mais pronunciados para diminuir as externalidades ambientais e sociais, permitindo fornecer produtos sustentáveis aos mercados.

Para atingir o objetivo de uma cidade habitável, é necessário satisfazer uma ampla gama de necessidades sociais, econômicas e ambientais. Os pontos de vista sociais, como emprego, educação e segurança receberam recentemente muita atenção no desenvolvimento de indicadores de habitabilidade urbana. Outros aspectos relacionados à qualidade do ar, praças e parques seguros e próximos dos cidadãos estão cada vez mais ganhando espaços. A quantidade e a qualidade dos espaços verdes afetam os padrões de vida dos cidadãos, os modos e frequências da recreação cotidiana, a forma como o conhecimento sobre o meio ambiente é adquirido e as oportunidades para relaxar e lidar com o estresse diário, a presença de áreas naturais contribui para a qualidade de vida também por meio de serviços ambientais e ecológicos (PANAGOPOULOS; DUQUE; DAN, 2016).

Na visão de Totti e Azevedo (2013), no sistema de recursos de uso comum, qualquer intervenção sofrida, melhoria ou degradação pode, a princípio, atingir a todos os seus usuários de forma simultânea, ou seja, quando se pensa em termos de ganhos, todos se beneficiam com a melhoria da qualidade do sistema ou, em caso de degradação, todos perderiam, ainda que de maneira diferenciada; havendo ou não contribuído, respectivamente, para este ganho ou perda, podendo, inclusive, gerar benefícios ou perdas para gerações futuras.

c) Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida

O consumo responsável e opções de estilo de vida de acordo com o PCS (2016a) visam a adoção do uso sustentável dos recursos. Para tanto, é necessário:

Aumento da reutilização e reciclagem de resíduos; apoio na criação e manutenção de inclusão social das cooperativas de catadores e recicladores; tratamento e disposição dos resíduos de acordo com as normas e modelos sustentáveis; melhoria na eficiência energética, evitando o desperdício de energia. Para tanto, torna-se necessária a conscientização dos cidadão e órgãos públicos em relação ao consumo e uso sustentável dos recursos naturais e da necessidade de incentivar e regulamentar cadeias produtivas com certificações, rótulos ambientais, produtos orgânicos, éticos e de comércio justo (PCS, 2016a;).

Os padrões de consumo atual e os sistemas de produção baseados em práticas tradicionais e tecnologias comerciais geralmente não são sustentáveis. Portanto, devem ser feitas numerosas mudanças em políticas, educação, processos, produtos e serviços industriais, incluindo intensificação dos esforços de ecologização das cadeias de suprimentos e maior conscientização sobre as responsabilidades ambientais (TSENG et al., 2013).

Ainda de acordo com Tseng et al. (2013), apesar desta situação alarmante e imprevisível, as discussões políticas continuam enquadradas pelo objetivo da sustentabilidade. Essa adesão à sustentabilidade ignora o fato de que o conceito não conseguiu alterar significativamente o comportamento humano que criou os recentes hábitos de consumo.

O consumo responsável parte do princípio do conceito de desenvolvimento sustentável, em que a utilização dos recursos deve dar-se de forma que não afete as futuras gerações. Para Silva et al. (2012), é fundamental considerar algumas características, tais como: a cultura na qual essa sociedade do consumo está inserida, o estilo de vida adotado, a renda da população, as questões éticas assumidas por cada um, a educação a qual essa sociedade está sujeita e a educação para o consumo consciente.

Para Kunchambo, Lee e Brace-Govan (2017), o comportamento responsável do consumo é a compra, uso e disposição de bens e serviços com o objetivo de minimizar impactos negativos na natureza, enquanto ainda obtém ganhos pessoais. Os valores intrínsecos são grandes influenciadores do consumo responsável, isso pode ser visto quando as pessoas optam por caminhar em vez de dirigir para

economizar combustível, comprar produtos mais baratos, produzidos localmente e reutilizar itens para evitar gastar em novas compras. Em um nível mais profundo, os motivos do consumo responsável incluem a satisfação intrínseca, a gratidão, a aspiração de uma vida simples, o autoconfiança, o escapismo da confusão de consumo, o senso de controle, a preocupação com seus filhos ou animais, a conquista de uma autoidentidade estável e consistente e a formação de uma identidade ecológica consciente.

d) Cultura para a sustentabilidade

O eixo relacionado à Cultura para a Sustentabilidade (PCS, 2016a) visa o desenvolvimento de políticas culturais que respeitem e valorizem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial. Para tanto, a formulação de referências conceituais e políticas públicas que embasem cada ação se torna fundamental, principalmente considerando a cultura do humanismo com os preceitos de sustentabilidade, garantindo uma gestão participativa de todos os atores em prol de uma cultura que valorize as tradições populares de cada região.

De acordo com Silva (2014), quando se analisam políticas culturais, verifica-se que as mesmas têm relação estreita com as ações sociais, sendo a cultura vista como uma ferramenta sociopolítica e econômica, que pode estar associada a diminuição das desigualdades sociais, às intervenções no ordenamento das cidades ou intervenções na urbanidade, sobretudo em contextos de periferia, à formação humana e educação de qualidade.

De acordo com pesquisa sobre cultura e sustentabilidade realizado por Wellner (2016), estudiosos europeus sugerem três papéis da cultura no desenvolvimento sustentável. Primeiro, a cultura pode ter um papel de apoio e autopromoção, podendo ser caracterizada como "cultura no desenvolvimento sustentável". Isso expande o discurso do desenvolvimento sustentável convencional, adicionando a cultura como um único pilar autônomo ao lado das dimensões, ambientais, sociais e econômicas. Em segundo lugar, um papel que oferece a cultura como uma força mais influente que pode operar além de si mesma, "cultura para o desenvolvimento sustentável". Esse papel transforma a cultura em um modo de enquadramento, contextualização e mediação que pode equilibrar os três pilares

existentes e orientar o desenvolvimento sustentável entre necessidades econômicas, sociais e ambientais. Em terceiro lugar, um papel mais fundamental, "cultura como desenvolvimento sustentável", que vê a cultura como a base e a estrutura necessária para atingir os ODS (WELLNER, 2016).

Os três papéis são baseados no pressuposto de que a cultura está localizada na raiz de todas as decisões e ações humanas e pode servir como um novo paradigma no pensamento do desenvolvimento sustentável. Conseqüentemente, a cultura e a sustentabilidade estão mutuamente entrelaçadas (WELLNER, 2016).

A cultura pode ser definida como um padrão de suposições básicas compartilhadas, de modo que tenha sido aprendido por um grupo à medida que resolveu seu problema de adaptação externa e integração interna. Este padrão funcionou bem o suficiente para ser considerado válido e, portanto, ser ensinado a novos membros como o caminho certo para perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas. É claro, então, a conexão entre cultura e senso de comunidade, representando as características de um determinado grupo, uma localidade ou uma população (GUEVARA et al., 2014).

Os autores inferem que a cultura determina tudo o que é produzindo a partir da inteligência humana. É presente nos povos primitivos em seus costumes, sistemas, leis, religião, artes, crenças, mitos, valores morais, virando e mudando até hoje, presente em tudo o que afeta o sentimento, o pensamento e a atuação das pessoas. Oferece três dimensões interdependentes para a palavra cultura: o antropológico relacionado a tudo o que é socialmente construído e que os indivíduos aprendem; o social e o histórico, que podem ser entendidos como conjunto de hábitos, costumes, crenças, ideias, valores e mitos que se perpetuam de geração em geração; e o último relacionado às humanidades, que abrange as artes, as letras e a filosofia (GUEVARA, et al., 2014).

e) Do local para o global

O PCS, através dos indicadores, do local para o global, busca um desenvolvimento sustentável que esteja alicerçado em igualdade, justiça, preservação dos recursos naturais, promoção dos direitos iguais em nível global, respeito às diversidades. Para tanto, são primordiais estratégias para a minimização de emissões de gases geradores do efeito estufa, a integração de políticas de

proteção climática, de redução no consumo de energia, transportes e minimização de resíduos (PCS, 2016b).

Também, em relação ao indicador do local para o global, o PCS (2016b) ressalta a importância de considerar fatores que contribuem com a redução do impacto no ambiente global e promoção do princípio da justiça ambiental, através da colaboração em nível regional, nacional e internacional de cidades, para criação de estratégias que resolvam os problemas globais, através de parcerias com outros órgãos e governo local e a sociedade como um todo.

Segundo Runhaar, Driessen e Uittenbroek (2014), uma estratégia para diminuir o impacto ambiental é através da integração da política ambiental, a qual visa a incorporação de preocupações ambientais em políticas setoriais fora do domínio da política ambiental tradicional. Para os autores, abordar as preocupações ambientais nas políticas de agricultura, planejamento urbano, transportes e outros domínios políticos é considerado relevante, dado que muitas políticas setoriais não consideram em suas análises os impactos ambientais.

Ainda, de acordo com os autores, as políticas setoriais têm o potencial de influenciar diretamente as forças motrizes ou as causas profundas da pressão ambiental, como o crescimento nos volumes de transporte, a urbanização e a intensificação agrícola. Nos últimos anos, a integração da política climática surgiu como uma forma específica de integração de política ambiental, objetivava incorporar as preocupações com o clima, junto a políticas já existentes (RUNHAAR; DRIESSEN; UITTENBROEK, 2014).

Ou seja, para as adaptações sociais, econômicas e ecológicas, as mudanças não são novas. Os seres humanos têm se adaptado à variabilidade climática e à mudança ao longo dos séculos. Atualmente, no entanto, quantidades significativas de emissões de gases de efeito estufa produzidas pelo homem alteraram o clima da Terra. Além disso, o rápido crescimento da população humana e das economias em nível mundial, concentrado significativamente em áreas expostas aos danos climáticos, significa que os riscos de perdas decorrentes das mudanças climáticas continuarão a aumentar. A confluência desses fatores exige ação para adaptar proativamente sistemas naturais, construídos, sociais e econômicos. Infelizmente, dado o ritmo e a magnitude das mudanças em andamento, as medidas desenvolvidas no passado para lidar com a variabilidade climática podem, em muitos

casos, não serem suficientes para se adaptarem aos impactos sem precedentes das mudanças climáticas (BIAGINI et al., 2014).

f) Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável

O eixo “Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável” busca criar condições para uma economia local que garanta o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente, estimulando o emprego local, através da oferta de trabalho decente e contratação de jovens aprendizes. Considera importante também, a implementação de responsabilidade social empresarial no desenvolvimento de princípios e indicadores de sustentabilidade, que promovam a sustentabilidade e a integração das cadeias produtivas. Valorização das características da economia local, buscando implementar o turismo sustentável local tbm é interessante (PCS, 2016a).

Segundo Silva et al. (2012), são muitas as responsabilidades das organizações no desenvolvimento empresarial, fazendo com que seja necessária uma integração entre os diversos setores envolvidos em busca de responsabilidade social, em que cabe a cada um dos setores a adoção de ações que minimizem os impactos socioambientais e também econômicos de suas atividades, promovendo o desenvolvimento sustentável.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é geralmente interpretada significando a incorporação de questões como direitos humanos, direitos trabalhistas, proteção ambiental, proteção ao consumidor e combate à corrupção em práticas corporativas. RSE é o compromisso contínuo da empresa de se comportar de forma ética e contribuir para o desenvolvimento econômico, buscando melhorar a qualidade de vida da comunidade local e da sociedade em geral (ASIF et al., 2013).

Ainda na visão de Asif et al.(2013), a Teoria de *Stakeholders* reconhece que as organizações têm obrigações não só para os acionistas, mas também para outros grupos de interesse, como clientes, funcionários, fornecedores e a comunidade em geral. Qualquer abordagem da RSE deve, portanto, ter um foco explícito nos requisitos dos *stakeholders*. Para os autores, as empresas estão agindo de forma responsável quando buscam atender a dois requisitos: primeiro, eles não fazem conscientemente nada que possa prejudicar seus principais interessados, como seus investidores, funcionários, clientes, fornecedores ou a comunidade local em

que operam; em segundo lugar, se as corporações prejudicam as partes interessadas, elas devem, em seguida, corrigi-lás sempre que o dano seja descoberto e atendido. Dessa forma, é possível verificar que RSE é uma abordagem de gestão para a contribuição das empresas para o desenvolvimento sustentável (ASIF et al., 2013).

Outro ponto importante a discutir é em relação as oportunidades de emprego disponibilizadas à população, sendo que quando se busca uma economia local sustentável, deve-se levar em conta a questão de emprego e renda ofertada para a população. Segundo Caliendo e Schmidl (2016), os altos e persistentes níveis de desemprego juvenil suscitam preocupação. Por um lado, o desemprego está diretamente associado ao sofrimento psicológico e às dificuldades financeiras para os jovens afetados.

Os períodos de desemprego precoce podem ter efeitos negativos sobre os resultados da vida adulta, como os salários mais baixos, menor apego ao mercado de trabalho, menor bem-estar e uma maior propensão para se envolver em atividades criminosas (CALIENDO; SCHMIDL, 2016).

Também devem ser considerados os custos monetários imediatos do desemprego juvenil que incluem custos diretos para benefícios de desemprego e assistência social, bem como custos indiretos de pagamentos de impostos perdidos e contribuições para a segurança social. Aumentar os níveis de emprego é a estratégia mais eficaz com a qual os países podem se preparar para o envelhecimento da população, tornando urgente o problema do desemprego juvenil (CALIENDO; SCHMIDL, 2016).

Assim, a oferta de cursos de qualificação profissional são fundamentais, para isso a criação de parcerias público-privadas, com instituições de ensino no oferecimento de programas que visam a qualificação profissional devem ser vistas como prioritárias. O principal objetivo dos programas de qualificação e incentivo ao mercado de trabalho para jovens é integrar jovens desempregados no mercado de trabalho, estabilizar a entrada na carreira e/ou promover a aceitação da formação profissional como um passo intermediário para a entrada no mercado de trabalho (CALIENDO; SCHMIDL, 2016).

g) Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida

O PCS, através do eixo Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida, tem como objetivo a integração da educação formal e não formal na inserção de valores e habilidades em busca de uma vida saudável e sustentável: proporcionar a todos, independentemente de idade, oportunidades educativas que lhes incentivem a um desenvolvimento regional sustentável; propor que nas estruturas curriculares das escolas se inclua o tema da sustentabilidade; promover a discussão e conscientização sobre os desafios de sustentabilidade nas redes de comunicação. Todos esses princípios buscam qualidade de vida com consumo consciente, informação e educação devem estar alinhadas em prol de um mesmo objetivo (PCS, 2016a).

De acordo com a Lei n.º 9795, de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, Educação Ambiental enfatiza “[...] os processos onde o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 1999, Art.1º). A referida lei incumbe ao poder público, às instituições educativas, às empresas, aos órgãos integrantes do Sistema Nacional e Meio Ambiente e à sociedade de modo geral a definição de políticas públicas que visem a conscientização e promoção da sustentabilidade em todos os níveis de ensino, estendendo-se à toda sociedade, principalmente no que se refere a proteção e recuperação ambiental (BRASIL, 1999).

Em relação a qualidade de vida, verifica-se que o mesmo é visto como um termo polissêmico, em que a definição deste envolve vários fatores e contextos. Para a OMS, qualidade de vida está atrelada à percepção do indivíduo em relação a satisfação de suas necessidades, envolvendo aspectos, sociais, culturais, econômicos e ambientais (OMS, 1998). A qualidade de vida também está associada às condições mínimas oferecidas aos indivíduos para que os mesmos consigam demonstrar suas potencialidades, relacionadas também com o bem-estar da sociedade e a facilidade de acesso aos recursos materiais, culturais e naturais de forma mais igualitária (MINAYO et al. 2000; PEREIRA et al., 2012).

Para Pessoa e Braga (2010), a qualidade de vida e a educação para a sustentabilidade possuem ligação direta, em que a qualidade de vida visa a participação coletiva, e tem relação direta com a sociedade no âmbito de suas

culturas, hábitos, tradições. Já, a Educação Ambiental, visa a conscientização e a sensibilização das pessoas em relação à responsabilidade na construção de melhores condições de vida, fazendo com que as mesmas tenham responsabilidade na utilização dos recursos naturais de forma consciente, bem como, na construção de ambientes justos e saudáveis, a fim de proporcionar bem-estar para os cidadãos.

A qualidade de vida deve ser analisada sobre vários aspectos, uma vez que, pessoas vivem em lugares diferentes, cada um dos quais tem vários atributos ambientais e esses lugares influenciam na qualidade de vida. Pode-se pensar em lugares que variam em tamanho, população, bairro, estado ou nação. Ou seja, o lugar onde as pessoas vivem irá influenciar na sua satisfação com a vida em geral, devendo ser avaliado sob diversas dimensões, incluindo hábitos, costumes, emprego, a família, a cultura local, dentre outros (MARANS, 2015).

Portanto, a qualidade de vida está intimamente relacionada com aspectos psicológicos e bem-estar físico dos indivíduos, estando ligada a conceitos como satisfação, desenvolvimento humano, felicidade e bem-estar. O aspecto lidar com lugar incluindo cidades é comumente referênciado como qualidade de vida urbana (MARANS, 2015).

Da mesma forma, Llacuna et al. (2015) relatam que uma cidade habitável deve considerar a qualidade de vida, não somente sob o aspecto financeiro, mas também pelas oportunidades e serviços que a cidade disponibiliza tais como: educação, saúde, serviços sociais, emprego, todos em prol de uma satisfação e bem estar da população para aquele local.

h) Equidade, Justiça Social e Cultura de Paz

Este eixo, de acordo com PCS (2016a), visa busca por sociedades mais igualitárias e solidárias, verificando-se a necessidade de desenvolver e implementar programas para prevenção e superação da pobreza, garantia do acesso aos serviços básicos como educação, saúde, habitação de boa qualidade, inclusão digital, formação profissional, atividades esportivas. Fatores relacionados aos aspectos sociais como a inclusão social e igualdade entre gêneros, raças, etnias, também são essenciais quando se busca um desenvolvimento sustentável inclusivo e justo.

A cultura da paz tem como princípio a diminuição das desigualdades sociais, melhorando a vida das pessoas, as quais são confrontadas com a violência todos os

dias. Muitos são os fatores que se relacionam com a cultura da paz, podendo ser fatores relacionados à renda da população, à educação, atitudes e costumes, ou seja, alcançar a cultura da paz é um grande desafio que perpassa por reestruturação dos aspectos sociais, políticos e econômicos (CABRAL; GOTHARDO, 2015).

Segundo relata Dempsey et al. (2009), em um contexto urbano, a equidade social está relacionada à exclusão social e ambiental. Uma sociedade equitativa é aquela em que não existem práticas exclusivas ou discriminatórias que impeçam os indivíduos de participar economicamente, socialmente e politicamente na sociedade.

Ainda de acordo com o autor, a sustentabilidade deve ser vista sob uma perspectiva global, indo além do local da experiência cotidiana do ambiente construído. Em um sentido geográfico, a exclusão social e a desigualdade podem se manifestar como áreas de privação, que podem ter ambientes de vida mais pobres e acesso reduzido a uma variedade de serviços públicos. Pode-se dizer que a justiça territorial prevalece quando o acesso a tais serviços é igualado em todas as áreas geográficas, também conhecido como equidade horizontal (DEMPSEY et al., 2009).

i) Gestão Local para a Sustentabilidade

A gestão local para sustentabilidade, conforme o PCS (2016a), busca a implementação de uma gestão eficiente que leve em consideração etapas de planejamento, execução e avaliação, isso tudo baseado nos processos da Agenda 21 que almeja que regiões e cidades estejam cada vez mais integradas, na captação de um desenvolvimento urbano sustentável, que contemple e preserve todas as características da região. Dessa forma, é essencial o estabelecimento de metas e prazos sólidos com os compromissos do PCS, bem como um programa de monitoramento destes compromissos; visando uma política de gestão eficiente de recursos; buscando a participação da comunidade e demais atores na avaliação e monitoramento das formas de gestão, para que as mesmas ocorram de forma transparente, levando em consideração os aspectos da sustentabilidade.

O desenvolvimento local é um processo de gestão que busca a identificação das melhores oportunidades econômicas e sociais para a melhoria da qualidade de vida da população. Para tanto, parcerias com instituições locais e nacionais bem como a participação da população, é fundamental, desde que todos estejam em prol

de um mesmo objetivo, o desenvolvimento regional sustentável, contemplando as esferas, econômicas, sociais e ambientais (OLIVEIRA et al., 2013).

De acordo com Martins et al. (2010), o desenvolvimento local visa a construção coletiva, através da criação de espaços que permitam a interação entre os cidadãos, visando a diminuição das desigualdades sociais, em busca de um desenvolvimento social, econômico e ambiental inclusivo, em prol de uma melhor qualidade de vida local, com participação ativa de todos os atores envolvidos.

O desenvolvimento local sustentável deve ter como premissa em seus planejamentos a cultura do local, e sobre esse aspecto, deve-se considerar a adoção da inovação nos processos e a construção do consenso, por parte dos gestores municipais com os demais *stakeholders*. Os traços culturais impactam positivamente o enquadramento da sustentabilidade ambiental tanto no planejamento como na implementação das ações (LAURIAN; WALKER; CRAWFORD, 2016). Complementarmente, Zeemering (2017) infere que a sustentabilidade local é um desafio para os gestores, os mesmos devem se concentrar na integração da sustentabilidade nos seus processos, a fim de promover a sustentabilidade como uma reforma no governo local.

j) Governança

O termo governança, conforme o IBGC (2016), é constituído através de práticas e princípios, que podem ser adotados tanto por empresas públicas, quanto por empresas privadas, objetivando o bem comum e alinhando os objetivos e metas da organização que perdure no longo prazo.

Constata-se que, no Brasil, diversas leis e decretos foram publicados de modo a institucionalizar direta ou indiretamente as estruturas de governança. Em 1988, a Constituição Federal, através do seu Artigo 1º, retrata que: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito [...]”, que se analisado sob a ótica da governança, significa que é de direito do povo a escolha de seus representantes, ou seja, que o poder não está centralizado no governo, mas sim que o povo tem direito e poder de decisão (BRASIL, 1988, Art. 1º; TCU, 2014).

Também, no ano de 1988, de acordo com o TCU (2014), outros instrumentos surgiram além dos definidos na Constituição, com objetivo de fortalecer a governança pública, dentre eles:

- (a) o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000),
- (b) o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública), instituído em 2005 e revisado em 2009 e em 2013, (c) a Lei 12.813, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal; e (d) os instrumentos de transparência, como a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), que asseguram o direito fundamental de acesso à informação e facilitam o monitoramento e o controle de atos administrativos e da conduta de agentes públicos (TCU, 2014, p.19).

Segundo World Bank (2012), a governança tem como objeto de análise: as estruturas democráticas; os processos pelos quais os governos são selecionados, substituídos e monitorados; a divisão de poder e de autoridades entre as instituições e a organização do Estado; o controle ético dos governantes; o reconhecimento e respeito dos cidadãos para com as organizações que governam o Estado e os instrumentos institucionais de controle.

A governança, de acordo com o PCS, pretende fortalecer os processos de decisão com a promoção dos instrumentos da democracia participativa, através de objetivos específicos:

- a) Continuar a desenvolver uma perspectiva comum e de longo prazo para cidades e regiões sustentáveis;
- b) Fomentar a capacidade de participação e de ação para o desenvolvimento sustentável, tanto nas comunidades, como nas administrações locais e regionais;
- c) Convocar todos os setores da sociedade civil local para a participação efetiva – em conselhos, conferências, audiências públicas, plebiscitos e referendos, entre outros – nos processos de decisão, monitoramento e avaliação;
- d) Tornar públicas, transparentes e abertas todas as informações da administração municipal, os indicadores da cidade e os dados orçamentários;
- e) Promover a cooperação e as parcerias entre os municípios vizinhos, outras cidades, regiões metropolitanas e outros níveis de administração (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2015; PCS, 2016a).

Segundo a o Tribunal de Contas da União – TCU (2014, p. 18), no capítulo Governança para o Setor Público, evidencia os aspectos considerados pela

International Federation of Accountants – IFAC (2013), sobre o que é dever das organizações que entendem sobre boa governança no setor público, dentre os quais destacam-se: a garantia da entrega de benefícios econômicos, sociais e ambientais para os cidadãos; garantia de que a organização seja, e pareça, responsável para com os cidadãos; ter clareza acerca de quais são os produtos e serviços efetivamente prestados para cidadãos e usuários, e manter o foco nesse propósito; ser transparente, mantendo a sociedade informada acerca das decisões tomadas e dos riscos envolvidos; possuir e utilizar informações de qualidade e mecanismos robustos de apoio às tomadas de decisão e dialogar com e prestar contas à sociedade.

Ainda de acordo com IFAC (2013), os gestores públicos devem garantir aos cidadãos que os serviços prestados ao mesmo são de qualidade, buscar a colaboração dos diversos atores envolvidos, logo, deve promover o desenvolvimento contínuo de liderança e dos colaboradores. Além disso, é dever das organizações públicas: definir claramente processos, papéis, responsabilidades e limites de poder e de autoridade; institucionalizar estruturas adequadas de governança; selecionar a liderança tendo por base aspectos como conhecimento, habilidades e atitudes; avaliar o desempenho e a conformidade da organização e da liderança, mantendo um balanceamento adequado entre eles; prover aos cidadãos dados e informações de qualidade (confiáveis, tempestivas, relevantes e compreensíveis), dentre outras (TCU, 2014).

Ou seja, são diversas as definições e atribuições para governança corporativa, sendo que a mesma deve ser compreendida como um conjunto de práticas que têm por finalidade corroborar com o desenvolvimento da empresa pública ou privada, protegendo todos os *stakeholders*, facilitando o acesso às informações e o acesso ao capital (CVM, 2002).

A governança pública está associada a uma visão de governo como um processo amplo, plural e complexo da sociedade, através da integração entre política e administração, gestão e políticas públicas, ou seja, com uma visão diferente daquela marcada pela administração pública burocrática. De uma forma geral, governança é a capacidade de governar com uma visão mais colaborativa, de resultados públicos sustentáveis, de forma mais integradora (MARTINS; MARINI, 2014).

k) Melhor Mobilidade, Menos Tráfego

A questão da mobilidade urbana deficiente, a falta de acesso ou acessos precários são desafios que as cidades enfrentam quando buscam por um desenvolvimento mais sustentável. Em nível urbano, em que os problemas de transporte são mais agudos e concentrados, a obtenção de mobilidade sustentável é um pré-requisito para a melhoria do ambiente, devendo ser considerados os aspectos sociais, ambientais e a viabilidade econômica em matéria de transportes. São vários os impactos causados por um sistema de transporte ineficiente: o ruído, a poluição do ar e as emissões de gases poluentes. Portanto, o transporte urbano tem vários impactos negativos que envolvam o cumprimento das metas de sustentabilidade (COMISSÃO EUROPEIA, 2011; ALONSO et al., 2015).

De acordo com a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012, Art. 1º e 2º), “[...] sanciona que essa Política é instrumento para o desenvolvimento urbano, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do município [...]”, ou seja, tem como premissa contribuir para o acesso universal à cidade, através de um sistema de mobilidade urbana eficiente e que atenda aos desejos da população.

De acordo com a referida lei, em seu art. 5º, apresenta os princípios no qual está fundamentada a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

- I - acessibilidade universal;
- II - desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;
- III - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;
- IV - eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;
- V - gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- VI - segurança nos deslocamentos das pessoas;
- VII - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;
- VIII - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;
- e
- IX - eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana (BRASIL, 2012, Art. 5º).

Cabe ressaltar que a mobilidade urbana sustentável deve levar em consideração duas perspectivas: a primeira, através de uma oferta de transporte que

seja adequado aos padrões socioeconômicos e a segunda relacionada à qualidade ambiental. Sendo necessário investimentos em transporte público com utilização de energias limpas, conscientização das pessoas para utilização desse transporte, investimento em segurança, qualidade de serviços, facilidade de acesso, dentre outros (CAMPOS, 2007).

De acordo com o PCS (2016b), deve-se promover a mobilidade sustentável, reconhecendo a interdependência entre os transportes, a saúde, o ambiente e o direito à cidade. Para tanto, faz-se necessário:

- a) Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover meios de transportes coletivos acessíveis a todos, a preços acessíveis;
- b) Aumentar a parcela de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta;
- c) Desenvolver e manter uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências, com calçadas e travessias adequadas;
- d) Acelerar a transição para veículos menos poluentes;
- e) Reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública;
- f) Desenvolver de forma participativa um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável.

Ou seja, a questão da mobilidade urbana deve ser tema recorrente quando se busca um desenvolvimento urbano sustentável.

A mobilidade urbana é um dos maiores desafios que as cidades atualmente enfrentam. A mobilidade individual nas áreas urbanas atinge cada vez mais os seus limites, uma vez que a urbanização progressiva tem provocado uma crescente procura contínua dos sistemas de mobilidade urbana. A mudança dos padrões de mobilidade urbana das pessoas, as mudanças demográficas relacionadas e a diminuição da capacidade de investimento das autoridades públicas devem ser consideradas (SPICKERMANN; GRIENITZ; HEIKO, 2014).

As respostas aos desafios atuais para as cidades exigem uma reestruturação rápida fundamental do sistema de transporte. Fazendo-se necessário encontrar uma maneira de modernizar os sistemas atuais de mobilidade urbana, de modo que as restrições econômicas, ambientais e institucionais sejam limitadas e sustentáveis, e subsistemas competitivos de mobilidade urbana sejam alcançados para melhorar ainda mais a mobilidade pessoal. Uma medida para lidar com as restrições de mobilidade urbana é promover o transporte público. No entanto, os esforços para estimular o uso mais frequente dos transportes públicos raramente foram bem sucedidos. Parece ser impossível competir com o transporte motorizado individual.

Porém, o sistema sócio-técnico da mobilidade multimodal parece adequado para resolver alguns dos problemas atuais de mobilidade (SPICKERMANN; GRIENITZ; HEIKO, 2014).

O conceito de mobilidade multimodal discutida por Spickermann; Grienitz; Heiko (2014) muda a visão sobre a escolha tradicional e estritamente dicotômica entre transporte público ou privado. Ao contrário do transporte unimodal, o transporte multimodal usa dois ou mais serviços de transporte. A combinação dos modos de transporte público e privado oferece os benefícios de ambos os sistemas, evitando as suas fraquezas. Os conceitos atuais de mobilidade multimodal são fragmentados, uma vez que foram desenvolvidos em diferentes períodos de tempo por diferentes atores. Portanto, é necessário um sistema multimodal abrangente e bem planejado.

Diante do exposto, a mobilidade sustentável busca formas de atender à demanda de transporte dos cidadãos ao aderir aos princípios do desenvolvimento sustentável. O planejamento da mobilidade sustentável baseia-se na presunção de que os formuladores de políticas públicas não devem apenas atender a demanda atual de transporte, mas também são encorajados a moldar ativamente a magnitude e a estrutura dessa demanda futura (LIN et al. 2017).

Um dos principais objetivos do novo paradigma é reduzir a quantidade de viagens de carro nas cidades motivadas pela influência global (por exemplo, emissões de gases de efeito estufa e dependência de combustíveis fósseis) e locais (por exemplo, poluição do ar e ruído, risco de lesões, falta de atividade física) ambiente e saúde. A redução da viagem de carro pode ser alcançada, entre outros, através de uma mudança modal para caminhadas, ciclismo e transporte público. Assim, as cidades devem repensar a suas formas de planejamentos, formulando políticas públicas que incentivem a sociedade civil a buscarem formas de locomoção sustentáveis (LIN et al. 2017).

I) Planejamento e Desenho Urbano

No ano de 2001 foi sancionada no Brasil, através da Lei nº 10.257, o Estatuto da Cidade, que estabelece normas de ordem pública e interesse social que orientam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, através do uso sustentável. Esta lei prevê a garantia de uma cidade planejada de forma a oferecer a seus cidadãos moradia, infraestrutura, serviços públicos de qualidade, mobilidade urbana

sustentável, que atenda às necessidades da geração atual e das futuras gerações, garantido a participação dos cidadãos no acompanhamento dos projetos e programas (BRASIL, 2001).

O PCS, em seu eixo Planejamento e Desenho urbano intenta apresentar a importância do papel estratégico no planejamento e desenho urbano, principalmente quando esse planejamento engloba questões ambientais, econômicas, sociais, culturais e de saúde. Para tanto, há necessidade de atuar na recuperação de ambientes urbanos degradados, priorizar o desenvolvimento urbano no interior dos espaços construídos, reutilizar e regenerar áreas abandonadas; assegurar o uso do solo nas áreas urbanas adotando critérios de desenho urbano e construções sustentáveis, respeitando todos os fenômenos e recursos naturais disponíveis (PCS, 2016a).

Cada vez mais primordial abordagens mais sustentáveis para planejar e gerenciar paisagens em todo o mundo. Atualmente, o planejamento tradicional dos planos diretores para cidades e planos regionais passou de meios autônomos autoritários para meios participativos, sendo a Convenção de Paisagem Européia o Primeiro Tratado Internacional para apoiar e promover a proteção, gestão e planejamento de todas as paisagens e aumentar a conscientização sobre o valor de uma paisagem viva, em que gestão do solo e do uso da terra precisa se concentrar no uso sustentável de capital natural e recursos (PANAGOPOULOS; DUQUE; DAN, 2016). Para esses autores, os desafios aumentarão com as mudanças globais no clima e a distribuição do poder econômico, além das crescentes expectativas da sociedade e da população, por isso é preciso administrar os recursos do solo e gerenciar as atividades de uso da terra para ajudar na transição para um futuro sustentável.

Na sequência, apresenta-se uma síntese dos principais conceitos e autores de acordo com o referencial teórico, conforme Quadro 3.

Quadro 3– Síntese dos principais assuntos discutidos no referencial teórico.

Assunto	Conceito	Autor
Desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relatório Brundtland (1991), no qual a satisfação das necessidades das gerações presentes devem ser pensadas com vistas para satisfazer as necessidades da geração futura; ✓ Sustentabilidade e Desenvolvimento Local, fornecendo infraestrutura adequada, promovendo assim qualidade de vida e bem estar para os cidadão. ✓ Indicadores de sustentabilidade - de acordo com o <i>Triple Bottom Line</i>, esses indicadores devem ser pensados de forma conjunta para a sustentabilidade. 	Brundtland (1991); Sachs (1993); Dempsey et al. (2009); Leite; Tello (2010); Huang; Wu; Yan (2015); ONUBR(2015); Holden; Linnerud, Banister (2016); Klopp; Petretta (2016).
Políticas Públicas para a sustentabilidade	<p>Direito dos cidadãos terem uma cidade justa, igualitária e inclusiva, que considere nas formulações de suas políticas as dimensões da sustentabilidade.</p> <p>Informação, transparência e participação ativa dos cidadãos são fundamentais para a elaboração de políticas públicas eficazes.</p>	Souza (2006); Silva e Lima (2010); Hallsworth, Parker, Rutter (2011); Maniglia; Costa (2012); Vojnovic (2014).
Teoria de Stakeholders	<p>Participação dos diversos atores é fundamental para um desenvolvimento urbano sustentável.</p> <p>Não há como desenvolver políticas públicas, projetos, sem a participação dos diversos <i>stakeholders</i>, engajamento e participação ativa são fundamentais quando se busca a sustentabilidade de uma cidade.</p>	Freeman (2001, 2004); Freeman; Wicks; Parmar (2004). Lyra; Gomes; Jacovine (2009); Reed (2008); Verbeke; Tung (2012).
Cidades Sustentáveis	<p>O planejamento da cidade, a forma como são utilizados os recursos, as políticas públicas criadas, devem buscar a promoção da qualidade de vida dos cidadãos.</p> <p>A gestão municipal deve buscar ser mais resiliente, traçando estratégias para soluções rápidas.</p>	Brundtland (1991); Lundquist (2007); Romero (2009); Leite (2012); Feiock et al. (2014); Klopp; Petretta (2016); Medved (2016).
Programa Cidades Sustentáveis Eixos de Sustentabilidade	<p>Ferramenta que busca auxiliar os gestores a melhorarem a sustentabilidade das cidades, em prol de um desenvolvimento urbano com responsabilidade social, econômica e ambiental.</p>	PCS (2011; 2015); Comissão Europeia (2011); Panagopoulos; Duque; Dan (2016);; Alonso, et al.(2015); ONUBR(2015); PNUD (2016).

Fonte: Autora (2017).

O Quadro 3 traz uma síntese dos principais aspectos elencados pelos autores que devem ser considerados em relação a sustentabilidade. Aspectos esses que analisados juntamente com os Eixos do PCS permitiram a definição das categorias para a análise da pesquisa, as quais serão apresentadas no Capítulo 3.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são apresentados os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa. Num primeiro momento, é descrita a caracterização e tipo de pesquisa. Na sequência, será apresentada a técnica de coleta de dados, a qual compreende a descrição da técnica, os instrumentos e materiais, o pré-teste, a forma como se deu o tratamento dos dados e análise e as etapas da pesquisa para o alcance dos objetivos.

3.1 Caracterização e tipo de pesquisa

De acordo com a proposta de estudo, esta pesquisa, com relação aos objetivos, classifica-se como exploratória e descritiva. Segundo Creswell (2007), este tipo de pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com o objetivo de torná-lo explícito ou de construir hipóteses. A pesquisa se enquadra nessa classificação, pois buscou verificar quais contribuições o PCS trouxe para Porto Alegre, durante os anos de 2013 a 2016.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa se classifica como Estudo de Caso que, segundo Yin (2001), é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, em que não se pode manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso se utiliza de técnicas de pesquisa muito empregadas em pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências não muito usuais: observação direta e série sistemática de entrevistas. O poder diferenciador do estudo de caso é a possibilidade de extrair informações a partir de diversas fontes de dados, podendo ser através de documentos, observações, entrevistas, artefatos.

Yin (2005, p.15) considera o estudo de caso como uma estratégia de pesquisa, quando busca-se responder ou investigar o “como” e o “por quê” de acontecimentos contemporâneos. O estudo de caso é uma investigação empirista que permite o estudo de acontecimentos atuais, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (EISENHARDT, 1989),

Segundo Gil (2002, p.54), o estudo de caso é caracterizado pelo “ [...] estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado [...]”. Para Gil (2002. p. 54), existem alguns propósitos dos estudos de caso, os quais visam:

Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; preservar o caráter unitário do objeto estudado; descrever a situação do contexto em que está sendo feita uma determinada investigação; formular hipóteses ou desenvolver teorias; e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas que não permitam o uso de levantamentos e experimentos.

A utilização de diversas técnicas constitui um dos princípios básicos que não podem ser descartados, em que obter dados mediante procedimentos diversos é fundamental para garantir a qualidade dos resultados obtidos. Os resultados obtidos no estudo de caso devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações extraídas de diferentes procedimentos (YIN, 2001).

A coleta dos dados em um estudo de caso pode se dar através da análise documental, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos, dentre outros (EISENHARDT, 1989; YIN, 2001; GIL, 2008). A utilização da técnica de estudo de caso aplica-se em pesquisas qualitativas, quantitativas ou em ambas, para descrever fenômenos, testar ou desenvolver teorias (EISENHARDT, 1989).

De acordo com Yin (2001, p.99) “os estudos de caso não precisam ficar limitados a uma única fonte de evidências. Na verdade, a maioria dos melhores estudos baseia-se em uma ampla variedade de fontes”, ou seja, a utilização de mais de uma fonte de evidência permite dar maior credibilidade ao estudo, permitindo também um processo de desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, ou seja, um processo de triangulação.

Neste estudo, utilizaram-se como fontes de evidências entrevistas com gestores públicos, instituições, secretários, empresas privadas, professores e associação de moradores, análise documental e observação não-participante.

A pesquisa consistiu em estudar o município de Porto Alegre/RS, o qual é o universo deste estudo, visto que é a maior cidade do Estado do Rio Grande do Sul, dentre os 497 municípios que formam o Estado, servindo de referência para estes. A escolha de Porto Alegre também se deu pelo fato da mesma tratar o tema sustentabilidade há aproximadamente 42 anos, e o tema sustentabilidade ser tema recorrente, sendo que, no ano de 2013, o município assinou a carta compromisso do Programa Cidades Sustentáveis.

3.2 Técnica de Coleta de Dados

Para a realização da coleta de dados se utilizou de entrevistas, análise documental e observação não participante, conforme está detalhado na sequência.

a) Entrevista: para Gil (2008), a entrevista é uma técnica de coleta de dados, em que o pesquisador se apresenta diante ao pesquisado e lhe formula perguntas com o objetivo de obtenção de dados que lhe interessam a investigação. A escolha da entrevista como técnica de coleta de dados para este estudo se deu pelo fato de identificar quais projetos foram desenvolvidos por Porto Alegre, durante os anos de 2013 a 2016, o quanto esses projetos contribuíram para a sustentabilidade de Porto Alegre. A entrevista se deu com os *stakeholders* conforme Quadro 4.

Quadro 4 - Stakeholders entrevistados.

<u>Stakeholders</u>	<u>Quantidade de entrevistas</u>
Gestores Públicos	4
Instituições/ONGS	5
Secretário/Funcionários municipais	4
Professores	6
Empresas Privadas	2
Associação de Moradores	1

Fonte: Autora (2017).

De acordo com o Quadro 4, foram realizadas um total de 22 entrevistas com os grupos de *stakeholders*: gestores públicos; Instituições/ONGS; secretários/funcionários da prefeitura, professores, empresas privadas e associação de moradores. Salienta-se que o grupo de professores nesta pesquisa representa a sociedade civil. Para a seleção dos professores, o critério utilizado foi que residissem há pelos menos 10 anos em Porto Alegre. Com relação aos gestores, entrevistaram-se os que tinham participado e assinado o plano do PCS. Os demais *stakeholders* foram escolhidos por conveniência. Vale ressaltar que foram contatadas por e-mail e telefone 123 pessoas e destas somente 22 aceitaram participar da pesquisa.

Para fins deste estudo, e buscando não identificar os entrevistados, realizou-se um sorteio com os grupos de *stakeholders*, ficando assim denominados: para o grupo de Gestores, nos resultados serão identificados como Gestor 1; Gestor 2; Gestor 3 e Gestor 4, o grupo que corresponde as ONGS e Instituições serão

denominadas Instituição 1, Instituição 2, Instituição 3, Instituição 4 e Instituição 5; o grupo de Professores serão identificados por Prof. 1; Prof. 2; Prof. 3; Prof. 4; Prof. 5 e Prof. 6. O grupo de empresas é identificado como Empr.1 e Empr.2; o grupo de secretários serão identificados por Secret. 1; Secret. 2; Secret. 3 e Secret.4, para a Associação de Moradores permanece a mesma classificação.

Ressalta-se que do grupo dos gestores apenas 1 gestor atuava a 5 anos no cargo, os demais exerciam cargo público há mais de 10 anos. No grupo dos secretários, estavam a mais de 8 anos no cargo. As instituições e ONGS 1 atuava em tempo de 4 anos, as demais atuavam há mais de 10 anos. As empresas também atuam há mais de 20 anos em Porto Alegre. Essas informações são relevantes pois demonstram que os entrevistados possuem experiência e conhecimento sobre o local de estudo.

A coleta de informações com esses grupos de *stakeholders*, primeiramente se deu por e-mail, o qual continha uma breve apresentação do pesquisador e em anexo uma carta de apresentação da USCS assinada pela Professora Orientadora desta Pesquisa Prof^a. Dr^a. Raquel da Silva Pereira. No entanto, dos 22 entrevistados 8 responderam ao e-mail demonstrando interesse em participar da pesquisa. Os demais, posterior ao e-mail foram feitos contatos via telefone com os mesmos que acabaram viabilizando as entrevistas.

Após o contato com os entrevistados e aceite em participar, agendou-se o dia e o horário da entrevista. As entrevistas seguiram um caráter semiestruturado com roteiro previamente validado por quatro profissionais da área de sustentabilidade urbana, conforme descrição do Quadro 6. Das 22 entrevistas realizadas, 7 se deram via skype, 1 por telefone e 14 presenciais. As entrevistas tiveram início no mês de dezembro de 2016 e foram concluídas no mês de maio de 2017. As principais dificuldades encontradas para a realização das entrevistas foram com os gestores e secretários pelo fato de estarem em transição de governo.

A escolha das entrevistas semiestruturadas se deu em função de buscar explorar maior conjunto de informações possíveis junto aos entrevistados. Segundo, Gil (1999) e Dezin e Lincoln (2000), em entrevistas semiestruturadas o entrevistador faz perguntas pré-estabelecidas que considera principais, mas também está livre para ir além, podendo dessa forma, elaborar novas perguntas que tornem as respostas mais completas.

Outro fator a destacar foi que dois entrevistados não permitiram que a entrevista fosse gravada, então o pesquisador buscou anotar todas as informações possíveis, esses entrevistados fazem parte do grupo de *stakeholders* empresas privadas. As demais entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, ficando à disposição do Programa de Pós-Graduação em Administração da USCS.

b) Análise documental: para Gil (2002), a análise documental é uma técnica de coleta de dados que oferece inúmeras vantagens para o pesquisador: os documentos constituem fonte rica e estável dos dados, sendo que, como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica; outra vantagem relaciona-se ao custo, pois neste, além da capacidade do pesquisador, exige-se apenas a disponibilidade de tempo, tornando o custo da pesquisa significativamente baixo; e tem também como vantagem não exigir contato com os sujeitos da pesquisa.

No entanto, não se descarta que a pesquisa documental apresenta limitações, sendo assim, o pesquisador tem a tarefa de contornar essas dificuldades, e uma das maneiras consiste na seleção de um número considerável de documentos em suas análises. A pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002).

Para a realização do estudo consultaram-se os documentos apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 – Documentos consultados para análise documental.

Documentos	Endereços das Obras
PMPA - Plano de Metas para uma Porto Alegre mais Sustentável – 2013.	http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/plano_de_metas_cidades_sustentaveis.pdf .
PMPA - Plano Plurianual 2014-2017.	http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/ppa_2014-2017-quarta_atualizacao.pdf .
PMPA - Porto Alegre das Pessoas. 2016	http://bit.ly/portoalegredaspessoas .
PMPA - Indicadores: Porto Alegre em Análise. 2017.	http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/ .
PMPA - Relatório de Atividades de 2016	http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/relatorio_de_atividades_2016_final.pdf .
PCS - Eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis. 2016	http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos
PCS - Indicadores. 2016	http://2013-2016.indicadores.cidadessustentaveis.org.br/

PCS - Indicadores separados por eixos. 2017	< http://2013-2016.indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/RS/porto-alegre .
---	---

Fonte: Autora (2017).

Os documentos analisados foram indicados pelos gestores e também oriundos de pesquisa por parte da pesquisadora. Foram analisados o Plano de Metas de Porto Alegre, esse documento retratava os indicadores assinados pelo município; O Plano Plurianual o qual trazia os indicadores, programas estratégicos da gestão municipal; O livro Porto Alegre das Pessoas que retratava os projetos desenvolvidas pelo município de Porto Alegre de acordo com os Programas Estratégicos de governo. Ainda sobre os projetos, foram feitas consultas nos documentos Relatório de Atividades, Porto Alegre em Análise e na Plataforma do Programa Cidades Sustentáveis. Ressalta-se que durante a pesquisa não foi encontrado o relatório de atividade que incluía a descrição dos projetos realizados por Porto Alegre em relação aos 40 indicadores assinados junto ao plano de metas do PCS. Coube a pesquisadora fazer uma criteriosa análise nos documentos disponíveis para identificar os projetos realizados conforme os indicadores.

c) Observação: a observação é outra técnica que foi utilizada para a coleta das informações do estudo. Para Gil (2008), tem-se três tipos de observação as quais são: observação participante; a observação não-participante e a observação sistêmica. Para o estudo, optou-se pela observação não-participante, que segundo Gil (2006), permite a obtenção de elementos para a definição do problema de pesquisa, bem como o acesso de informações sem que o pesquisador seja percebido pela comunidade, grupos ou instituições estudadas. Ainda na visão de Marconi e Lakatos (2003, p.193), nessa técnica de pesquisa “[...] o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora, faz mais o papel de espectador [...], tendo um caráter sistemático. Como limitações, tem-se, que o registro das informações irá depender da memória do pesquisador, podendo este também ter uma visão parcial do fenômeno estudado.

Nesta etapa, realizaram-se visitas em vários locais de Porto Alegre, locais que estavam passando por revitalização, os quais foram apontados durante as entrevistas, compreendendo: quarto distrito; praças; projeto ecobarreira; centro histórico da cidade; Orla do Guaíba; cooperativas de recicladores. Os locais selecionados para visitas, foram oriundos dos citados pelos diferentes *stakeholders*

durante as entrevistas. A observação não-participante contribuiu para verificar se os resultados encontrados durante análise documental e entrevistas também eram percebidos durante as visitas e observações.

3.2.1 Instrumentos e materiais de pesquisa

Para a coleta dos dados, utilizou-se de dois roteiros estruturados, os quais foram elaborados de acordo com os objetivos específicos da pesquisa. Elaborou-se um roteiro que foi aplicado aos gestores, neste, buscou-se identificar questões específicas sobre os projetos desenvolvidos por Porto Alegre em relação ao PCS. O segundo roteiro que foi aplicado para os demais *stakeholders*, com o intuito de verificar se os mesmos conheciam o PCS e se os projetos relatados durante as entrevistas vinham ao encontro dos indicadores assinados por Porto Alegre, e constam como Apêndice A e B desta tese.

3.2.2 Pré-teste do instrumento de pesquisa

Para o pré-teste, dois roteiros estruturados, os quais foram encaminhados para 4 profissionais da área de sustentabilidade e gestão pública analisarem se as questões propostas respondiam aos objetivos específicos. O Quadro 6 apresenta os selecionados para a validação do instrumento.

Quadro 6 – Profissionais selecionados para validação do instrumento de pesquisa.

Profissional	Atuação
Gestor público	Prefeito – atuando há 8 anos em gestão pública.
Professora Doutora, em Administração	Professora e pesquisadora da área ambiental em Rede Federal de Ensino.
Professor Doutor, das áreas de Engenharia e Ambiental	Professor e Pesquisador em Universidade Privada relacionadas a sustentabilidade.
Professora Doutora, na área de Administração	Professora e gestora em Universidade Privada.

Fonte: Autora (2017).

A partir do Quadro 6, verifica-se os profissionais selecionados para a validação do instrumento de pesquisa. A escolha desses profissionais se deu por conveniência. Primeiramente, foi realizado um contato via e-mail explicando a pesquisa e verificando se os mesmos gostariam de contribuir com a mesma. Após o

aceite, foram encaminhados os roteiros para análise. Como a resposta dada pelos profissionais foi positiva, na sequência, começou o agendamento das entrevistas. Justifica-se a escolha dos profissionais em função de já terem atuado em cargo de gestão e atuarem em pesquisas relacionadas à sustentabilidade. Ressalta-se que dos 4 profissionais da área, apenas 1 Professor reside em Porto Alegre.

3.2.3 Tratamento dos dados e Análise

A análise dos dados se deu de forma a responder aos objetivos da pesquisa. Para tanto, foi usada técnica de análise de conteúdo e a triangulação das informações.

A análise dos dados foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1977), perpassa por três polos cronológicos. Pré-análise – é a fase da organização das informações, tendo como “objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 1977, p.95). Nessa fase, selecionaram-se os documentos que foram utilizados para análise documental e a transcrição das entrevistas e informações referentes à etapa da observação.

A segunda fase é a da exploração do material, que consiste na sistematização das informações coletadas (BARDIN, 1977). A partir da seleção das informações, foi possível verificar as categorias de análise as quais foram definidas a priori a partir do referencial teórico conforme Quadro 3 e dos eixos do Programa Cidades Sustentáveis. As categorias que foram estudadas estão apresentadas no Quadro 7. Essas categorias também foram as mais citadas durante as entrevistas, quando os entrevistados se referiam aos projetos implantados por Porto Alegre entre os anos de 2013 a 2016, comprovando assim a importância das mesmas para análise.

Quadro 7 – Categorias selecionadas para análise

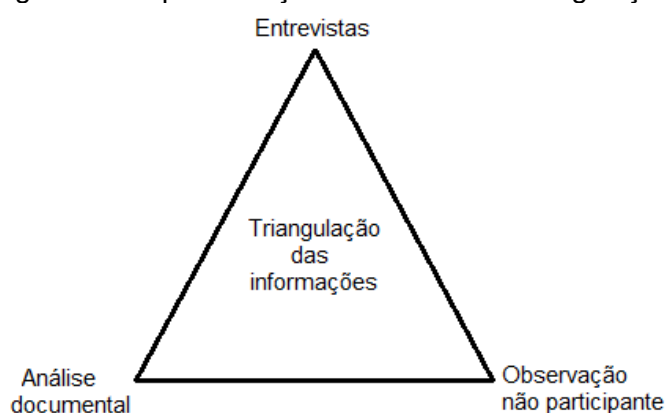
Categorias de análise identificadas de acordo com as informações da pesquisa
1. Informação
2. Sustentabilidade e Resiliência
3. Planejamento Urbano
4. Qualidade de vida
5. Revitalização

6. Mobilidade Urbana
7. Participação cidadã
8. Políticas Públicas

Fonte: Autora (2017).

A última fase da análise de conteúdo, consistiu no tratamento dos resultados obtidos e interpretação, os resultados obtidos foram tratados de maneira a serem significativos e válidos (BARDIN, 1977). Para a análise dos resultados, utilizou-se da técnica de triangulação das informações, conforme Figura 4.

Figura 4 - Representação da técnica de triangulação.



Fonte: Autora (2017).

A triangulação, segundo Yin (2001), é fundamento lógico que permite utilizar várias fontes de evidências. O uso de várias fontes de evidências nos estudos de caso permite que o pesquisador se dedique a uma ampla diversidade de questões históricas, comportamentais e de atitudes. A vantagem mais importante, no entanto, é o desenvolvimento de “*linhas convergentes de investigação*”. Assim, qualquer descoberta ou conclusão em um estudo de caso provavelmente será muito mais convincente e acurada se basear-se em várias fontes distintas de informação (YIN, 2001; MINAYO, 2010).

Salienta-se que as três técnicas escolhidas para a coleta das informações (entrevistas, documental e observação não participante), durante as etapas da pesquisa, juntamente com o referencial teórico construído, permitiram fazer a triangulação das informações de forma a conferir maior confiabilidade a análise, pois busca-se que o estudo contribua e sirva de parâmetro para que outros municípios se baseiem para os seus planejamentos urbanos sustentáveis.

3.2.4 Etapas da pesquisa para o alcance dos objetivos

A fim de melhor apresentar como foi realizada cada etapa da pesquisa com vistas a atingir o objetivo geral, o Quadro 8 apresenta uma síntese em relação aos objetivos, as técnicas de coleta de dados utilizadas, a forma como foram feitas as análises e as técnicas de análise da pesquisa. Salienta-se que para melhor fidedignidade com as informações, para análise dos resultados, usufruiu-se de trechos de entrevistas.

Quadro 8 – Síntese das etapas da pesquisa conforme objetivos

OBJETIVO GERAL	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS
Analisar as contribuições que o Programa Cidades Sustentáveis proporcionou para o município de Porto Alegre no período entre 2013 a 2016.	Análise documental; Entrevistas com <i>stakeholders</i> : gestores, empresas privadas; ONGs; Associação de moradores; professores; funcionários públicos.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS
Identificar os indicadores de sustentabilidade adotados por Porto Alegre de acordo com o Programa Cidades Sustentáveis	Pesquisa documental e entrevista com gestores.
Descrever a partir do PCS projetos que foram desenvolvidos por Porto Alegre durante os anos de 2013-2016;	Pesquisa documental. Entrevistas com os diferentes <i>stakeholders</i> . Observação não participante.
Verificar qual a contribuição que o Programa Cidades Sustentáveis trouxe para Porto Alegre, sob a ótica da gestão urbana sustentável.	Pesquisa documental. Entrevistas com os diferentes <i>stakeholders</i> . Observação não-participante.

Fonte: Autora (2017).

Após, a apresentação de como foi feita a coleta e análise das informações em cada etapa da pesquisa, a qual buscou responder ao objetivo geral do estudo, realizou-se uma etapa para discutir as categorias escolhidas para análise. Para a análise das categorias, selecionaram-se também trechos das entrevistas, discutindo-se com autores do referencial teórico.

A fim de dar maior relevância ao tema da sustentabilidade urbana, durante a pesquisa questionou-se os diferentes *stakeholders* da opinião dos mesmos em relação a sustentabilidade de Porto Alegre, através de uma etapa a qual buscou apresentar a opinião dos entrevistados, confrontando com o referencial teórico construído.

Posteriormente, realizou-se uma discussão à luz da teoria selecionada para o estudo, Teoria de *Stakeholders*, observando a relevância da mesma tanto por parte dos entrevistados quanto da literatura, confirmando a importância da participação dos diferentes atores em prol da sustentabilidade urbana.

Através dos procedimentos metodológicos descritos neste capítulo, foi possível confrontar os resultados encontrados em campo com o que a literatura apresenta, permitindo assim avançar nos estudos realizados acerca da sustentabilidade urbana, conforme está apresentado no Capítulo 4.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir do objetivo geral deste estudo: analisar as contribuições que o Programa Cidades Sustentáveis proporcionou para o município de Porto Alegre no período entre 2013 e 2016, este capítulo apresenta a análise e a discussão dos resultados obtidos durante a realização do estudo, incluindo a identificação dos indicadores de sustentabilidade adotados por Porto Alegre de acordo com o PCS; a descrição a partir do PCS de quais projetos foram desenvolvidos por Porto Alegre durante os anos de 2013-2016; e a verificação da contribuição que o PCS trouxe para Porto Alegre, sob a ótica da gestão urbana sustentável.

4.1 Identificação dos indicadores assinados por Porto Alegre de acordo com o Programa Cidades Sustentáveis

Para a realização dessa etapa, a análise documental compreendeu: Plano de Metas de Porto Alegre (2013); Plano Plurianual 2014-2017; Porto Alegre das Pessoas 2009-2016; Indicadores: Porto Alegre em Análise; Relatório de Atividades 2016; PCS – Eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis; PCS – Indicadores; PCS – Indicadores separados por Eixos. Os materiais citados estão de acordo com o Quadro 5 do Capítulo 3. Estes estão disponíveis no site da Prefeitura de Porto Alegre e do Programa Cidades Sustentáveis.

O município de Porto Alegre assinou o compromisso junto ao Cidades Sustentáveis, no ano de 2011. Já o plano de metas foi assinado para os anos de 2013 a 2016. De acordo com a gestão pública da Prefeitura de Porto Alegre, o município tem mais de mil indicadores monitorados, os quais baseiam-se nos 13 programas estratégicos que compõem o modelo de gestão do município. Estes 13 programas estão distribuídos em 3 eixos de atuação, os quais são: Eixo Ambiência, neste fazem parte: Programa Cidade em Transformação; Programa Desenvolver com Inovação; Programa Nossa Copa; Programa Qualifica POA. O segundo eixo é denominado Eixo Social, neste, os seguintes programas fazem parte: Programa Infância e Juventude Protegida; Programa Porto Alegre Mais Saudável; Programa Porto da Igualdade; Programa Porto da Inclusão; Programa Porto Viver; Programa Segurança Integrada. O terceiro eixo denomina-se Eixo Gestão, este compreende:

Programa Cidade da Participação; Programa Gestão Total; Programa Você Servidor (PMPA, 2013a; PCS, 2016a).

Porto Alegre também conta com um observatório (OBSERVAPOA), que monitora e atualiza todas as informações referentes ao município. Para os gestores do município, o comprometimento com os 40 indicadores do Cidades Sustentáveis, é mais uma ferramenta estratégica que visa colaborar com a gestão de Porto Alegre e com isso melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. De acordo com os documentos disponibilizados, os 40 indicadores assinados junto ao Programa Cidades Sustentáveis foram escolhidos e agrupados de acordo com os eixos anteriormente descritos.

Durante as visitas e entrevistas com os gestores, questionou-se como foi feita a seleção dos indicadores junto o Programa Cidades Sustentáveis, que resultou na construção do Plano de Metas. Na sequência tem-se um trecho da entrevista junto aos gestores:

O Plano de Metas era um compromisso elencado na carta compromisso, mas o plano de metas não tinha nenhuma exigência no número de metas, compromissos, existia o compromisso de disponibilizar informações no que eles chamaram de diagnóstico baseado em 100 indicadores básicos, mas alguns indicadores para nossa realidade não se adequavam, o OBSERVAPOA hoje disponibiliza 180 indicadores para a cidade, quase o dobro do compromisso inicial. A partir desse diagnóstico, o gestor com base nessa leitura de dados construiu um plano de metas, mas essas metas não necessariamente teriam que ser 100 metas ou 50 metas, o gestor era que decidia, aqui o plano de metas foi de 40 metas bem factível, bem robusto, nenhuma meta fora da realidade das análises dos dados, mas era um compromisso com o Programa, não havia uma lei que obrigasse a disponibilizar, apenas essa carta compromisso e efetivamente cumpriu-se, pois é uma relação de confiança entre prefeito e os que assinaram a carta, então o prefeito cumpriu e construiu o plano de metas (GESTOR 3).

Ainda, referente à escolha dos indicadores, os entrevistados Gestor 1; Gestor 2; Gestor 4 e Secret. 2 ressaltaram que a escolha dos indicadores se deu através da demanda das secretarias do município, ou seja, cada secretaria selecionou os indicadores que considerava prioritários e que necessitavam de melhorias. Após a assinatura do Plano de Metas, cada secretaria ficou responsável pelo gerenciamento dos indicadores demandados.

Durante as visitas, foi possível observar o fato de as secretarias terem painéis que apresentavam o mapa estratégico da Prefeitura de Porto Alegre, painéis que demonstravam o desempenho dos indicadores de gestão, painéis que continham o Contrato de Gestão da secretaria para o atendimento das metas e objetivos, sendo

este último assinado por todos os funcionários da secretaria, como forma de mostrar que todos eram responsáveis para o alcance das metas em relação aos indicadores, ou seja, esses painéis mostravam a missão da secretaria e as metas que a mesma estava se comprometendo para buscar uma gestão urbana mais sustentável.

Nos corredores também era possível observar alguns painéis, sobre os Programas Estratégicos do Governo e os Eixos os quais os programas estavam inseridos, bem como os trabalhos que a gestão estava desenvolvendo. De uma forma geral, a estrutura observada se mostrava transparente, apresentava de forma clara qual a responsabilidade que cada secretaria tinha no governo municipal, aliás, o termo “transparência na gestão” era um dos aspectos citados por 100% dos gestores durante as entrevistas.

Em seguida, estão apresentados os 40 indicadores assinados por Porto Alegre junto ao Programa Cidades Sustentáveis, esses indicadores estão agrupados de acordo com os eixos estabelecidos pelo PCS.

I - EIXO GOVERNANÇA

O Eixo Governança, tem como objetivo o fortalecimento dos processos de decisão, galgando ferramentas que tornem a democracia participativa, em que o poder de decisão seja mais descentralizado (PCS, 2016a). Em relação a esse eixo, Porto Alegre se comprometeu com os seguintes indicadores: conselhos municipais, mulheres empregadas no governo do município, negros empregados no governo do município e pessoas com deficiências empregadas no governo do município, a meta estipulada e o desempenho do indicador até o ano de 2016 estão descritos a seguir.

a) Indicador 1 - Conselhos municipais

O indicador Conselhos Municipais, de acordo com o Relatório de Gestão 2016 de Porto Alegre, faz parte da ação Articulação dos Conselhos Municipais, coordenado pela Secretaria Municipal de Governança Local – SMGL, que buscava o provimento de infraestrutura mínima (Casa dos Conselhos) e engajamento com as secretarias municipais, tentando um maior envolvimento por parte das secretarias (PMPA, 2017b).

Esse indicador, de acordo com o PCS (2016b), almejava identificar o percentual de secretarias do governo que possuíam conselhos municipais com participação da sociedade, em relação ao total de secretarias. A meta de referência era que até o ano de 2016, no mínimo todas as secretarias do município tivessem conselhos municipais funcionando. O ano base de referência foi o ano de 2012, para este ano, das 37 secretarias municipais de Porto Alegre, 28 possuíam participação nos conselhos, isso representava um percentual de 75% das secretarias. Analisando o ano de 2016, das 37 secretarias existentes no município, 29 secretarias tinham participação nos conselhos, representando um percentual de 78%. Conclui-se, dessa forma, que não foi possível até o ano de 2016 o cumprimento da meta estipulada junto ao PCS (PCS, 2017; PMPA, 2017b).

Os conselhos municipais visam a participação de diversos *stakeholders* para a definição de políticas públicas prioritárias. Segundo Silva e Lima (2010), as políticas públicas na elaboração, gestão e implementação devem ser pensadas de forma interdisciplinar para que consigam abranger os diversos atores, e que os objetivos sejam elaborados para maior eficiência no alcance de resultados, principalmente quando se busca a sustentabilidade urbana.

b) Indicador 2 - Mulheres empregadas no governo do município

Este indicador tinha como meta analisar o percentual de mulheres empregadas no governo do município, em relação ao total de funcionários. A meta para esse indicador era garantir a igualdade de participação de homens e mulheres no Executivo e no Legislativo do município. Para análise desse indicador, analisou-se o total de mulheres empregadas na gestão municipal em relação ao total de funcionários empregados, sendo que o ano referência era o ano de 2012 (PMPA, 2013a; PCS, 2017).

No ano de 2012, o total de funcionários era de 19.133, destes 10.696 eram mulheres, correspondendo 55,9% de funcionárias mulheres que trabalhavam no governo municipal. Para o ano de 2016, esperava-se um aumento a 56% da participação das mulheres em cargos municipais. De acordo com dados da Procempa (2016) e PCS (2016b), o número de funcionários no ano de 2016 era de 18.084, desses funcionários, 10.218 eram mulheres. Dessa forma, constatou-se que

a meta estabelecida foi cumprida, representando um percentual de 56,89% de mulheres ocupando vaga no governo municipal de Porto Alegre até o ano de 2016.

c) Indicador 3 - Negros empregados no governo do município

Este indicador queria perceber o percentual de negros empregados no governo do município, com relação ao total de funcionários. Tinha como referência de meta igualdade de direitos e participação no Executivo e no Legislativo do município referente a negros e brancos (PMPA, 2013a; PCS, 2017).

A meta estipulada para essa ação tinha como referência o ano de 2012, no qual dos 19.133 funcionários, 3.307 eram negros, correspondendo a um total de 17,28%. A meta para 2016 era que houvesse um aumento do número de negros empregados na prefeitura, tendo como valor da meta 20%. Como resultado, constatou-se que, dos 18.084 funcionários empregados no governo municipal no ano de 2016, 3.048 eram negros. Ou seja, se compararmos o ano de 2012 e 2016 houve uma demissão de 1.049 funcionários, desses 259 foram negros, representando 19% do total de demissões. Assim, a meta de 2016 que era de 20% não foi atingida, representando um percentual de 16,97% do total de negros empregados (PMPA, 2013a; PCS, 2017; PMPA, 2017a).

d) Indicador 4 - Pessoas com deficiência empregadas no governo do município

Este indicador visualizava garantir a inclusão de pessoas com deficiência no Executivo e no Legislativo do município de Porto Alegre. Para tanto, buscou-se conhecer o percentual de pessoas com deficiência empregadas no governo do município, em relação ao total de funcionários. A meta era aumentar 0,2% o número em comparação com o ano referência 2012. No ano de 2012, tinha-se 19.133 funcionários, destes, 53 eram portadores de deficiência, representando um percentual de 0,28% (PMPA, 2013a; PCS, 2017).

De acordo com a Plataforma do PCS, tendo como última atualização em 2015, dos 18.084 funcionários da prefeitura, 72 eram pessoas com deficiência, correspondendo a um total de 0,39%. Já quando verificado no portal do OBSERVAPOA, esse indicador foi atualizado em 2016, e os resultados foram que, dos 18.084 funcionários, 81 eram funcionários portadores de deficiência, então,

houve um aumento correspondente a 0,45%, atingindo 15% a mais do valor estipulado na meta (PMPA, 2013a; PCS, 2017; PMPA, 2017a).

Na sequência, o Quadro 9, apresenta um resumo dos indicadores que compõem o Eixo Governança do Programa Cidades Sustentáveis. Ressalta-se que para esse Eixo, o valor base de referência era o ano de 2012.

Quadro 9 - resumo dos indicadores correspondente ao Eixo Governança.

Indicador	Meta para 2016	Referência da meta	Resultado encontrado para o ano de 2016
Conselhos municipais	100% das secretarias deveriam participar de conselhos municipais	2012 = 75% das secretarias participavam dos conselhos municipais.	2016 = 78% das secretarias participavam dos conselhos municipais.
Mulheres empregadas no governo do município	56% do total dos funcionários do governo municipal deveriam ser mulheres.	2012 = 55,9% dos funcionários do governo municipal eram mulheres.	2016 = 56,89% das mulheres ocupam cargos no governo municipal.
Negros empregados no governo do município	20% do total dos funcionários do município deveriam ser negros.	2012 = 17,28% dos funcionários do governo municipal eram negros	2016 = 16,97% dos funcionários do governo do município eram negros.
Pessoas com deficiência empregadas no governo do município	0,30% do total de funcionários deveriam ser pessoas portadoras de deficiências empregadas no governo municipal.	2012 = 0,28% dos funcionários do governo municipal eram portadores de deficiências.	2016 = 0,45% dos funcionários do governo municipal eram portadores de deficiência.

Fonte: Autora (2017).

De acordo com o Quadro 9, é possível verificar que os indicadores conselhos municipais e negros empregados no governo do município não atingiram a meta proposta, já os indicadores mulheres empregadas no governo do município e pessoas com deficiência empregadas no governo apontaram que houve o cumprimento da meta. Analisando os indicadores, e o conceito de governança pública, um dos aspectos que o mesmo ressalta é transparência das informações e a garantia da participação dos diferentes atores nas decisões, conforme retrata o TCU no capítulo governança para o setor público (PMPA, 2013b; TCU, 2014).

Complementarmente para Martins e Marini (2014), a governança perpassa por um processo e melhorias constantes e, também por reformulações de estratégias e ações, visto que a mesma busca equidade, transparência e responsabilidade. Para isso é necessária a participação de diferentes atores no processo de planejamento e implementação de ações. Portanto, políticas públicas bem elaboradas são fundamentais quando se busca um desenvolvimento urbano sustentável.

II – EIXO BENS NATURAIS COMUNS

Esse eixo tinha como premissa assumir plenamente as responsabilidades para proteger, preservar e garantir o acesso equilibrado aos bens naturais comuns. Com relação a esse eixo, os indicadores assinados por Porto Alegre tendo como meta o ano de 2016, foram: Área verde por habitante; Rede de Esgoto; Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento; e Abastecimento público de água potável na área urbana. Na sequência, apresentam-se os resultados encontrados, em relação aos indicadores que compreendem o eixo Bens Naturais Comuns (PCS, 2016a).

a) Indicador 5 - Área verde por habitante

Este indicador analisou o total de metros quadrados de área verde por habitante (medida anual) em relação às áreas verdes públicas do município de Porto Alegre. A meta referência para esse indicador baseou-se na Organização Mundial de Saúde (OMS), que recomenda um mínimo de 12 m² de área verde por habitante. De acordo com o modelo de gestão de Porto Alegre, este indicador faz parte do eixo ambiência, que tem como objetivo integrar todos os projetos municipais que tratam de intervenções na ambiência e na estruturação urbana, visando à qualificação da mobilidade e da implantação de novos loteamentos, à valorização do patrimônio cultural e natural e a melhoria do saneamento ambiental (PMPA, 2013b; PCS, 2017).

Em 2012, a quantidade de metros quadrados de área verde/habitantes era de 43,48m², correspondendo a um valor superior ao recomendado pela OMS, que recomenda 12 m² de área verde por habitante. Em 2016, tinha-se 46,18m² de área verde/habitante. A meta estabelecida junto ao PCS era até 2016 implementar 5 novas áreas verdes no município de Porto Alegre, de acordo com informações encontradas entre os anos de 2009 a 2016, a gestão municipal de Porto Alegre recuperou 16 espaços entre praças e parques (PCS, 2017; PMPA, 2017a; PMPA, 2017b).

b) Indicador 6 - Rede de esgoto (domicílios sem ligação com a rede de esgoto)

Este indicador intentava analisar o percentual de domicílios urbanos sem ligação com a rede de esgoto, em relação ao total de domicílios no município de

Porto Alegre. Em 2012, o percentual de domicílios sem rede de esgoto era de 11,80%. A meta para 2016 era reduzir para 10% o número de domicílios sem ligação com rede de esgoto. Este indicador faz parte do eixo Ambiência o qual tem como objetivo a implantação de redes coletoras de esgoto cloacal, materializando uma infraestrutura de coleta e condução para tratamento dos efluentes sanitários, possibilitando melhoria das condições sanitárias da população. O departamento responsável por essa ação era o DMAE (Departamento Municipal de Água e Esgoto). Até o ano de 2016, o percentual de domicílios sem tratamento de rede de esgoto diminuiu para 10,03%. A meta era chegar nos 10% (PCS, 2016b; PCS, 2017; PMPA, 2017a; PMPA, 2017b).

c) Indicador 7- Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento

Este indicador buscava verificar o percentual de esgoto que não recebia nenhum tipo de tratamento, em relação ao total de esgoto gerado. No ano de 2012, 77,11% do esgoto não recebia nenhum tipo de tratamento. A meta para 2016 era reduzir esse percentual para 17% (PMPA, 2013b; PCS, 2017).

De acordo com as informações encontradas na plataforma do Programa Cidades Sustentáveis, atualizada pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre, até o ano de 2015, ano correspondente a última atualização, o total de esgoto gerado por m³ era de 87.549.226m³, e o total de esgoto sem tratamento eram de 21.154.145m³. Ou seja, aproximadamente 24% do esgoto gerado não recebe nenhum tipo de tratamento. Analisando o Relatório de Atividade de 2017, disponibilizado pela Prefeitura, o percentual de esgoto que não recebia nenhum tipo de tratamento até o ano de 2016 era de 23,92%, não atingido a meta assinada junto ao PCS (PCS, 2016b; PCS, 2017; PMPA, 2017b).

d) Indicador 8 - Abastecimento público de água potável na área urbana

Este indicador buscava analisar o percentual da população urbana do município de Porto Alegre atendida pelo abastecimento público de água potável. Em 2010, 99,35% dos domicílios eram atendidos pelo abastecimento público de água. A meta para 2016, era que esse percentual atingisse 99,80% dos domicílios abastecidos por água potável. De acordo com as informações analisadas, até o ano

de 2014, ano da última atualização junto ao PCS, o indicador não teve alterações, sendo que, dos 508.456 domicílios da região urbana, 505.149 eram atendidos pelo abastecimento público de água potável, representando um percentual de 94,35%. Para os anos de 2015 e 2016 não se obteve informações (PCS, 2016b; PCS, 2017; PMPA, 2017b). O Quadro 10, apresenta um resumo dos indicadores referentes ao eixo bens naturais comuns.

Quadro 10 - Indicadores assinados por Porto Alegre em relação ao Eixo Bens Naturais Comuns.

Indicador	Meta para 2016	Referência da meta	Resultado encontrado para o ano de 2016
Área Verde por habitante	2016 = implementar 5 novas áreas verdes na cidade.	A Organização Mundial de Saúde recomenda um mínimo de 12 m ² de área verde por habitante.	2016 = 46,18m ² de área verde por habitante; Recuperação de 16 espaços.
Rede de esgoto (domicílios sem ligação com a rede de esgoto)	2016 = reduzir para 10%.	2012 = 11,80% dos domicílios não tinham rede de esgoto.	2016 = 10,03% domicílios sem tratamento de rede de esgoto.
Esgoto que não recebe nenhum tipo de tratamento	2016 = reduzir para 17%.	2012 = 77,11% do esgoto não recebia tratamento.	2016 = 23,92% do esgoto não recebia tratamento.
Abastecimento público de água potável na área urbana	2016 = 99,80% de abastecimento de água.	2010 = 99,35% dos domicílios eram atendidos por água potável.	2016 = 94,35%. A meta de 99,80% não foi atingida.

Fonte: Autora (2017).

Através dos resultados, e conforme Quadro 10, foi possível observar as metas estipuladas para os indicadores que compunham o Eixo Bens Naturais Comuns, sendo que apenas o indicador área verde por habitante teve a meta atingida.

Segundo Panagopoulos, Duque e Dan (2016), uma cidade habitável deve oferecer ao seus cidadãos: qualidade de vida, através de espaços urbanos verdes, oferta de serviços básicos como, saneamento, água de qualidade, coleta seletiva, dentre outros. Em contrapartida, a população deve ser conscientizada para a preservação e cuidado com o meio ambiente. Verifica-se dessa forma que Porto Alegre, busca desenvolver projetos que visam a melhoria da qualidade de vida da população.

III - EIXO PLANEJAMENTO E DESENHO URBANO

Com relação ao eixo Planejamento e Desenho Urbano, de acordo com o PCS (2016a), é importante as cidades considerarem em seus planejamentos, questões ambientais, econômicas, culturais, sociais e de saúde, zelar pela preservação e manutenção de espaços. Para esse eixo, Porto Alegre se comprometeu com a ação de reservas e áreas protegidas, conforme descrita na sequência.

a) Indicador 9 - Reservas e áreas protegidas

Porcentagem do município com áreas destinadas a conservação, em relação a área total do município. A meta para 2016 era atingir 52,43% da área municipal destinada à conservação. De acordo com a Plataforma do PCS, essa ação teve última atualização no ano de 2014, sendo que dos 496,68km² da área total do município, 50,13km², eram destinados a conservação, representando um total de 10% de área protegida em relação a área total do município. Ou seja, até o ano de 2014, a meta não tinha sido atingida (PMPA, 2013a; PCS, 2017; PMPA, 2017a).

De acordo com a PMPA (2013a) e PCS (2016a) as cidades devem ter em seus planos diretores, projetos que visem a recuperação e preservação de áreas protegidas. Para Panagopoulos, Duque e Dan (2016), o uso da terra precisa se concentrar no uso sustentável de capital natural e recursos, por isso, faz-se necessário administrar os recursos do solo e gerenciar as atividades de uso da terra para ajudar a transição a um futuro sustentável.

IV - EIXO CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

Este eixo, de acordo com o PCS (2016a), tinha como premissa a criação de políticas públicas que valorizassem a diversidade cultural, o pluralismo e a defesa do patrimônio natural, construído e imaterial. Porto Alegre se comprometeu com dois indicadores que foram acervo de livros infantojuvenis e acervo de livros para adultos, conforme descrito a seguir.

a) Indicador 10 - Acervo de livros infantojuvenis

Este indicador relaciona o número de livros infantojuvenis disponíveis em acervos de bibliotecas municipais por habitante na faixa etária de 7 a 14 anos. No ano de 2012, tinha-se 1,13 livros infantojuvenis por habitante de 7 a 14 anos, tendo como meta aumentar 0,37 pontos no valor do indicador até 2016. No entanto, essa ação não teve atualização (PMPA, 2013a; PCS, 2017; PMPA, 2017a).

b) Indicador 11 - Acervo de livros para adultos

Este indicador buscava identificar o número de livros disponíveis em acervos de bibliotecas municipais por habitante com idade de 15 anos ou mais. A meta referência para 2016 era alcançar 2 livros per capita, tendo como referência a UNESCO. No ano de 2012, o número total de livros para adultos disponíveis em bibliotecas municipais era de 170.219 livros para uma população de 1.144.434 habitantes, com idade igual ou mais de quinze anos, correspondendo a um total de 0,15 livros por habitante. Com relação a esse indicador informações não foram atualizadas (PMPA, 2013a; PCS, 2017; PMPA, 2017a).

Os indicadores assinados por Porto Alegre relacionados ao eixo cultura para a sustentabilidade, tendo como meta o ano de 2016, não foram atualizados desde o ano de 2012, não sendo possível verificar se houve avanço. Os indicadores relacionam-se diretamente a políticas culturais, em que investir em livros e incentivar a leitura são aspectos importantes quando se busca uma cultura voltada para o conhecimento. Corrobora com essa ideia Silva (2014), quando analisa que políticas culturais relacionam-se diretamente com ações sociais, em que o incentivo à leitura é o meio mais acessível de disponibilizar conhecimento para as pessoas em relação a lugares, costumes e culturas de diferentes povos em diferentes regiões, aproximando diferentes pessoas e rompendo barreiras sociais. Políticas voltadas para a cultura devem ser vistas como ferramenta primordial quando se busca sustentabilidade urbana, e conseqüentemente, qualidade de vida.

V - EIXO EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

O eixo Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de vida, conforme o PCS (2016a), almejava a inserção de todos à educação formal e não formal, em prol

de oferecer aos cidadãos qualidade de vida em um ambiente mais saudável, o mesmo propunha a inclusão nas grades curriculares de temas relacionados à sustentabilidade. Para esse eixo, Porto Alegre se comprometeu com os seguintes indicadores: acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio; atendimento total por vagas em pré-escolas municipais; atendimento total de vagas no ensino fundamental; indicador de desenvolvimento da educação básica na rede municipal de 1ª a 4ª série e indicador de desenvolvimento da educação básica na rede municipal de 5ª a 8ª série, conforme descrito adiante (PMPA, 2013a; PCS, 2016b; PMPA, 2017a; PMPA, 2017b; PCS, 2017).

a) Indicador 12 - Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio

Esse indicador pretendia medir o percentual de escolas do ensino fundamental e médio com acesso à internet, em relação ao total de escolas públicas do município de Porto Alegre. De acordo com PMPA (2013a), PCS (2016b), PMPA (2017a), PMPA (2017b) e PCS (2017), a última atualização dessa ação por parte da gestão municipal se deu no ano de 2014, sendo que o número de escolas públicas de ensino fundamental e médio com acesso à internet no referido ano era de 290, e o número total de escolas públicas no município era de 296. Assim, foi possível apreciar que para o ano de 2014, 97,97% das escolas de ensino fundamental tinham acesso à internet, tendo como fonte dessa ação o Ministério da Educação/INEP (PCS, 2017). Ressalta-se que, em relação a esse indicador, não se obtiveram informações atualizadas no ano de 2016.

b) Indicador 13 - Demanda atendida de vagas em pré-escolas municipais

Esse indicador queria medir o percentual de matrículas sobre o total de procura por vaga em pré-escolas municipais de Porto Alegre, tendo como meta 100% da demanda atendida em pré-escolas até 2016. O ano base de referência para o indicador era o ano de 2012, em que o número total de inscritos em pré-escolas municipais (matrículas efetuadas mais vagas solicitadas) foi de 4.160, o número total de matrículas em pré-escolas municipais era de 3.576, o que resultou, para o ano de 2012, a demanda por vaga atendida a um percentual de 85,96% (PMPA, 2013a; PCS, 2017; PMPA, 2017a).

A gestão municipal não fez a atualização desse indicador para o ano de 2016. A última atualização se deu no ano de 2015, em que a demanda de vagas superou o ano de 2012, foram 4.435 inscritos e uma oferta de 3.957 vagas, ou seja, a demanda atendida correspondeu a um percentual de 89,2% (PMPA, 2013a; PCS, 2016b; PMPA, 2017a; PMPA, 2017b; PCS, 2017).

c) Indicador 14 - Demanda atendida de vagas no ensino fundamental

Esse indicador está relacionado com o percentual de matrículas, em relação ao total de procura por vagas no ensino fundamental. O valor desse indicador corresponde à população na faixa entre 6 e 14 anos de idade. A meta estipulada para o indicador era até 2016 atender 100% da demanda de vagas no ensino fundamental. As informações com relação ao indicador não foram atualizadas e disponibilizadas na plataforma do PCS e nem no site da prefeitura. A última atualização se deu no ano de 2014, em que o número total de inscritos no ensino fundamental (matrículas efetuadas mais vagas solicitadas) foi de 168.831 vagas, já, as vagas ofertadas em Porto Alegre no ensino fundamental em escolas públicas municipais e estaduais foi de 165.265 vagas, correspondendo a um total de 97,8% de atendimento da demanda (PMPA, 2013a; PCS, 2017; PMPA, 2017a).

d) Indicador 15 - Índice de desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Rede municipal de 1ª a 4ª série

Esse indicador buscava observar qualidade educacional, combinando informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), realizados pelos estudantes ao final da 4ª série do ensino fundamental, com informações sobre rendimento escolar. O índice varia de 0 a 10. No município de Porto Alegre a nota média do Ideb das escolas públicas (municipais, estaduais e federais), em 2013, foi de 4,8 pontos. A meta estipulada pelo município era que até 2015 chegasse a 5,2 pontos, um aumento de 0,4 pontos no valor do indicador. No entanto, de acordo com a PMPA (2013a), PCS (2016b), PROCEMPA (2016), PMPA (2017a), PMPA (2017b) e PCS (2017), no ano de 2015, a nota manteve-se estável em 4,8 pontos. No ano de 2016 não houve atualização na plataforma do PCS.

e) Indicador 16 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - Rede municipal de 5ª a 8ª série

Esse indicador tinha como propósito verificar a qualidade educacional, combinando informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) - realizados pelos estudantes ao final da 8ª série do ensino fundamental - com informações sobre rendimento escolar. O índice varia de 0 a 10. No município de Porto Alegre a nota média do Ideb das escolas públicas (municipais, estaduais e federais), no ano de 2013, foi de 3,5 pontos. A meta estipulada pelo município era que até 2015 chegasse a 4,4 pontos, ou seja, um aumento de 0,9 pontos. Com relação ao indicador, quando verificado junto a plataforma do PCS, o mesmo não tinha atualização desde o ano de 2013. Entretanto, no site da Procempa (2016), o indicador foi atualizado no ano de 2015 mostrando que a pontuação atingida no período foi de 3,6, ou seja, a meta não tinha sido atingida. Para o ano de 2016 não foram encontradas informações (PMPA, 2013a, PCS, 2017, PMPA, 2017^a). O Quadro 11 apresenta o desempenho dos indicadores referentes ao eixo Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida.

Quadro 11 - Desempenho dos indicadores do Eixo Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida.

Indicador	Meta para 2016	Referência da meta	Resultado encontrado para o ano de 2016
Acesso à internet nas escolas do ensino fundamental e médio	-	-	-
Demanda atendida de vagas em pré-escolas municipais	2016 = 100% das vagas demandadas deveriam ser atingidas.	2012 = 85, 96% das vagas demandadas foram atingidas.	2015 = 89,2% do total de números de vagas demandadas foram atingidas.
Demanda atendida de vagas no ensino fundamental	2016 = 100% da demanda atendida de vagas no ensino fundamental.	-	2014 = 97,8% de atendimento da demanda.
Índice de desenvolvimento da Educação Básica - Rede municipal de 1ª a 4ª série	2015 = considerando a nota do IDEB de 0 a 10, pretendia-se até 2015 uma nota de 5,2 pontos.	2013 = considerando de 0 a 10 a nota média do IDEB, no ano de 2013 a nota foi de 4,8 pontos.	2015 = teve-se como resultado a nota de 4,8, ou seja, manteve-se estável, se comparado com o ano de referência 2013.
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Rede municipal de 5ª a 8ª série	2015 = de acordo com a média do IDEB, pretendia-se para esse ano 4,4 pontos de nota.	2013 = neste ano, de acordo com a média do IDEB, a nota média foi de 3,5 pontos.	2015 = o resultado encontrado foi de 3,6 pontos, ou seja, manteve-se estável.

Fonte: Autora (2017).

Através do Quadro 11, foi possível analisar que os indicadores assinados por Porto Alegre em relação ao eixo educação para a sustentabilidade e qualidade de vida não foram atingidos conforme as atualizações na plataforma do Cidades Sustentáveis. Dessa forma, ressalta-se a importância de a gestão pública municipal melhorar aspectos relacionados à educação, visto que a busca por uma cidade sustentável com qualidade de vida perpassa por uma educação de qualidade, com igualdade de acesso.

Para a Organização Mundial da Saúde (1998), qualidade de vida está atrelada a oportunidades de educação dada aos cidadãos, bem como a satisfação dos mesmos em relação aos aspectos, ambientais, sociais, culturais e econômicos. Da mesma forma, Pessoa e Braga (2010) salientam que educação e qualidade de vida tem ligação direta, destacando a importância do direito de acesso à educação, para que se tenha uma sociedade mais igualitária, com responsabilidade ambiental, com participação ativa de todos em prol da sustentabilidade urbana.

VI - EIXO ECONOMIA LOCAL, DINÂMICA, CRIATIVA E SUSTENTÁVEL

O eixo Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável, trabalha com o intuito de direito ao emprego e oportunidade de trabalho para todos. Com relação a esse eixo, Porto Alegre se comprometeu com os indicadores: desemprego; desemprego de jovens; e eficiência energética da economia, conforme descrito na sequência (PCS, 2016a).

a) Indicador 17 - Desemprego

Este indicador verificava a taxa média de desemprego no município de Porto Alegre. A meta estipulada era alcançar até 2015 o pleno emprego produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres, negros e jovens. Como resultados, no ano de 2015, a taxa de média de desemprego perpassava em 7,5% em relação a população economicamente ativa. Em pesquisa junto a Procempa (2016), no ano de 2016, houve um agravante, constatando-se um percentual de 9,1% de desempregados em relação à população economicamente ativa. Ou seja, a meta estipulada de acordo com o Programa Cidades Sustentáveis não foi atendida. (PCS, 2017, PMPA, 2017a)

b) Indicador 18 - Desemprego de jovens

Esse indicador relaciona-se ao percentual da taxa média de desemprego de jovens de 15 a 29 anos. A meta de acordo com o Programa Cidades Sustentáveis era alcançar até 2015 o pleno emprego produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres, negros e jovens. No ano de 2015, constatou-se que o percentual de jovens desempregados em Porto Alegre foi de 15,4%, não atingindo a meta que se propunha junto ao PCS. No ano de 2016, conforme o PCS (2017), este percentual foi ainda maior, 17,3% de jovens desempregados no município com idade entre 15 e 29 anos (PMPA, 2013a, PMPA, 2017a).

c) Indicador 19 - Eficiência energética da economia

Esse indicador busca analisar o Consumo Interno Bruto de Energia (carvão, eletricidade, petróleo, gás natural e fontes de energia renovável – disponíveis para consumo) e o Produto Interno Bruto (PIB), calculados para um ano civil, a preços constantes, com base no ano anterior. Sendo que o PIB considerado foi o de 2014. Como resultado, obteve-se que em 2013 o número total de energia consumida, em kwh foi de 3.465.685.580, para um PIB de 57.920.358.274, obtendo como valor do indicador 0,0598 (PMPA, 2013a, PMPA, 2017a). Em 2015, o número total de energia consumida em kwh foi de 3.589.470.415kwh, em relação ao PIB que na época era de 63.990.643.896, e o valor do indicador ficou em 0,0561. Não houve alterações significativas se comparados os anos de 2013 e 2015, ressaltando que quanto mais alto o indicador, menor é a eficiência energética. No ano de 2016, o indicador não foi atualizado pelo governo municipal de Porto Alegre (PCS, 2017).

O Quadro 12 apresenta um resumo em relação ao desempenho dos indicadores referentes ao eixo Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável.

Quadro 12 - Desempenho dos indicadores referentes ao Eixo Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável.

Indicador	Meta para 2016	Referência da meta	Resultado encontrado para o ano de 2016
Desemprego	Alcançar até 2015 o pleno emprego produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres, negros e jovens.	-	2016 = 9,1% de desempregados em relação a população economicamente ativa.
Desemprego de Jovens	2015 alcançar o pleno emprego produtivo e trabalho decente para todos, incluindo mulheres, negros e jovens.	-	2016 = 17,3% de jovens desempregados no município com idade entre 15 e 29 anos.
Eficiência Energética da Economia	2016 = diminuir o indicador, visto que quanto maior o valor, pior é a eficiência energética.	2013 = 0,0598kwh/PIB de energia consumida em relação ao PIB, tendo como objetivo diminuir o valor do indicador para 2016.	2015 = 0,0561kwh/PIB em relação a energia consumida. Do ano de 2013 para 2015 não houve modificações significativas do indicador. Em 2016 não houve atualização.

Fonte: Autora (2017).

Com relação ao eixo, e de acordo com o Quadro 12, foi possível notar que os indicadores não foram atingidos de acordo com a meta. A questão do desemprego de mulheres, negros e jovens deve ser pensada por instituições públicas e privadas como uma estratégia de melhorar a economia das cidades. Sendo assim, como coloca Caliendo e Schmidl (2016), a criação e incentivo de programas de qualificação profissional são de extrema importância para a inserção no mercado de trabalho.

Outro fator importante é o indicador de eficiência energética assinada por Porto Alegre, a utilização de energias renováveis e o consumo eficiente dos recursos são fundamentais quando se busca uma economia criativa e sustentável. Corrobora com essa ideia Silva et.al (2012) e Asif et al. (2013), quando retratam que as organizações sejam públicas ou privadas, têm que ter responsabilidade social, na utilização dos recursos naturais, pensarem projetos e ações levando em conta o tripé da sustentabilidade é primordial, quando se busca a sustentabilidade local.

VII - EIXO CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILO DE VIDA

O eixo Consumo Responsável e Opções de Estilo de vida, de acordo com o PCS, visa a conscientização para com o uso racional dos recursos naturais, e o incentivo em relação à criação de associações para catadores, incentivo a selos verdes, dentre outros (PCS, 2017). A gestão pública de Porto Alegre se comprometeu com 2 indicadores referentes ao eixo: consumo total de água; e inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva, conforme descrição na sequência.

a) Indicador 20 - Consumo total de água

Esse indicador buscava medir a média mensal de consumo de água (residencial, comercial, público, industrial e misto) estimado, em metros cúbicos, por habitante/mês, no município de Porto Alegre. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cada pessoa necessita de 3,3 m³/pessoa/mês (cerca de 110 litros de água por dia). O consumo total de água (residencial, comercial, público, industrial e misto) em m³ no ano de 2015, de acordo com a última atualização do governo municipal, foi de um total de 109.583.831m³ de água, essa quantidade foi utilizada para atender uma demanda de 1.409.351 habitantes, isso representa um consumo médio por habitante de 6,48m³, valor superior ao estabelecido pelas Nações Unidas como necessário, esse fator pode ser por descuido da população na utilização da água, ou até mesmo problemas de infraestrutura (redes com vazamentos). (PCS, 2017)

b) Indicador 21 - Inclusão de catadores no sistema de coleta seletiva

Esse indicador observava o percentual de catadores incluídos no sistema de coleta seletiva, em relação ao número total de catadores do município de Porto Alegre. O indicador não teve nenhuma atualização (PCS, 2017, PMPA, 2017a). No entanto, de acordo com a PMPA (2017b), o município atende 100% da cidade com coleta seletiva.

Com relação aos indicadores assinados por Porto Alegre, foi possível verificar que em relação ao consumo de água, está muito além do que o necessário por

habitante estabelecido pela ONU, isso pode ocorrer ou por falta de conscientização da população em relação a utilização dos recursos naturais ou por algum problema de infraestrutura (vazamentos). Segundo Tseng et al. (2013), educação, cultura, políticas públicas são necessárias quando se busca conscientizar os cidadãos para com o uso racional dos recursos naturais.

VIII - EIXO MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO

O eixo Melhor Mobilidade, Menos Tráfego, busca a sustentabilidade por meio do incentivo do uso de transportes públicos, o melhoramento das vias, a criação de ciclovias, dentre outros aspectos. Em relação a esse eixo, Porto Alegre se comprometeu com os seguintes indicadores: acidentes de trânsito; atropelamentos; ciclovias exclusivas; corredores exclusivos de ônibus; frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência; mortes com automóveis, bicicletas e motocicletas; mortes no trânsito; e mortes por atropelamentos (PCS, 2016a, PCS, 2016b).

a) Indicador 22 - Acidentes de trânsito

Esse indicador tentava analisar o número total de acidentes de trânsito por 10 mil habitantes. A ONU estabeleceu, durante Assembleia Geral em 2 de março de 2010, que 2011 a 2020 será a Década de Ações para a Segurança Viária, tendo como meta estabilizar e reduzir acidentes de trânsito em todo o mundo. A OMS estabeleceu como meta diminuir em 50% as mortes em acidentes de trânsito até 2020. No caso de Porto Alegre, no ano de 2013 foram 22.447 acidentes de trânsito para uma população de 1.409.351 habitantes, uma média de 159 acidentes para cada 10.000 habitantes. No ano de 2015, de acordo com a última atualização do indicador junto ao PCS, verificou-se que o número de acidentes de trânsito em Porto Alegre foi de 21.140 para a mesma população apresentada em 2013, ocorreu uma média de 150 acidentes para cada 10.000 habitantes, ou seja, houve uma melhora de 5% nesse indicador se comparado aos ano de 2013 a 2015 (PCS, 2017, PMPA, 2017a).

b) Indicador 23 - Atropelamentos

Esse indicador media o número total de atropelamentos por 10 mil habitantes no município de Porto Alegre. Não constando nenhuma meta de referência. Observou-se, no entanto, que no ano de 2013 ocorreram 1.433 atropelamentos para uma população de 1.409.351 habitantes, correspondendo a um total de 10,16 atropelamentos para cada 10.000 habitantes. Já, de acordo com a Plataforma Cidades Sustentáveis no ano de 2015, o município de Porto Alegre teve um total de 1.191 atropelamentos para uma população de 1.409.351 habitantes, verificando-se um total de 8,4 atropelamentos para cada 10.000 habitantes. Comparando o número de atropelamentos entre 2013 e 2015, constata-se que houve uma redução de 242 atropelamentos (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

c) Indicador 24 - Ciclovia exclusivas

Esse indicador refere-se ao percentual de quilômetros (km) de ciclovias permanentes, em relação ao total de extensão em quilômetros (km) de vias da cidade do município de Porto Alegre. A meta referência é a cidade Vitoria – Gasteiz (Espanha): 111 km de ciclovias equivalentes a 22,2% de 500 km de vias na cidade. Analisando a situação de Porto Alegre, percebeu-se que no ano de 2013, o número de quilômetros de ciclovias permanentes era de 17,58km para 2.789km de vias. Já, no ano de 2015, a construção de ciclovia se deu em 35,8 Km num total de 2.789km de via, correspondendo a um percentual de 1,28% de ciclovias permanentes em relação à extensão de quilômetros (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b). No ano de 2016, de acordo com dados da Procempa (2016), são 44, 67 Km de ciclovias, correspondendo a 1,6% de ciclovias permanentes em relação a extensão de quilômetros, estando ainda muito aquém da meta referência.

d) Indicador 25 - Corredores exclusivos de ônibus

Esse indicador visava analisar o percentual de quilômetros (km) da rede de corredores exclusivos de ônibus, em relação à extensão total de vias da cidade. A meta era implantar corredores exclusivos de ônibus, no mínimo, nas avenidas com três ou mais faixas de tráfego por sentido. O valor de referência para esse indicador

era o ano de 2012, em que dos 2.733 quilômetros de vias, 55,2 quilômetros eram de corredores exclusivos de ônibus, correspondendo a um percentual de 2,01% da extensão total de vias. No ano de 2015, o qual se refere à última atualização disponível pela Plataforma do PCS, a extensão total de quilômetros de vias era de 2.789km. Já o número de quilômetros de corredores exclusivos de ônibus passou para 64,54km, representando 2,31% da extensão total da via. No entanto, vale ressaltar que para o ano de 2016, a meta era atingir um percentual de 2,98% de corredores de ônibus em relação à extensão total de vias (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

e) Indicador 26 - Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência

Esse indicador refere-se ao percentual da frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência em Porto Alegre. A referência dessa meta é a cidade de Estocolmo na Suécia que tem 100% da frota de ônibus com acessibilidade. No ano de 2013, o número de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência em Porto Alegre era de 998 ônibus em relação a frota total de ônibus que era de 1.704. No ano de 2015, a frota total de ônibus coletivos municipais era de 1.703, destes, 880 ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência correspondendo a 51,67%. Em relação ao ano de 2016, não se obtiveram informações atualizadas com relação a frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiências, os dados apresentados em 2015 não correspondem à meta estabelecida para esse indicador (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

f) Indicador 27 - Mortes com automóvel

Esse indicador buscou analisar o número de mortes por acidentes de automóveis e caminhonetes para cada 10 mil habitantes no município de Porto Alegre. No ano de 2013, o número de mortes por acidentes envolvendo automóveis e caminhonetes foi de um total de 25, para uma população de 1.409.351 habitantes, correspondendo a 0,18 mortes a cada 10 mil/habitantes. No ano de 2015, o número de mortes por acidentes foi de 28, correspondendo a 0,19 mortes para cada 10

mil/habitantes. Para o ano de 2016, não houve atualização para esse indicador (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

g) Indicador 28 - Mortes com bicicleta

Este indicador visava perceber o número de mortes de ocupantes de bicicleta, para cada 10 mil habitantes. A meta de referência é a cidade de Vancouver no Canadá, em que o número de mortes por acidentes com bicicletas é zero. No município de Porto Alegre, em 2013, para uma população de 1.409.351 habitantes, foram 8 mortes com bicicletas. Ao dividir esse número para 10 mil habitantes, obtêm-se como resultado um total de 0,05 mortes. Para o ano de 2015, o número de acidentes diminuiu para 3, correspondendo um total de 0,02 mortes a cada 10 mil/habitantes. Já no ano de 2016, não houve atualização para esse indicador (PMPA, 2016, PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

h) Indicador 29 - Mortes com motocicletas

Este indicador previa analisar o número de mortes de ocupantes de motocicleta, a cada 10 mil habitantes no município de Porto Alegre. Tendo como meta de referência a cidade de Auckland, Nova Zelândia, que no ano de 2009, teve número de acidentes com moto de 5, totalizando 0,03 mortes para cada 10 mil habitantes. No município de Porto Alegre, o número de mortes com motocicletas no ano de 2013 foi de 43, ou seja, 0,30 mortes para cada 10 mil habitantes, considerando a população de Porto Alegre que correspondia na época a 1.409.351 habitantes. No ano de 2015, o número de mortes com motocicleta em Porto Alegre foi de 26 mortes, correspondendo a um total de 0,18 mortes. Houve uma diminuição de mortes com motocicletas comparando o ano de 2013 e 2015, no entanto, a meta estipulada ainda não foi atingida. Para o ano de 2016, não houve atualização do indicador (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

i) Indicador 30 - Mortes no trânsito

Este indicador apresenta o número de mortes em acidentes de trânsito, para cada 10 mil habitantes no município de Porto Alegre. Para esse indicador não foi

encontrado nenhuma meta de referência. Verificou-se que no ano de 2013 o número de mortes no trânsito foi de 127, considerando esse valor para cada 10 mil habitantes tem-se 0,9 mortes. No ano de 2015, houve uma diminuição de 27 mortes, ou seja, foram 100 mortes no trânsito, correspondendo a 0,7 mortes para cada 10 mil habitantes. Para esse indicador, consideraram-se as mortes ocasionadas por acidentes de automóveis, bicicletas, motocicletas e atropelamentos. Para o ano de 2016 não se encontraram informações atualizadas (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

j) Indicador 31 - Mortes por atropelamento

Esse indicador apresenta o número de mortes por atropelamentos, a cada 10 mil habitantes no município de Porto Alegre. A meta de referência para esse indicador teve como base na cidade de Auckland, Nova Zelândia, que no ano de 2009, observou na cidade um total de 0,07 morte por atropelamento para cada 10 mil habitantes. No município de Porto Alegre, no ano de 2013, foram 49 mortes por atropelamento, resultando em 0,34 mortes para cada 10 mil habitantes. Já no ano de 2015, o município de Porto Alegre constatou uma redução dessas mortes ficando em 42, um total de 0,29 para cada 10 mil habitantes, apesar de ter havido uma redução, ainda não se conseguiu atingir a meta de referência. Para o ano de 2016, o indicador não apresentou atualização (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

O Quadro 13 apresenta um resumo do desempenho dos indicadores referentes ao eixo Melhor Mobilidade, Menos Tráfego.

Quadro 13 - Desempenho dos indicadores do Eixo Melhor Mobilidade, Menos Tráfego.

Indicador	Meta	Referência da meta	Resultado encontrado
Acidentes de trânsito	2020 = segundo o OMS reduzir em 50% as mortes em acidentes de trânsito.	2013 = 159 acidentes para cada 10.000 habitantes em Porto Alegre.	2015 = 150 acidentes para cada 10.000 habitantes. Comparando 2013 com 2015, houve redução de 5%. Ano de 2016, não obteve-se informação.
Atropelamentos	Medir o número de atropelamentos para cada 10.000 habitantes.	2013 = 10,16 atropelamentos para cada 10.000 habitantes;	2015 = 8,4 atropelamentos para cada 10.000 habitantes.

Ciclovias exclusivas	A meta referência é a cidade Vitória – Gasteiz (Espanha): 111 km de ciclovias equivalentes a 22,2% de 500 km vias na cidade	A meta referência é a cidade Vitória – Gasteiz (Espanha): 111 km de ciclovias equivalentes a 22,2% de 500 km vias na cidade	2016 = 44,16 km num total de 2.789km de via, correspondendo 1,6% de ciclovias permanentes em relação a extensão de quilômetros.
Corredores exclusivos de ônibus	2016 = 2,98% de corredores de ônibus em relação a extensão total de vias.	2012 = 2.733 quilômetros de vias, 55,2 quilômetros eram de corredores exclusivos de ônibus, correspondendo a um percentual de 2,01% da extensão total de vias.	2015 = 2.789km de vias, 64,54km destinados a corredores de ônibus representando 2,31% da extensão total da via. Para o ano de 2016, não se obteve atualização.
Frota de ônibus com acessibilidade para pessoas com deficiência	100% da frota de ônibus com acessibilidade a pessoas com deficiências.	2013 = 58% dos ônibus coletivos com acessibilidade para pessoas com deficiência.	2015 = a frota total de ônibus coletivos com acessibilidade para pessoas com deficiência correspondendo a um total de 51,67%.
Mortes com automóvel	Verificar o número de mortes de ocupantes de automóveis e caminhonetes por 10 mil habitantes	2013 = 25 mortes, para uma população de 1.409.351 habitantes, correspondendo a 0,18 mortes a cada 10/mil habitantes.	2015 = 28 mortes, correspondendo 0,19 a cada 10 mil/habitantes.
Mortes com bicicletas	Vancouver, Canadá: zero mortes	2013 = 8 mortes com bicicletas, um total de 0,05 mortes para cada 10.000 habitantes.	2015 = 3 mortes, correspondendo a um total de 0,02 mortes para cada 10 mil habitantes
Mortes com motocicletas	Auckland, Nova Zelândia (2009): 0,0348 por 10 mil habitantes (5 mortes).	2013 = 43 mortes, ou seja, 0,30 para cada 10 mil habitantes.	2015 = 26 mortes, correspondendo a um total de 0,18 mortes, para cada 10.000 habitantes.
Mortes no trânsito	Verificar o número de mortes em acidentes de trânsito, por 10 mil habitantes.	2013 = 127 mortes no trânsito, representando 0,90 mortes para cada 10.000 habitantes.	2015 = foram 100 mortes no trânsito, correspondendo a 0,7 mortes para cada 10 mil habitantes
Mortes por atropelamentos	Auckland, Nova Zelândia (2009): 0,0765 por 10 mil habitantes.	2013 = 49 mortes por atropelamento, resultando em 0,34 mortes para cada 10 mil habitantes.	2015 = 42 mortes, um total de 0,29 para cada 10 mil habitantes.

Fonte: Autora (2017).

Através do Quadro 13, é possível identificar que houve avanços nos indicadores, no entanto, a meta referência não foi atingida. Ressalta-se que muitos indicadores não tiveram atualização no ano de 2016. Mobilidade urbana é um tema

que merece muita atenção, a busca pela sustentabilidade urbana perpassa por aspectos relacionados à oferta de transporte público de qualidade e acessibilidade, o incentivo do uso de bicicletas, o compartilhamento de caronas, a oferta de vias e calçadas com boas condições, principalmente para as pessoas portadoras de necessidades especiais. Todos esses fatores, além de melhorarem a qualidade de vida dos cidadãos, contribuem com o meio ambiente, através da redução da emissão de gases poluentes.

Ainda sobre a mobilidade urbana, autores como Campos (2007), Spickermann; Grienitz; Heiko (2014), acreditam que os principais desafios atuais para as cidades perpassam por um processo de reestruturação no sistema de transportes, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais. Outro desafio está na conscientização das pessoas em mudar o hábito do transporte motorizado individual, para a utilização do transporte coletivo. Todavia, para que esses desafios tenham êxito, são necessários investimentos que propiciem a todos os cidadãos um transporte seguro e com qualidade.

IX - EIXO AÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE

O eixo ação local para a saúde, de acordo com o PCS (2016a), intenta garantir a todos, independentemente de cor, raça o direito à saúde pública de qualidade, para que assim todos tenham uma vida saudável. Sobre esse eixo, Porto Alegre se comprometeu com os indicadores: baixo peso ao nascer; gravidez na adolescência; leitos hospitalares; mortalidade infantil; mortalidade materna; mortalidade por doenças do aparelho circulatório; mortalidade por doenças do sistema respiratório; pré-natal insuficiente e unidades básicas de saúde, conforme descrito a seguir (PCS, 2016b).

a) Indicador 32 - Baixo peso ao nascer

Este indicador visa avaliar o percentual de crianças nascidas vivas com menos de 2,5 kg, em relação ao total de nascidos vivos no município de Porto Alegre. Para esse indicador, utilizou-se como referência o ano de 2012, sendo que neste ano, o número de crianças nascidas vivas em Porto Alegre foi de 19.457, destas, 1.815 crianças nasceram com peso abaixo de 2,5 kg, correspondendo a um

percentual de 9,33%. No ano de 2014, o número de nascidos vivos foi de 19.163, destes, 1.787 nasceram com peso inferior a 2,5kg, um percentual de 9,32% das crianças. Para o ano de 2015 e 2016, não foram encontradas informações disponíveis. No entanto, a meta prevista para esse indicador era que até 2016 não ultrapassasse de 9,30% o número de crianças com peso inferior 2,5kg (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

b) Indicador 33 - Gravidez na adolescência

Este indicador analisava o percentual de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos de mães residentes no município de Porto Alegre. A meta estabelecida para este indicador era o ano de 2012, no qual do total de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos representavam um percentual de 14,69%. A meta estabelecida era que até o ano de 2016 esse valor ficasse em torno de 13,65%, ou seja, diminuísse 1,04 pontos no valor do indicador. No ano de 2014, dos 19.163 nascidos vivos, 2.790 dessas crianças eram de mães que tinham 19 anos ou menos, representando um percentual de 14,55%, ou seja, praticamente não houve melhora nesse indicador. Para os anos de 2015 e 2016 não foram encontradas informações atualizadas (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

c) Indicador 34 - Leitos hospitalares

Este indicador buscou identificar a proporção de leitos hospitalares públicos e privados disponíveis por cada mil habitantes no município de Porto Alegre. A meta de referência era 2,5 a 3 leitos hospitalares para cada mil habitantes. No ano de 2013, para uma população de 1.409.351 habitantes, a quantidade de leitos disponíveis era de 7.416, ou seja, para cada 1.000 habitantes tinha-se 5,2 leitos disponíveis. No ano de 2015, para a mesma população apresentada em 2013, o número de leitos públicos e privados disponíveis ficaram em torno de 7.176, correspondendo a 5,09 leitos para cada 1.000 habitantes. Ao pretar atenção aos anos de 2013 e 2015, houve uma redução de 300 leitos, no entanto, ainda o número de leitos se manteve acima do valor estipulado na meta. Para o ano de 2016, não se obteve informação atualizada (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

d) Indicador 35 - Mortalidade infantil

Este indicador tinha como finalidade avaliar a proporção de óbitos de crianças menores de um ano em cada mil crianças nascidas vivas de mães residentes no município de Porto Alegre. O valor da meta para esse indicador tinha como base o ano de 2012, sendo que, de cada mil crianças nascidas vivas, 9,19 faleciam antes de completarem 1 ano de vida, dessa forma, a meta estipulada era que até o ano de 2016 esse indicador reduzisse para 9. A última atualização desse indicador foi no ano de 2015, em que dos 19.692 nascidos vivo, 181 crianças vieram a óbito antes de completarem 1 ano de idade, correspondendo a 9,19 óbitos a cada 1.000 crianças nascidas. Dessa forma, constatou-se que até o ano de 2015, a meta estipulada não tinha sido alcançada (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

e) Indicador 36 - Mortalidade materna

Este indicador via a proporção de óbitos femininos por causas maternas, em relação aos nascidos vivos de mães residentes no município de Porto Alegre, por dez mil nascidos vivos. Sendo que no ano de 2013 dos 19.730 nascidos vivos, houve 6 mortes maternas, ou seja, de cada 10 mil nascidos vivos, 3 mortes maternas. Já no ano de 2014, dos 19.163 nascidos vivos, foram 4 óbitos por causas maternas, em cada 10 mil nascidos vivos, 2 mortes maternas. Para os anos de 2015 e 2016 não houve atualização do indicador (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

f) Indicador 37 - Mortalidade por doenças do aparelho circulatório

Este indicador buscava avaliar o número de mortes por doenças do aparelho circulatório, por dez mil habitantes. As principais causas de morte relacionadas ao aparelho circulatório são Acidente Vascular Cerebral, também denominado como derrame, doença isquêmica do coração e infarto do miocárdio. O número total de óbitos por doenças do aparelho circulatório no ano de 2013 foi de 3.194, ou seja, um total de 22,66 mortes para cada 10 mil habitantes. Já no ano de 2014, o número de óbitos reduziu para 3.050 mortes, sendo 21 mortes em cada 10 mil habitantes. A meta para 2016 era reduzir para 22 o número de óbitos para cada 10 mil habitantes. Dessa forma, é possível verificar que em 2014, a meta já havia sido alcançada, no

entanto, não se obteve informações se o resultado se manteve para os anos de 2015 e 2016 (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

g) Indicador 38 - Mortalidade por doenças do sistema respiratório

Este indicador buscava identificar o número de mortes por doenças do aparelho respiratório, para cada 10 mil habitantes. De acordo com as informações disponibilizadas, no ano de 2013, foram 1.095 mortes por doenças do aparelho respiratório, isso representa um total de 7,7 óbitos para cada 10 mil habitantes. No ano de 2014, foi possível verificar uma redução de óbitos por doenças do sistema respiratório, ficando 1.034 óbitos, representando um total de 7,3 mortes para cada 10 mil habitantes. A meta para 2016 era reduzir para 7,5 mortes para cada 10 mil habitantes. Ressalta-se que não se obteve informações em relação a esse indicador para os anos de 2015 e 2016 (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

h) Indicador 39 - Pré-natal insuficiente

Este indicador notava o percentual de nascidos vivos cujas mães fizeram menos de 7 consultas pré-natal. Para esse indicador, a referência da meta era 100% das mães com no mínimo 7 consultas pré-natal. As consultas deveriam ser mensais até a 28ª semana, quinzenais entre as 28ª e 36ª semanas e semanais posteriormente (PMPA, 2013a, PCS, 2017) Como resultado, obteve-se que em relação ao número total de nascidos vivos no ano de 2013, compreendeu 19.730 crianças, deste total, os nascidos em que as mães fizeram menos de 7 consultas pré-natal, foram um total de 5.254 crianças, representando um percentual de 26,6%. No ano de 2014, os nascidos foram 19.163 crianças, e em relação as mães que fizeram o pré-natal foram 4.892, representando um percentual de 25,5% o percentual de nascidos vivos cujas mães fizeram menos de 7 consultas pré-natal. A meta estabelecida por Porto Alegre tinha como referência 2012 em que 29% das mães não realizavam as consultas pré-natal recomendadas. Logo, buscava-se que até 2016, 20% das mães somente não realizaram as 7 consultas pré-natal. No entanto, em 2016 não se teve informações atualizada com relação ao indicador (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

i) Indicador 40 - Unidade básicas de saúde (UBS)

Esse indicador está relacionado ao número de unidades básicas públicas de atendimento em saúde, por dez mil habitantes. A meta referência para esse indicador era a garantia de, no mínimo, uma UBS (Unidade Básica de Saúde) com Programa Saúde da Família para cada dez mil habitantes. No ano de 2013, o número total de unidades básicas de atendimento em saúde em Porto Alegre era de 147 unidades básicas, esse número representa um total de 1,04 unidades básicas para cada 10 mil habitantes. No ano de 2015, ano da última atualização na plataforma do PCS, o número de unidades básicas de saúde era de 154, ou seja, para cada 10 mil habitantes, tinha-se 1,09 unidades básicas para atendimento da população. Ressalta-se que a população de Porto Alegre considerada foi de 1.409.351 habitantes (PCS, 2017, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b). O Quadro 14 apresenta o desempenho dos indicadores referentes ao eixo ação local para a saúde.

Quadro 14 - Desempenho dos indicadores referentes ao Eixo Ação Local para a Saúde.

Indicador	Meta	Referência da meta	Resultado encontrado
Baixo peso ao nascer	2016 = 9,30% de crianças nascidas vivas com menos de 2,5 kg.	2012 = 9,33% de crianças nascidas vivas com menos de 2,5 kg, em relação ao total de nascidos vivos.	2014 = 9,38% de crianças nascidas vivas com menos de 2,5 kg, em relação ao total de nascidos vivos. 2016 não foi atualizado.
Gravidez na adolescência	2016 = 13,65% de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos de mães residentes em Porto Alegre.	2012 = 14,69% de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos de mães residentes em Porto Alegre.	2014 = 14,55% de nascidos vivos cujas mães tinham 19 anos ou menos, sobre o total de nascidos vivos de mães residentes. 2016 não foi atualizado
Leitos hospitalares	2,5 a 3 leitos hospitalares para cada mil habitantes.	2013 = 5,2 leitos hospitalares públicos ou privados disponíveis para cada mil habitantes.	2015 = 5,09 leitos hospitalares públicos ou privados disponíveis para cada mil habitantes. 2016 não obteve-se informação.
Mortalidade infantil	2016 = diminuir para 9,0 a proporção de crianças menores de um ano em cada mil crianças nascidas vivas de mães residentes.	2012 = de cada mil crianças nascidas vivas, 9,19 faleciam antes de completarem 1 ano de vida	2015 = de cada mil crianças nascidas vivas, 9,19 faleciam antes de completarem 1 ano de vida. Para o ano de 2016, não houve atualização do indicador.

Mortalidade materna	Zerar o número de mortes maternas.	2013 = de cada 10 mil nascidos vivos, 3 mortes maternas.	2014 = 2 mortes maternas em cada 10 mil nascidos vivos. Para os anos de 2015 e 2016 não houve atualização do indicador.
Mortalidade por doenças do aparelho circulatório	2016 = reduzir para 22 o número de óbitos para cada 10 mil habitantes.	2013 = 22,66 mortes para cada 10 mil habitantes.	2014 = 21 mortes em cada 10 mil habitantes. 2016 não obteve-se informação.
Mortalidade por doenças do sistema respiratório	2016 = reduzir para 7,5 mortes para cada 10 mil habitantes.	2013 = 7,7 óbitos para cada 10 mil habitantes.	2014 = 7,3 óbitos para cada 10 mil habitantes. 2016 não obteve-se informação.
Pré-natal insuficiente	2016 = 20% das mães sem acompanhamento das 7 consultas pré-natal. A meta almejada é que para os próximos anos, 100% das mães realizem no mínimo 7 consultas pré-natal.	2012 = 29% das mães não realizavam o acompanhamento pré-natal.	2014 = 25% das mães não realizavam as 7 consultas pré-natal. 2016 = não obteve-se informações.
Unidades básicas de saúde	Garantir, no mínimo, uma UBS (Unidade Básica de Saúde) com Programa Saúde da Família para cada dez mil habitantes.	2013 = 1,04 unidades básicas para cada 10 mil habitantes	2015 = 1,09 unidades básicas para cada 10 mil habitantes. 2016 = não obteve-se informações.

Fonte: Autora (2017).

Através do Quadro 14, verifica-se que Porto Alegre atingiu a meta nos indicadores, leitos hospitalares, mortes por doenças do sistema circulatório e respiratório e unidades básicas de saúde. No entanto, ainda se tem muito a melhorar em relação ao eixo ação local para saúde. Segundo Sanches e Ciconeli (2012), Sandifer; Sutton-Grier, Ward (2015), a promoção da saúde perpassa por vários aspectos, ou seja, o ambiente natural, as políticas públicas existentes, as oportunidades disponibilizadas aos cidadãos em relação a educação, renda, trabalho, a infraestrutura básica ofertada pelas cidades influencia diretamente na saúde da população. Ressalta-se que os cidadãos têm direito a serviços de saúde pública de qualidade e com igualdade de acesso, e o poder público tem a responsabilidade na oferta e garantia desses serviços.

Após a identificação dos quarenta indicadores assinados por Porto Alegre, é possível inferir que a gestão pública não conseguiu atingir os resultados propostos. De acordo com os gestores, a responsabilidade de cada indicador era da secretaria

da área, em entrevista com o gestor de secretaria a qual assinou o programa cidades sustentáveis, quando questionado sobre como era feita a seleção dos indicadores, quais aspectos que cada secretaria considerava na escolha do indicador, o mesmo disse que:

... do cidades sustentáveis, compete ao secretário, o secretário identifica quais são os indicadores, passa aqui pra nós (secretaria de planejamento estratégico) que levamos ao prefeito ahh...se o prefeito e vice acordam com aquele indicadores, e não só com os indicadores mas com as metas estabelecidas, então é assinado o contrato de gestão, ele, o secretário de planejamento e o secretário da pasta e partir daí entra pra dentro do sistema de monitoramento que é o portal de gestão, enfim, pra acompanhar esses resultados, a governança se estabelece dessa forma. (GESTOR 4).

Através da entrevista com o gestor e dos resultados encontrados, constata-se que a responsabilidade citada pelo mesmo, em relação ao acompanhamento e monitoramento do desempenho do indicador, não se deu, visto que alguns indicadores assinados não tiveram nenhuma atualização, um exemplo, são os indicadores acervo de livros infantojuvenis e acervo de livros para adultos, que compunham o eixo Cultura para a Sustentabilidade.

Analisando com a Teoria de *Stakeholders* de acordo com Freeman (2004), verifica-se que a mesma não se aplica em Porto Alegre, o que se verificou foi que os gestores buscaram num primeiro momento o envolvimento de todas as secretarias para a criação do Plano de Metas juntos ao PCS, mas, após a assinatura, não fica evidenciado que esse envolvimento de diversos atores se deu, em função de muitos indicadores não terem sido atualizados na plataforma, conforme compromisso assinado. Ou seja, o acompanhamento por parte dos gestores não se deu em todas as etapas, e segundo o autor, o estabelecimento da estratégia, o envolvimento dos diferentes atores e o comprometimento dos mesmos no processo de planejamento, implantação e monitoramento é fundamental, quando se busca a sustentabilidade urbana.

4.2 Descrição a partir do PCS dos projetos desenvolvidos por Porto Alegre durante os anos de 2013-2016

Nesta etapa, percebeu-se quais foram os projetos desenvolvidos por Porto Alegre durante os anos de 2013-2016. Para obtenção das informações, utilizou-se

análise documental, entrevistas e observação não participante. Os principais resultados e análise estão apresentados na sequência.

De acordo com a Plano de Metas elaborados pelos gestores de Porto Alegre, os Eixos que compõem os indicadores assinados por Porto Alegre do PCS estão agrupados nos programas, conforme Quadro 15.

Quadro 15 - Programas desenvolvidos por Porto Alegre correspondentes aos Eixos do PCS

EIXOS	PROGRAMAS
Eixo Governança	Programa Gestão Total. Programa Cidade Solidária e Participativa.
Eixo Bens Naturais Comuns	Programa Cidade Integrada.
Eixo Planejamento e Desenho Urbano	Programa Porto do Futuro.
Eixo Cultura para a Sustentabilidade	Programa da Inclusão.
Eixo Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida	Programa Lugar de Criança é na Família e na escola.
Eixo Economia Local, Dinâmica e Criativa e Sustentável	Programa Cidade Integrada. Programa Cidade Inovadora.
Eixo Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida	Programa Cresce Porto Alegre.
Eixo Ação Local para a Saúde	Programa a receita é Saúde.
Eixo Melhor Mobilidade Menor Tráfego	Programa Cidade Integrada.

Fonte: Autora (2017).

Adiante, estão apresentados os principais resultados encontrados em relação aos projetos desenvolvidos por Porto Alegre. Salienta-se que esses projetos foram desenvolvidos buscando melhorar os indicadores correspondentes a cada eixo do Programa Cidades Sustentáveis assinados por Porto Alegre tendo como meta o ano de 2016.

Outro fator importante a destacar e isso foi verificado durante as entrevistas e análise documental, que muitos projetos tiveram início antes da assinatura do PCS, mas que parte de seu desenvolvimento se deu durante a gestão 2013-2016, esses projetos têm relação direta com os indicadores assinados junto ao PCS, justifica-se dessa forma a inclusão deles no estudo.

a) Eixo Governança

Através da análise documental, em relação ao Eixo Governança, um dos destaques de Porto Alegre é o Orçamento Participativo (OP), que teve início em 1989, e até então é visto como uma das formas mais democráticas de gestão pública. Porto Alegre destaca-se como referência mundial, cidades americanas e europeias

têm mecanismos inspirados no modelo surgido em Porto Alegre. No ano de 2013, o OP foi implantado em Paris. O OP de Porto Alegre foi indicado como sendo o único no mundo em que os conselheiros discutem, deliberam e modificam as leis orçamentárias municipais (PMPA, 2013b, PMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Em 2014, o OP completou 25 anos, tendo como participação um total de 17.582 credenciamentos. Em 2015, foi um total de 20.657 credenciamentos, demonstrando que a gestão de Porto Alegre busca a participação das pessoas nas decisões de onde e como aplicar os recursos municipais (PMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Outro ponto importante ligado ao Eixo Governança foi a criação dos conselhos municipais, estes atuam na formulação, implementação e controle social de políticas públicas em que a sociedade compartilha responsabilidades com o poder público, representando um padrão inovador de relação entre Estado e sociedade, sendo criado pela Constituição de 1988, a qual contribui para a formulação de políticas públicas (PMPA, 2016).

No município de Porto Alegre, dos 26 conselhos previstos em lei, 25 estão em funcionamento. O Quadro 16 apresenta os conselhos municipais de Porto Alegre que se encontravam em funcionamento até o ano de 2016.

Quadro 16 - Conselhos municipais de Porto Alegre no ano de 2016.

Quantidade de conselhos	Conselhos municipais de Porto Alegre
1	Conselho Municipal de Alimentação Escolar
2	Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento
3	Conselho Municipal de Assistência Social
4	Conselho Municipal de Cultura
5	Conselho Municipal de Desporto
6	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
7	Conselho Municipal de Direitos Humanos
8	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
9	Conselho Municipal de Educação
10	Conselho Municipal da Juventude
11	Conselho Municipal da Saúde
12	Conselho Municipal dos Direitos do Povo Negro
13	Conselho Municipal sobre Drogas
14	Conselho Municipal do Meio Ambiente
15	Conselho Municipal de Acesso a Terra e Habitação
16	Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia
17	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
18	Conselho Municipal de Justiça e Segurança
19	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural
20	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Porto Alegre

21	Conselho Municipal de Transporte Urbano
22	Conselho Municipal do Idoso
23	Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor
24	Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre
25	Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Fonte: Prefeitura de Porto Alegre (2016).

Os conselhos descritos no Quadro 16 são vistos pelos *stakeholders* gestores como fundamentais para qualificar o espaço democrático e fortalecer o exercício da cidadania. No ano de 2014, inaugurou-se a Casa dos Conselhos Municipais de Porto Alegre, considerado o lugar como referência física da democracia participativa da Capital (PMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Outros projetos relacionados ao eixo referem-se as oportunidades de emprego e qualificação da mão-de-obra, vistos como compromissos da gestão municipal, por meio da Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego. A colocação no mercado de trabalho é realizada através do SINE (Site Nacional de Empregos) municipal, em parceria com o Ministério do Trabalho desde 2006, possuindo três postos de atendimento. O SINE dispõe de convênio com empresas de Porto Alegre e região Metropolitana, os trabalhadores quanto aos empregadores não têm nenhum custo. Em média, 400 empresas são cadastradas, ofertando cerca de 1000 empregos. De acordo com levantamento realizado pela Prefeitura de Porto Alegre, entre os anos de 2009 e 2015, foram atendidos no SINE 737.042 trabalhadores, destes, 31.050 obtiveram colocação profissional (PMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Também foram realizados projetos específicos como o Dia D, evento que ocorre uma vez por ano em todo o país e visa oferecer oportunidades de trabalho para pessoas com deficiência. A inserção das pessoas com deficiência para o mercado de trabalho tem apoio da Secretaria Municipal de Acessibilidade e Ação Social (PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

No ano de 2016, participaram do Dia D 30 empresas de segmentos variados, oferecendo 415 vagas. Foram empregadas 141 pessoas com deficiência, após passarem por processo de seleção. A gestão pública de Porto Alegre, após a assinatura do PCS juntamente com o SINE, buscou ofertar qualificação profissional, através do oferecimento de cursos profissionalizantes gratuitos e parcerias com outras empresas (PMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Também no ano de 2016, realizou a 4ª edição do Mutirão de Oportunidades de Emprego e Aprendizagem, neste evento, reuniram-se empregados, empregadores e entidades de qualificação e aprendizagem, como CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), Fórum Municipal de Aprendizagem. Participaram também desse evento técnicos das secretarias de Produção, Indústria e Comércio, da Acessibilidade e Inclusão Social e do INOVAPOA (Secretaria de Inovação e Tecnologia). Estes orientaram os trabalhadores sobre microcrédito, acessibilidade, tecnologia e inovação. Nesta edição do feirão foram ofertadas 700 vagas por 14 empresas. Das vagas ofertadas, de 5% a 15% destinaram-se a jovens de 14 a 23 anos e a pessoas com deficiências. Foram atendidos um total de 6.200 candidatos, sendo que, 2.600 foram encaminhados para cursos de capacitação (PMPA, 2016, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

Ainda sobre a qualificação profissional, os candidatos que procuram os postos do SINE, que não possuem ensino fundamental e médio, são encaminhados ao EJA (Educação de Jovens e Adultos) para concluírem seus estudos. A Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego também atende as demandas do Orçamento Participativo, sendo oferecidos cursos nas 17 regiões do OP, nos Centros Administrativos Regionais – CARS e na incubadora localizada na zona norte de Porto Alegre. Na incubadora, as oportunidades de aprendizado são oferecidas em parceria com a secretaria de Governança Local, a qual desenvolveu cursos preparando para o mercado de trabalho mulheres catadoras de recicláveis ou de famílias de carroceiros e carrinheiros, sendo oferecidos cursos de costura, confeitaria, artesanato, culinária, manicure (PMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Um outro projeto que ofereceu oportunidades de qualificação para o mercado de trabalho foi o evento da Copa 2014 em que foram preparados guardadores de veículos, que aprenderam a importância do bom atendimento, dar informações corretas, ter boa postura. Para tanto, receberam informações referentes à cidade, pontos turísticos, localizações de restaurantes, farmácias, dentre outros, 99 pessoas participaram da capacitação nesse projeto. Outro dado disponibilizado junto a prefeitura municipal, entre os anos de 2009 e 2014, 253.426 trabalhadores receberam capacitação, oportunizando assim a inserção dos mesmos junto ao mercado de trabalho (PMPA, 2016, PMPA, 2017b).

De acordo com análise documental e entrevistas, é possível detectar que o Eixo Governança durante os anos de 2013 a 2016, ano da assinatura do PCS, trouxe melhorias, principalmente em relação a oportunidade de emprego e capacitação profissional. A parceria com o SINE, SENAC, SENAI, CIEE foi fundamental na melhoria do indicador.

b) Bens naturais comuns

Em relação ao Eixo Bens Naturais Comuns, um projeto que teve destaque foi o PISA – Projeto Integrado Socioambiental, que iniciou em 2007 e teve sua conclusão no ano de 2014 em Porto Alegre, com objetivo de melhorar o ambiente e a qualidade de vida das pessoas. Projeto esse referente a obras destinadas ao tratamento de esgoto e controle de inundações. Participaram desse projeto a Secretaria Municipal de Gestão, Departamento Municipal de Água e Esgotos, Departamento de Esgotos Pluviais e Departamento Municipal de Habitação. Destaca-se que a população diretamente impactada pelas drenagens, redes coletoras e tratamento de esgotos nas bacias dos arroios Dilúvio, Cavalhada e do Salso corresponde a cerca de 700 mil moradores da Zona Sul de Porto Alegre. Um total de 10.300 domicílios foram ligados às redes coletoras (PMPA, 2013b, PMPA, 2016, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

Os investimentos utilizados para as obras foram de um total de R\$586,7 milhões, dos quais, R\$203,4 milhões foram do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, R\$316, 2 milhões da Caixa Econômica Federal e R\$67,1 milhões da Prefeitura de Porto Alegre. Foram construídos 150 quilômetros de redes coletoras, 32 emissários, oito novas estações de bombeamento, quatro chaminés de equilíbrio, uma delas com mirante, e uma ETE- Estação de Tratamento de Efluentes, considerado o maior conjunto de obras já feito em saneamento do país (PISA, 2016).

Uma das principais obras do PISA, ETE Serraria, tem capacidade para tratar 4.130 litros de esgoto por segundo, sendo projetada para atender a demanda da população para os próximos 50 anos. Entre meados de 2013 até o ano de 2016, tratou mais de 50 mil litros de esgoto, que deixaram de poluir o Guaíba, principal rio de Porto Alegre. Até o ano de 2016, eram coletados 87% do esgoto produzido pela população, sendo que 65, 25% recebiam tratamento, tendo como meta até 2030 universalizar os serviços de coleta e tratamento de esgoto, assim como o de

distribuição da água (PMPA, 2013b, PISA, 2016, PMPA, 2016, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

Também no ano de 2013, através de uma demanda da população junto ao Orçamento Participativo, entrou em operação a ETE Sarandi, que conta com 42,4 km de redes coletoras e estações de bombeamento. Estando previsto um investimento de R\$ 400 milhões no sistema nos próximos anos. Essa ETE atenderá 14 bairros total ou parcialmente, ajudando na despoluição do Gravataí, podendo tratar o equivalente a 41 litros de esgoto por segundo. Com essa obra, obteve-se um aumento de 3% o tratamento do esgoto da cidade, sendo beneficiadas 50 mil pessoas que residem na região (PISA, 2016; PMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Outro importante investimento ocorreu em projetos de drenagem e macrodrenagem, visto que muitas regiões sofriam com alagamentos. Os investimentos em drenagens, de responsabilidade do Departamento de Esgotos Pluviais, até o ano de 2016 foi superior a R\$53 milhões, de acordo com a gestão municipal, essas obras além de contribuírem para o bem-estar e qualidade de vida, colabora para a saúde da população (PMPA, 2013b, PMPA, 2017b).

Em relação aos projetos realizados para o indicador área verde por habitante, obteve-se de acordo com dados da PMPA (2016), que entre os anos de 2009 a 2016, 16 espaços entre praças e parques foram recuperados: Parque Farroupilha (Redenção); Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Harmonia); Parque Moinhos de Vento e Parque Natural Municipal Saint'Hilaire, passaram por um processo de revitalização, sendo que as principais ações realizadas foram restaurações, iluminação, limpeza, pavimentação, obras de drenagem, construção de cachorródromo, academia ao ar livre, plantio de árvores, cercamento do parque, brinquedos para pessoas portadoras de deficiência (PMPA, 2013b; PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Os Parques Chico Mendes, Parque Marinha do Brasil, Parque Marechal Mascarenhas de Moraes e Parque Alim Pedro foram reurbanizados, recebendo melhorias por meio do termo de compensação vegetal, recuperação de taludes ao redor da pista, pavimentação do entorno, construção de quadra poliesportiva, sala de ginástica. A praça Carlos Simão Arnt (Encol) passou por processo de revitalização, modernizada, recebendo iluminação com lâmpadas de LED e de vapor metálico.

Já as Praças Isabel, Dom Sebastião; República; Visconde de Taunay; Guarujá Zeno Simon; Calçadão de Ipanema e Alfândega passaram por processo de reurbanização, envolvendo ações como: calçamento de basalto, revitalização do gramado, investimentos em iluminação, academia ao ar livre, quadra esportiva (PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Com relação aos projetos referentes ao indicador área verde por habitante, é importante destacar que Porto Alegre, de acordo com dados da Prefeitura, é uma das capitais mais arborizadas do país, tendo aproximadamente 1,3 milhão de árvores, 8 parques arborizados, 625 praças e 3 unidades de conservação. Para a manutenção desses espaços, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAM) desenvolve desde 1984, um programa de parcerias entre o poder público e empresas privadas, através do Programa Adote uma Praça, esse programa está regulamentado através da Lei Complementar 618, de 10 de junho de 2009. Podem participar qualquer empresa, indústria, comércio, prestador de serviços, escolas, associações de bairros, ONG. No entanto, o adotante tende a se comprometer em manter o local limpo e em perfeitas condições de uso para a comunidade. Ainda, de acordo com a prefeitura, essas parcerias são importantes para a conscientização das pessoas da importância da preservação dos espaços urbanos, contribuindo para o bem-estar e qualidade de vida da população (PMPA, 2013b; PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

c) Educação para a sustentabilidade e qualidade de vida

Em relação ao Eixo Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida, tem-se as seguintes informações em relação a projetos para melhoria dos indicadores. A gestão municipal de Porto Alegre oferece educação integral em todas as escolas de ensino fundamental. No turno inverso ao de aula, são oferecidos aos alunos, reforço escolar (1/3 do tempo), esporte, estudo de idiomas, oficinas de cultura e robótica (PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Os alunos da educação integral e ensino infantil permanecem um período de 10h diárias na escola, eles podem optar pelas atividades que desejam realizar no turno integral. São oferecidas 5 refeições diárias, as quais incluem: café da manhã, lanche, almoço, lanche da tarde e jantar. Essas refeições têm acompanhamento de nutricionistas, são balanceadas, realizando também avaliação nutricional para

alunos da educação infantil e fundamental, sendo ofertadas um total de 62 mil refeições/dias (PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Outro projeto desenvolvido é chamado Música que Transforma, que faz parte do programa Cidade Escola, da Secretária Municipal de Educação, esse projeto tem parcerias com 18 instituições, oferece aulas de músicas aos alunos do ensino fundamental. Também oferecida na educação integral a robótica, os alunos são incentivados a seguir carreiras científico-tecnológicas, muitos ganharam bolsas de estudo concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O ensino da Robótica oportunizou a participação dos alunos em eventos nacionais e internacionais, recebendo premiações (PMPA, 2016, PMPA, 2017b).

d) Economia Local Dinâmica e Criativa

As ações realizadas em relação aos indicadores que compreendem o Eixo Economia Local, Dinâmica e Criativa, principalmente indicadores relacionados ao desemprego e desempregos de jovens, estão ligadas aos projetos descritos conforme os indicadores do Eixo Governança (PMPA, 2013,a).

Em relação ao indicador Eficiência Energética, no ano de 2010, a Secretaria de Meio Ambiente de Porto Alegre inaugurou na Zona Centro o sistema de aquecimento solar. A subsede da secretaria faz o manejo da arborização em logradouros públicos na região central da cidade. Foi instalado um reservatório de 600 litros para armazenamento da água, aquecida a partir da energia captada por 10 painéis solares (PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

A partir desse projeto, a administração pública de Porto Alegre no ano de 2016, publicou o Decreto nº 19.348 que instituiu o Comitê de Mudanças Climáticas e Eficiência Energética (CMCEE), o qual tem por objetivo elaborar programas, formular propostas e desenvolver projetos e atividades, dentro da premissa da sustentabilidade e resiliência, propondo modelos de políticas de mudanças climáticas e eficiência energética a serem adotados em todas as esferas públicas de Porto Alegre. As metas principais são a redução das emissões de gases de efeito estufa, adaptação dos prédios municipais para a geração ou consumo de energia limpa e renovável, incentivo à educação ambiental, preservação dos recursos

hídricos e da biodiversidade, áreas verdes, economia verde e projetos para a redução da pegada de carbono (PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

e) Consumo responsável e opções de estilo de vida

Em relação ao Eixo Consumo Responsável e opções de estilo de vida, constatou-se que sobre o indicador consumo de água, de acordo com a gestão municipal de Porto Alegre e análise documental, este indicador está diretamente relacionado ao programa Conexão Certa, o qual foi lançado em 2016, sendo de responsabilidade do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), tendo como objetivos: redução do passivo de ligações de esgoto onde o DMAE lançou rede, desde que os moradores não tenham estabelecidas ligações com ela; desvinculação da coleta de esgotos do sistema pluvial para o sistema cloacal nas bacias que contribuem para a ETE, sendo que as ações primeiramente destinam-se para ligações de grandes consumidores de água e conseqüentemente maiores contribuintes com efluentes cloacais, como loteamentos e condomínios (PMPA, 2013b; PMPA, 2016, PISA, 2016, PMPA, 2017b).

Outro projeto que se destaca é o Consumo Responsável, este foi criado com o objetivo de levar água de qualidade para áreas carentes. O programa formaliza as ligações, diminui o desperdício, estimula o uso consciente de água, busca também incentivar a participação da comunidade para a educação ambiental. Esse projeto surgiu em função de haver uma precariedade das redes irregulares, as quais contribuíam para a contaminação das águas. Segundo dados da prefeitura, nas áreas irregulares, perde-se cerca de 50% da água consumida, sendo que no verão, verifica-se um consumo elevado, cerca de 26 mil litros por residência, ou 250 litros por habitante/dia. Dessa forma, a prefeitura, investiu R\$ 4,25 milhões na execução de 39km de rede de água, contemplando 19 comunidades, aproximadamente 4.729 residências (PMPA, 2013b; PMPA, 2016, PCS, 2017, PMPA, 2017b).

Em relação ao indicador Inclusão de Catadores no Sistema de Coleta Seletiva, não foi possível obter informações sobre o referido e nem ações ligadas diretamente ao tema. No entanto, de acordo com a gestão municipal, Porto Alegre desenvolve um projeto denominado Todos Somos Porto Alegre (TSPOA), este tem como premissa promover a emancipação dos carroceiros e carrinheiros, visto que, há a Lei municipal 10.531/2008, a qual “ Institui, no Município de Porto Alegre, o

Programa de Redução Gradativa do Número de Veículos de Tração Animal (VTA) e de Veículos de Tração Humana (VTH) e dá outras providências” (PMPA, 2008, art. 1.; PMPA, 2016).

Ou seja, por meio dessa política pública, buscava-se que até o ano de 2016, não houvesse mais circulação de VTA e VTH nas vias urbanas de Porto Alegre, para tanto, esse projeto, juntamente com parcerias de empresas privadas, cooperativas, universidades, associações, comunidade e outros atores, buscava alternativas de trabalho e renda para esses trabalhadores (PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

O projeto TSPOA visa a inclusão produtiva de pessoas que trabalham na reciclagem de resíduos sólidos, tendo como foco principal os carroceiros e carrinheiros, no entanto, os demais trabalhadores ligados à coleta seletiva também são incluídos no projeto, que busca oferecer cursos profissionalizantes. Os cursos oferecidos em um primeiro momento foram através do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) criado em 2011 pelo Governo Federal, o qual também oferecia vale-transporte e lanche (PMPA, 2016, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

Em 2014, TSPOA firmou parceria com o SESI/SESC/SENAC, que ofereceu vagas em estudos regulares de auxiliar administrativo, cozinha, garçom, cabeleireiro, manicure e agente de limpeza. No ano de 2016, firmou parceria com o SENAC na oferta de cursos de alfabetização e profissionalização nas áreas de camareira, manicure, limpeza e conservação. Foram encaminhados 2.600 pessoas para os cursos de capacitação profissional e aprendizagem (PMPA, 2016, PMPA, 2017b).

As ações desenvolvidas nesse eixo, de acordo com a gestão pública municipal são importantes, pois investir em sustentabilidade é investir no ser humano, dando aos cidadãos oportunidades de melhorar a qualidade de vida, no entanto, os projetos devem levar em consideração a cultura das pessoas e da comunidade onde vivem.

f) Melhor mobilidade menos tráfego

Os projetos desenvolvidos em relação aos indicadores que compõem o Eixo Melhor Mobilidade, menos tráfego estão relacionados a redução do número de acidentes ocorridos em vias públicas de Porto Alegre. Um projeto importante que foi desenvolvido durante 2011 e 2016 foi em relação a educação no trânsito. Então,

aproximadamente 1,2 mil pessoas tiveram como missão conscientizar a população por um trânsito com menos conflito e menos acidentes (PMPA, 2016, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

Este projeto foi desenvolvido pela Coordenação de Educação para Mobilidade da EPTC, sendo que em 2016, 30 edições do curso já tinham sido realizadas. Participaram desse projeto professores, estudantes, lideranças comunitárias, dentre outros. A finalidade do projeto Multiplicadores de Educação para o Trânsito estava no desenvolvimento de ações, campanhas e atividades de educação em diferentes esferas. Devido a importância do tema, foi elaborado um Programa Permanente de Educação para o Trânsito, tem como premissa o desenvolvimento de projetos que busquem uma mudança de cultura nas relações de trânsito, com menos acidentes. Entre as principais ações desenvolvidas, têm-se cursos, oficinas, palestras e teatros em escolas. Esse programa trouxe, de acordo com os dados apresentados, resultados positivos, pois acidentes de trânsito, acidentes com bicicletas diminuíram (PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

Outro aspecto relacionado à mobilidade ocorreu em 2009 com a aprovação em Porto Alegre do Plano Diretor Ciclovitário Integrado (PDC), através da Lei Complementar 626 de 15 de julho de 2009, tem como objetivo o incentivo do uso da bicicleta, o objetivo do PDC está de acordo com os objetivos estabelecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, seguindo a política formulada pelo Ministério das Cidades a qual incentiva o uso de meios de transportes não motorizados, para que se mantenham os princípios da sustentabilidade urbana, social e ambiental (PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

A Lei Complementar 626/2009 prevê em um de seus instrumentos a Rede Ciclovitária Estrutural, que cobre todo o território do município de Porto Alegre, composta por 495 km de vias que necessariamente deverão receber ciclovias ou ciclofaixas. Outro importante instrumento de ampliação da rede ciclovitária é a construção de ciclovias proporcionais ao número de vagas de estacionamentos de automóveis, como contrapartida para grandes empreendimentos. De acordo com a gestão municipal de Porto Alegre, o incentivo à utilização da bicicleta proporcionou uma mudança de cultura, e a visibilidade por parte da população em relação a ciclofaixas e conseqüentemente aos ciclistas aumentando cada ano mais, fez com que reduzisse o número de acidentes, 2013 foram 8 mortes e no ano de 2015 reduziu

para 3 mortes, quando da implantação da ciclovia (PMPA, 2009, PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Ainda sobre o eixo mobilidade, foram realizados investimentos na frota de ônibus, em 2013 R\$ 30 milhões, sendo adquiridos 63 novos veículos, 13 destes articulados, esses veículos também são menos poluentes, possuem sistema de monitoramento, contendo 4 câmeras em cada veículo, proporcionando assim mais segurança e bem-estar aos passageiros. Avanços também se deram na implantação e melhorias nos corredores dos transportes coletivos (PMPA, 2016, PMPA, 2017b).

g) Ação local para a saúde

Os principais projetos para esse indicador se deram através de investimento em saúde acima dos 15% da receita municipal determinados por lei, os quais melhoraram os serviços básicos do setor. As 141 unidades de saúde (US), os núcleos de apoio à saúde da família e o Sistema Único de Saúde oferecem diversos serviços em várias áreas de acordo com as necessidades da população. O resultado disso pôde ser verificado na melhoria da saúde de grávidas e na queda da mortalidade infantil (PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017b).

Outras ações que também se destacam em relação ao Eixo Saúde são das Equipes Especializadas em Atenção à Saúde da Criança e Adolescente, equipes visam dar atenção integral e especializada de média complexidade ambulatorial aos cidadãos de até 17 anos de idade. Também se realça o Programa Saúde Escolar (PSE), que realiza oficinas em prol da promoção e prevenção da saúde, acompanha o crescimento dos alunos, previne em relação ao uso de drogas e transmissão de doenças. O Primeira Infância Melhor Porto Infância Alegre (PIM PIA) tem como objetivo o acompanhamento das crianças desde o início da vida, ou seja, as crianças são acompanhadas desde a gestação até os 3 anos e 11 meses, através desse programa estimula-se o reforço dos vínculos com os cuidadores, pois, quanto maior a conexão, mais saudável o desenvolvimento do bebê. As visitas e acompanhamento ocorrem semanalmente para todos os inscritos no programa. Entre os anos de 2013 a 2016 foram 36.512 pessoas assistidas (PMPA, 2016, PROCEMPA, 2016, PMPA, 2017a, PMPA, 2017b).

Os projetos desenvolvidos buscam melhorar os indicadores com os quais a gestão pública se comprometeu junto ao PCS, alguns projetos eram anteriores a

assinatura do Programa, mas tiveram continuidade durante a gestão 2013-2016, outros projetos foram criados após a assinatura do PCS e continuam em andamento. Esses projetos foram desenvolvidos pelas secretarias de cada área não ficando evidente a participação de diferentes *stakeholders* no processo de planejamento de cada um.

No entanto, buscando verificar quais projetos de sustentabilidade se mostravam relevantes na opinião de diferentes *stakeholders* de Porto Alegre em relação a gestão 2013-2016, buscou-se realizar entrevistas com o intuito de verificar se os projetos encontrados durante a análise documental eram percebidos pelos demais cidadãos e quais outros eles destacavam como importantes. Logo, foram 22 entrevistas, com os seguintes grupos de *stakeholders*: gestores públicos, associações/ONGs, professores, empresas privadas, secretários municipais e associação de bairros.

Na etapa das entrevistas, os principais projetos destacados pelos entrevistados foram: Somos todos Porto Alegre; Resiliência; Obras de mobilidade; Orla do Guaíba, Quarto Distrito e eco-barreira. O que se verificou foi que os projetos citados pelos entrevistados (gestores; secretários, professores, ONGS/Associações, empresas e associação de moradores) têm relação com os projetos desenvolvidos pelas secretarias, conforme análise documental. Na sequência, apresentam-se os principais resultados encontrados com relação aos projetos citados pelos entrevistados:

Em relação ao projeto TSPOA, os gestores públicos destacaram como um de extrema importância para a sustentabilidade urbana de Porto Alegre, pensado considerando as três dimensões da sustentabilidade, deu-se em função de uma lei criada no município em 2008, que proíbe a circulação de carroceiros e carrinheiros nas vias públicas da cidade coletando resíduos, sendo que, a partir do ano de 2016 não poderia mais haver circulação de VTA e VTH, conforme já descrito anteriormente.

Para tanto, em consonância aos gestores públicos, criou-se um projeto com o intuito de auxiliar essas pessoas, contou com a participação de empresas, cooperativas, prefeitura, universidades e sociedade civil. Em seguida, estão apresentados trechos das entrevistas com os diversos *stakeholders*.

Todos Somos Porto Alegre, é uma experiência de governança porque ele envolveu não só o governo e os carroceiros e o terceiro setor, a universidade, a iniciativa privada (GESTOR 2).

A câmara de vereadores, resolveu proibir em oito anos a circulação de carroças na cidade, então nós tivemos que desenvolver um projeto de governança que garantiu uma alternativa de trabalho e renda pra essa população (GESTOR 2).

Nós criamos o Programa Todos Somos Porto Alegre, e esse sim é do nosso governo, e acolheu os carroceiros e carrinheiros, um projeto belíssimo, então, muitas das metas das cidades sustentáveis nós estamos trabalhando (GESTOR 1).

Relato dos secretários do município em relação ao projeto TSPOA:

Tem uma política, que eu acho muito legal, que é o de acabar com veículos de tração animal, não ter mais carroças na cidade, ele é um projeto bem polêmico, ele é um projeto que mexe com a questão das vidas das pessoas, por mais chocante que possa ser, as vezes a forma como este trabalho é tratado, mas daí por traz disso tem toda a vida da pessoa que ela é feita dessa forma, não ter aquele cavalo, é não ter a sua vida. (SECRET.2).

Relato do Stakeholder associação de moradores:

Programa Somos Todos Porto Alegre que foi o que mais participei de perto por causa da comunidade, e foi um péssimo programa, tenho péssimas lembranças sabe, tem muitas coisas boas, a proposta é muito boa, tem muita coisa legal, só que as pessoas que estão aí pra cumprir o papel pra fazer o trabalho não fazem da maneira correta e daí e quem sai prejudicado é o que menos tem, que não tem instrução pra poder entender (ASSOCIAÇÃO MORADORES)

Relato dos stakeholders empresas privadas:

Um Programa que a gente apoia é o Todos Somos Porto Alegre, foi um projeto mega importante, ele teve início através de uma lei que tinha que ser retirados os carroceiros e os carrinheiros, daí conversando com o secretário, decidiu-se fazer um projeto, porque quando não se sabe por onde começar, se começa por um projeto. Daí começamos a fazer o projeto, porque a parte social era muito importante. (EMPRES. 1).

... nesse projeto, conversamos com pessoas, representantes de bairros, explicamos para as pessoas que com o fim dos carrinheiros e carroceiros eles iriam ter ajuda para fazer uma qualificação profissional, e se eles não encontrassem emprego, eles poderiam trabalhar nos galpões e cooperativas de reciclagem (EMPRES.1).

Relato dos stakeholders instituições/ONGs:

...tiraram o pessoal das carroças e agora querem tirar os carrinheiros também e são eles que fazem a separação do lixo, porque a gente vê que no dia do lixo seco, pouquíssima gente coloca o lixo seco, galera que se ver

livre do lixo e coloca tudo no contêiner, então quem faz um pouco a separação é os catadores né (INSTITUIÇÃO 2)

O projeto tem as três dimensões de sustentabilidade, ele tenta da viabilidade ao sistema de reciclagem, viabilidade econômica, ele procura levar e expandir vagas ele é um projeto economicamente de impacto e ele reduz o impacto do material que é descartado nos aterros sanitários, então ele tem triplamente o triple bottom line” (INSTITUIÇÃO 4).

Através das entrevistas, foi possível observar que apesar dos *stakeholders* considerarem o projeto importante do ponto de vista social, ambiental, econômico e institucional, muitos aspectos devem ser repensados, um deles é a questão da informação. De acordo com o grupo de *stakeholders* Associação de Moradores, o projeto era muito bom, no entanto, a forma como foram repassadas as informações para as pessoas diretamente afetadas não se deu de forma satisfatória, gerando resistência por parte dos mesmos em aceitar a participar, isso pode ser visto conforme trecho da entrevista:

ele deixou muitas lacunas entre os moradores, porque eles não entenderam o programa, não entenderam a proposta e até hoje nós temos um problema muito grande, porque não evolui as coisas nessa parte ambiental do lixo por causa do programa, houve falta de informação, informação distorcida, porque as pessoas que estavam dentro do programa deveria estar dentro da comunidade, falando que olha o prefeito a prefeitura pensou nesse programa pra ajudar vocês, para que vocês tivessem outra oportunidade, enfim (ASSOCIAÇÃO MORADORES)

As categorias, participação das pessoas, qualidade de vida, sustentabilidade urbana, política pública e planejamento da cidade também estão diretamente relacionadas ao projeto TSPOA. Quando se realiza um projeto que busca oportunizar qualificação profissional e novas alternativas de renda, são aspectos que buscam melhorar a qualidade de vida da população, considerado também um aspecto importante para a sustentabilidade urbana, da mesma forma, a participação das pessoas, dos diversos atores envolvidos e um planejamento das ações é fundamental para o correto andamento de um projeto.

Outro ponto destacado pelos entrevistados foi o de resiliência, Porto Alegre no ano de 2013 foi selecionada pela Fundação Rockefeller a participar do projeto resiliência urbana, na sequência um trecho da entrevista sobre sustentabilidade e resiliência:

...a relação entre sustentabilidade e resiliência pra nós uma atuação muito forte, aqui nós procuramos trabalhá-la, e aqui também quanto mais sustentável um projeto mais resiliente ele deveria ser, ou quanto mais resiliente uma cidade, mais sustentável ela é ou ainda também uma relação muito forte entre resiliência e sustentabilidade (GESTOR 2).

Da mesma forma, corrobora com a ideia de resiliência urbana os *stakeholders*, representando a Associação de Moradores, conforme trecho da entrevista:

“Eu acredito dentro de Porto Alegre, que deveria ser investido mais na resiliência e nas redes de sustentabilidade, porque eu participei ativamente, eu como comunidade e elas como poder público e foi uma linha de trabalho muito boa, a gente sempre teve um diálogo muito bom, muito transparente, porque ali na resiliência a transparência é prioridade, você tem que ser sincero” (ASSOCIAÇÃO MORADORES).

O grupo de *stakeholders* professores e empresas também consideram a resiliência um aspecto importante para a sustentabilidade urbana. Todavia, no caso de Porto Alegre, os mesmos sabem que a prefeitura assinou esse programa, mas não tem conhecimento dos projetos realizados. Os *stakeholders* representados por ONGs acreditam que a resiliência em cidades é um fator muito importante para o desenvolvimento urbano sustentável, porém, no caso de Porto Alegre, os mesmos são bem críticos, conforme pode ser observado no trecho da entrevista:

A gente tem conhecimento do projeto resiliência que ele parte do projeto da Fundação Rockefeller, historicamente faz um processo de cooptação territorial bem complicada, a gente sabe que é um processo nefasto, a gente tem acompanhado sem participar, conforme a gente acompanha a gente vê um processo de lubridiar as pessoas com promessas, de melhorias onde eles não conseguem, simplesmente eles levam o pessoal pra cima e pra baixo, sem ter um objetivo bem definido, então a gente é bem crítico com esse tipo de iniciativa do setor público (INSTITUIÇÃO 5).

De acordo com os gestores, o PCS foi um impulsionador, eles pegaram do programa ideias em relação à sustentabilidade das cidades para construir o projeto resiliência, durante as entrevistas os gestores e secretários relataram os projetos desenvolvidos e que estão planejados para Porto Alegre, mas, ainda há pouca informação por parte dos diferentes *stakeholders*. Eles reconhecem que o projeto existe, mas não têm informações relativas ao mesmo, ou seja, as categorias relacionadas, a falta de informação e comunicação também se mostraram relevantes.

Já sobre o Projeto de Mobilidade Urbana, os entrevistados do grupo de *stakeholders* empresas, comentaram que as ciclovias são um aspecto muito positivo para a cidade, entretanto, deve haver um maior incentivo para as pessoas sobre a utilização da bicicleta e do transporte público, devendo também ocorrer melhorias e investimentos na questão da mobilidade urbana, conforme fala a seguir:

Hoje a questão da mobilidade tem que ser muito melhorada em Porto Alegre, fazer uma cidade para as pessoas pensando nas pessoas, de elas terem acesso de ir e vir, transformar a cidade do carro, para as cidade das pessoas (EMPRESA 1).

Uma ação que acho que Porto Alegre investe, mas ainda é muito pouco, é na questão da mobilidade, a cidade está construída de forma que não beneficia as pessoas, transporte público é muito deficitário, a mobilidade não é pensada nas pessoas, no entanto, investir em mobilidade em transporte, requer muito dinheiro, então se houver investimento com certeza isso vai melhorar (EMPRESA 2).

Os professores trouxeram a seguinte visão em relação à mobilidade urbana:

Eu vejo uma preocupação, a gente teve uma evolução grande por exemplo em ciclovias, né, e fazer com que todo o sistema de transporte de bicicletas, também todo o sistema de bicicletas que são compartilhadas, que o sistema de alugueis de bicicletas funcionasse, eu vejo teve um esforço nessa direção né (PROF. 5).

A ciclovia é uma coisa interessante porque no começo quando fizeram as primeiras ciclovias, quando não tinham ainda as primeiras ligações as pessoas, as pessoas não usavam tanto, tinha muita crítica, diziam estão gastando dinheiro público, as pessoas não estão usando e tal, tu tem que criar toda uma cultura pra isso". (PROF.3).

"Porto Alegre teve uma iniciativa com a construção de ciclovias, nesses últimos 4 anos, mas assim nada a lugar algum, então não adianta eu construir ciclovias que de fato compreendem trechos importantes da cidade, boa parte das ciclovias está perto de locais mais turísticos, então minha percepção que boa parte das ciclovias estão em locais mais para passear num final de semana, do que de fato uma mobilidade urbana". (PROF.2).

Ainda, em relação à mobilidade urbana, os entrevistados relacionados a ONGs trouxeram os seguintes relatos:

Nos últimos 4 anos a questão da mobilidade melhorou um pouco, alguma coisa de mobilidade melhorou, tem um vereador que ele é mais envolvido com essas questões de mobilidade urbana bicicleta, então, ele propõe algumas ações e isso deixa mais visível. Tu percebe nos últimos anos, muitas pessoas começaram a aderir a bicicleta para ir ao trabalho, passear e não só essas bicicletas de aluguel, mas outras bicicletas particular (INSTITUIÇÃO 2).

A mobilidade urbana está bem longe assim, teria que melhorar muito a questão dos ônibus, tipo agora fiquei sabendo que as obras que fizeram para o BRT, agora não vai comportar, em função da largura, curvas e tal, então agora que fizeram a obra, claro que vai ter corredor de ônibus pra toda a vida, não foi planejado, não foi dinheiro jogado fora, vai ser aproveitado, mas não para o que tinha sido planejado, daí os ônibus não vão melhorar, na real, acho que pra melhorar a mobilidade urbana, acho que teria que ter metrô principalmente para a zona norte né, sabe, então, tipo quanto melhor for o transporte coletivo, acredito que menos as pessoas andariam de carro” (INSTITUIÇÃO 2).

Porto Alegre é uma cidade que tem muito carro, tem mais carros que habitantes, então Porto Alegre tem que investir mais em transporte público de qualidade para que as pessoas deixem de utilizar os carros né, foram feitas ciclovias que é uma luta dos ambientalistas né, de ciclistas, foram feitas várias campanhas, mas Porto Alegre ainda usa muito o automóvel (INSTITUIÇÃO 3).

Na visão dos secretários:

O investimento em ciclovias, nós somos muito insistentes nisso, mas as ciclovias, nós temos uma negociação muito grande com proprietários de comércios, por exemplo, onde vai passar a ciclovia, essa é uma tensão bem grande, porque tu afasta o estacionamento da frente do comércio, tem acontecido atraso na ciclovia por causa disso (SECRET. 2).

Na visão dos gestores, uma das estratégias de governo, considerado um desafio foi a mobilidade urbana, conforme está apresentada no relato do gestor:

A necessidade de integrarmos os vários modais da cidade que são desintegrados, o ônibus com automóvel, o fluvial, o pedestre com o ciclista, quer dizer o trensub, o metro de superfície, ou seja a melhora da integração da mobilidade urbana, que nós chamamos o bem-viver. (GESTOR 2).

Eu diria que nós tivemos um avanço muito grande na mobilidade urbana (GESTOR 1).

No entanto, os mesmos veem a necessidade de melhorias na questão de mobilidade urbana, quando o gestor em sua fala comenta dos desafios ainda a serem enfrentados em Porto Alegre:

O desafio para o novo prefeito de Porto Alegre é diminuir a frota de transporte individual, qualificar o transporte coletivo com alternativas de combustíveis sustentáveis, veículos menos poluentes, motor elétrico, porque esse gás carbônico, essa medição alta né, então você precisa ter um programa mais agressivo de mobilidade urbana que passa por ciclovia, passa por metrô, por trios de vários modais de transporte coletivos, Uber, aplicativos, to te dizendo do transporte coletivo, que hoje é uma coisa terrível pra cidade né (GESTOR 1).

De uma forma geral, os *stakeholders* entrevistados, percebem avanços na questão de mobilidade urbana, principalmente em relação a ciclovia, no entanto, os avanços realizados ainda não foram suficientes, ou seja, ainda faltam muitos investimentos para que se tenha uma mobilidade urbana sustentável em Porto Alegre, melhorias do transporte público, aumento das ciclovias, estão entre os principais projetos que devem ser desenvolvidos.

Ainda, quando questionados em relação a projetos de sustentabilidade que destacariam nos últimos quatro anos, os entrevistados, principalmente, o grupo de professores, gestores e secretários citaram a Orla do Guaíba, como um projeto importante de revitalização, conforme relatos na sequência:

Outra questão que foi interessante que é em relação ao nosso rio Guaíba que sempre foi colocado muito como, que tem aquela coisa que Porto Alegre deu as costas pro rio, e agora começa ter uma outra percepção, depois de muito tempo, começa sair do papel que é a obra da Orla, que vai fazer com que as pessoas tenham um outro tipo de convivência, um novo espaço de congregação com o rio (PROF.5)

Não sei como anda aquele projeto pró-Guaíba de despoluição, nunca mais se ouviu falar nada, ou seja, tu deixar a orla toda pública pra questão de lazer e tal, ia ser um super ganho pra cidade, e as questões das pessoas se voltarem pro Guaíba (INSTITUIÇÃO 2).

Nos últimos 4 anos, acho que a revitalização do projeto da orla é um projeto magnífico que vai levar, vai impactar em vários setores da cidade, até na questão turística, que POA é um polo mais de negócios, a orla acho que vai impactar bastante na cidade". (SECRET.2).

Desse espaço que nós estamos entregando agora (2017) que é do gasômetro na orla, aqui na rota das cuias, que é aqui na orla do Guaíba, que tu vai ter um belvedere, tu vai ter bares, restaurantes, vai ter duas ciclovias, iluminação toda especial, e logo em seguida começa um trecho, que começa após esse arroio aí, canchas de futebol, marina, então vai ter nos próximos anos, além desse trecho, talvez conseguimos chegar no cristal e a revitalização do Guaíba, que é um ativo especial da cidade (GESTOR 1).

A Orla do Guaíba é um projeto importante não somente pelos aspectos turísticos, mas também pela valorização e conscientização das pessoas para as questões ambientais, sendo este o principal rio que abastece a cidade de Porto Alegre, que além de ser cuidado deve ser preservado e despoluído.

Quando os entrevistados comentavam sobre a Orla do Guaíba, imediatamente lembravam sobre outro projeto importante que são as ecobarreiras

que foi considerada pelos *stakeholders*, ONGS, empresas, professores e gestores como essencial para a despoluição dos rios. Em relação a opinião dos *stakeholders* sobre esse projeto, na sequência estão apresentados trechos de entrevistas:

Outro projeto que também participamos foi junto com outra empresa, eles criaram o projeto ecobarreira que foi colocado no Rio Dilúvio na avenida Ipiranga, essa ecobarreira também é um projeto que não foi pensado na sustentabilidade econômica (EMPR. 1)..

Criou uma ecobarreira que impediu que vários detritos entrassem pro rio, e só, por essa empresa que fez essa ação, conseguiu conter milhares, milhares, milhares de toneladas de resíduos que iam para o Rio Guaíba, e que não foi, então eu achei muito bacana, eu até não conhecia essa empresa, fiquei conhecendo por essa ação deles (PROF. 3).

Há, teve uma outra coisa que lembrei agora que foi interessante nesses quatro anos que foi as ecobarreiras ali no Arroio Dilúvio... aquilo foi uma ideia genial, até ganhou prêmio, e tal (INSTITUIÇÃO 2).

“...aqui você vai ver aquela ecobarreira, essa ecobarreira ela precisa ser colocada, nós temos 28 arroios em Porto Alegre, esse é um arroio Ipiranga, esse aqui está tirando só de lixo que flutua, uns 600kg, 700kg diário, ou seja, é a garrafa pet, é sacolas, falando só em lixo que flutua, não o que vai embaixo, então pra ver, que apesar de todas as campanhas as pessoas não cuidam de seus riachos, aí tem sofá, aí tem fogão, então a cidade é uma busca permanente de sustentabilidade”. (GESTOR 1).

Ainda, sobre o projeto ecobarreira, foi uma iniciativa de uma empresa privada, que visava a contenção dos resíduos, para que os mesmos não adentrassem ao Rio Guaíba, os *stakeholders* consideram a iniciativa importante para a preservação ambiental, segundo um grupo de *stakeholders*, o projeto da ecobarreira tem dois objetivos:

O primeiro é pegar esse material que está sendo recolhido pelas ecobarreiras, trabalhar ele de forma que possa ainda ser reutilizado. O segundo é transformar esse projeto como uma grande marca de educação ambiental, mostrar para a população, como esse lixo vai parar ali, ele não vai sozinho, são as pessoas que são responsáveis por jogar esse lixo nos rios, e elas tem que se conscientizar que são os problemas, buscar conscientizar as pessoas pra isso (EMPR. 1).

Ou seja, é um projeto que teve reconhecimento dos diversos *stakeholders* e que está sendo trabalhado em prol da sustentabilidade urbana, ressaltando que partiu da iniciativa privada.

Também durante as entrevistas, outro projeto ressaltado pelos *stakeholders*, ONGs, professores, secretários e gestores públicos foi o projeto do quarto distrito

que é uma área central da cidade, sendo que para o local está diretamente voltado ao aspecto cultural da região, em que a revitalização do local é um ganho para a sociedade em geral. Na sequência, trechos das entrevistas em relação ao quarto distrito:

Uma ênfase que foi dada, bem nos últimos anos de uma área bem importante que é o quarto distrito, na verdade a iniciativa privada se engajou e promoveu várias atividades aí no vila flores, o shopping total, um rostel que foi implantado ali, que tem uma movimentação enorme, hoje em dia em termos de economia criativa né, aí a prefeitura foi meio que na onda de outros protagonistas que já tinham iniciado esse processo, e estabeleceu um plano, o quarto distrito, que envolve mais ações de preocupação mais sustentável (PROF.4).

“Um outro projeto interessante é o de revitalização do quarto distrito, que é uma área consolidada da cidade que possui toda a infraestrutura, mas que está obsoleta, então como fazer a revitalização econômica e urbana daquele local, e isso nós procuramos parcerias fora do Brasil também iiiii existe um projeto na qual a UFRGS também está envolvida, está se montando um projeto de lei para regulamentar aquela parte da cidade, uma lei específica para a situação daquela região”. (SECRET. 2).

“Nós fizemos um projeto, que para mim é a menina dos olhos, que nos últimos 4 anos a gente deixou um arcabouço muito importante, que é o quarto distrito, ali é um exemplo do seguinte, ali é um território degradado, que foi porto seco, que foi industrial e que hoje ta caindo de maduro pra ser uma área de tecnologia, e ali tem que ter PUC, UFRGS, TECNOSINOS, UNIRITTER, mas tem que ter tudo também num ambiente, que não é só tecnológica mas tem que ter vivencia”. (GESTOR 1).

Com relação ao projeto do quarto distrito, quando realizada a entrevista com uma instituição do local, as seguintes constatações das pessoas locais em relação a gestão pública municipal de Porto Alegre foram registradas:

O que a gente sentiu também foi que tendo uma instituição, uma ONG, eles recorrem a essas instituições, entidades e já acham que falam pra população, e nós levamos isso para a prefeitura e dissemos, parem de dizer que vocês estão consultando os moradores do quarto distrito ao vir falar conosco, nós não representamos o quarto distrito, nós representamos a instituição, esse grupo de pessoas, porque claro é muito mais fácil chegar e ver as coisas organizadas, e as pessoas saberem o que querem e tudo mais, agora, como que tu vai falar com toda a população, claro que eu vi principalmente as iniciativas da secretaria de governança local eles sempre se esforçam muito, o INOVAPOA também se esforçou (INSTITUIÇÃO 1).

“uma coisa fantástica que aconteceu aqui, a gente fez um evento sobre o quarto distrito e veio uma pessoa do assentamento 20 de novembro que é um imóvel que era do governo federal e eles conseguiram tomar posse desse imóvel pelo minha casa minha vida, era um hospital que estava a 50 anos fechado, se não me engano 50 anos, aí ele veio ver um projeto do quarto distrito e ele disse eu não me vejo nesse projeto, vocês dizem que

estão conversando com a população, para ver o que a população quer, eu te digo, a gente não se vê aqui, nesse prédios de vidro, se eles são de uma população bem específica, se eles são de uma população que vive do artesanato, que fazem suas comidinhas pra vender aquilo é uma outra realidade".(INSTITUIÇÃO 1).

Novamente, a questão da informação, planejamento e participação das pessoas é uma questão importante que precisa ser trabalhada, visto que, apesar dos entrevistados considerarem um espaço importante de revitalização, as pessoas que moram lá não se sentem parte do projeto, as melhorias que poderão ser realizadas nesse local não vem ao encontro das necessidades da população local, vem ao encontro da necessidade de outra parcela da população, que busca um local para passear, com atividades culturais, que seja um local mais seguro.

Faz-se importante ressaltar que os projetos elencados pelos diferentes *stakeholders*, principalmente o de mobilidade urbana, o Somos Todos Porto Alegre, Resiliência vem ao encontro dos indicadores assinados no PCS, o qual buscava aumentar o número de ciclovias, buscava melhorar as áreas verdes da cidade, buscava oportunizar emprego e qualificação profissional, enfim, melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Os entrevistados também evidenciaram um aspecto positivo que vai ao encontro do PCS, em relação a saúde que foi uma parceria entre prefeitura e um hospital referência situado em uma área nobre de Porto Alegre que atendia também pelo SUS, em que a prefeitura construiu o hospital em uma área menos favorecida da cidade e o hospital se responsabilizou pela gestão, o atendimento 100% pelo SUS, isso possibilitou que as pessoas que residiam no bairro e próximas ao bairro se beneficiassem desse serviço.

Outro aspecto citado pelos entrevistados foi em relação as praças e parques da cidade, que o Projeto Adote uma Praça colabora no cuidado e embelezamento desses espaços, apesar de muitas praças se encontrarem abandonadas e malcuidadas. Também citaram a questão da zona rural de Porto Alegre, em que há um movimento muito intenso por parte das pessoas que moram próximas dessas regiões e de ONGs para que se preservem essas áreas, visto que muitas espécies que vivem nesses locais estão ameaçadas de extinção.

De uma forma geral, nos últimos quatro anos foram realizados projetos em Porto Alegre importantes para uma cidade que busca a sustentabilidade urbana, no entanto, esses em boa parte não consideraram a participação dos diversos

stakeholders em seus planejamentos, ocasionando com isso uma falta de compreensão e um desentendimento da população com relação a sua real importância, sendo que, os *stakeholders* acreditam que o planejamento urbano, a formulação e aplicação de políticas públicas, muitas vezes, não foram feitas de forma a atender as reais necessidades da população.

Uma das alternativas para melhoria do planejamento das cidades são as parcerias, com universidades, instituições, empresas, dentre outras. Alguns projetos desenvolvidos foram através de parcerias, como exemplo, o Todos Somos Porto Alegre que envolveu empresas, instituições de ensino, secretarias do município, departamentos, associações de moradores, corroborando com Freeman (2004), quando ressalta a importância da participação e envolvimento dos diversos atores no desenvolvimento de um projeto.

Por outro lado, os gestores do município salientam que há uma deficiência em relação à formação de parceiras, conforme trecho da entrevista na sequência:

“É difícil pois todos viemos de experiências fragmentadas, quer dizer universidade cuidando a sua própria situação, o governo da sua, a iniciativa privada da sua, como se a sociedade fosse um aglomerado de diferentes setores onde cada um cuida da sua vida, mas ninguém cuida de todos, ninguém se preocupa com todo com o coletivo e isso acaba gerando essa sociedade completamente insustentável”. (GESTOR 2).

“Porto Alegre também tem riquezas nisso, eu acho que as universidades e o poder público se distanciaram equivocadamente, isso é muito ruim”. (GESTOR 4).

Os demais *stakeholders* entrevistados reconhecem a importância de ter parcerias entre o poder público com os demais setores, de acordo com os mesmos sempre que são convidados, eles participam de reuniões, conselhos e projetos, no entanto, consideram muito pouca a participação e o envolvimento dos diversos *stakeholders* na criação e implementação de projetos.

No tocante à etapa da observação não participante, durante as visitas a Porto Alegre para a realização das entrevistas, foi possível observar que a questão de mobilidade urbana carece de investimentos, os ônibus superlotados, muitos sem ar condicionados, uma grande quantidade de carros circulando, gerando congestionamentos em horários de pico, aumentando com isso a geração de CO2 prejudicial à saúde.

Outra questão são as obras inacabadas, e muitas dessas obras são oriundas dos projetos da Copa 2014. Também, o que se percebe em Porto Alegre é a desigualdade social, pessoas muito ricas e pessoas na extrema pobreza, bairros muito lindos e ao lado bairros extremamente sem infraestrutura, sem água de qualidade, sem rede de esgoto, pessoas catando comida nas lixeiras.

Um ponto positivo detectado é que Porto Alegre é uma cidade muito arborizada, muitas praças bem cuidadas, famílias aproveitando esses espaços. No entanto, verifica-se que boa parte dessas praças fazem parte do projeto Adote uma Praça da prefeitura municipal, em que sociedade civil e empresários se responsabilizam em manter a praça limpa, realizam serviços de jardinagens, podas de árvores, plantios, enfim, o local além de ficar bonito, fica mais seguro para as famílias aproveitarem.

Após a identificação dos projetos, os quais se deram por análise documental e entrevistas com os diferentes *stakeholders*, e observação não participante, a etapa seguinte foi verificar a opinião dos mesmos em relação aos benefícios que o PCS trouxe para Porto Alegre.

4.3 Verificar qual a contribuição que o Programa Cidades Sustentáveis, trouxe para Porto Alegre, sob a ótica da gestão urbana sustentável.

Em relação a etapa de verificação sobre a contribuição do PCS para a gestão urbana sustentável de Porto Alegre, identificou-se na opinião dos gestores que o programa é uma ferramenta importante e motivadora para as cidades que buscam a melhoria da sustentabilidade local.

Constatou-se durante as visitas e entrevistas com os gestores que o PCS permite através de seus indicadores transmitir informações de como está à cidade, de quais indicadores devem ser melhorados, servindo como uma ferramenta de apoio à decisão para os gestores, e a comunidade pode acompanhar os projetos que estão sendo realizados para melhorar. Ou seja, através do PCS a população tem acesso de quais indicadores estão sendo tratados pela gestão pública como prioritários e acompanhar o andamento desses indicadores. Também, essa transparência dos dados permite que os munícipes conheçam melhor a cidade como um todo. Então, é uma ferramenta que ajuda na tomada de decisão para os gestores e permite um acesso às informações de forma transparente para os cidadãos de

como estão sendo investidos os recursos do município e em qual área. Essa visão da importância do PCS pode ser analisada conforme a fala dos gestores:

Eu sou fã do Programas Cidade Sustentáveis, Porto Alegre tem uma tradição de divulgar indicadores e a 10 anos tem a ação do OBSERVA POA, mas o conjunto de indicadores que o PCS fornece aos municípios é muito importante, porque nós sabemos que os municípios em especial no Brasil em que há um diversidade de população, sabe-se que nem todas as prefeituras do Brasil tem um setor técnico que pode trabalhar, então a medida que o programa oferta um conjunto de ferramentas que facilita a gestão do município eu acho muito importante, aliado as boas práticas, aliadas a compromisso, que nesse mundo com diversos desafios, muito deles são comuns a maiorias das cidades, o PCS é muito importante (GESTOR 3).

O Programa Cidades Sustentáveis é um programa muito bem gerenciado, ele tem justamente essa ideia de promover ações, monitorar por meio de indicadores para que a gente consiga atender aquilo que são as expectativas da sociedade". (GESTOR 4).

Outro fator positivo relatado pelos gestores sobre o PCS em Porto Alegre foi o Programa de Metas para os candidatos eleitos nas eleições municipais, sendo que estes têm um prazo de 90 dias para apresentar seu Programa de Metas, relatando quais indicadores se comprometem em realizar durante os seus mandatos. Dessa forma, os gestores consideraram o PCS um impulsionador para a realização desse projeto identificado como um avanço em Porto Alegre, visto que o PCS é uma ferramenta que disponibiliza informações sistematizadas para a população conhecer quais projetos estão sendo desenvolvidos. Na sequência, apresenta-se um trecho da entrevista com gestores em que relatam a importância do PCS para a gestão pública de Porto Alegre:

Esses são os grandes benefícios, o próprio programas de metas e a própria disponibilização a população, que possibilita a população conhecer a cidade de outro ângulo, porque nós mesmos conhecemos a nossa rua, do nosso bairro sabemos se tem pavimentação ou não, mas o conjunto do nosso bairro em que ela mora, da própria cidade não tem como a população ter essa informação, e o observa POA faz isso ele possibilita, é quase um sistema de apoio a decisão (GESTOR 3)

Corroboram com a ideia alguns entrevistados do grupo dos *stakeholders* secretarias municipais:

Eu acho que é uma iniciativa muito interessante, são várias cidades comprometidas com esses indicadores né, e tu só melhora aquilo que tu mede, isso é importantíssimo para você ter um ponto de partida e avançar no processo de sustentabilidade (SECRET.4).

No entanto, os *stakeholders* relacionados ao grupo de professores, ONGs, associação de bairros e até mesmo alguns secretários municipais apresentaram ter pouco ou nenhum conhecimento sobre o programa, para os mesmos, houve pouca divulgação por parte da gestão pública municipal sobre o PCS.

O PCS é uma ferramenta importante para os municípios que buscam a sustentabilidade urbana, pois além de fornecer um conjunto de indicadores, os municípios que assinam têm a responsabilidade de manter atualizadas as informações na plataforma do Programa. Ou seja, é uma ferramenta que auxilia os gestores na busca de sustentabilidade, permitindo que a população acompanhe a evolução dos indicadores.

Outro aspecto importante da ferramenta é a transparência das informações entre gestão pública e cidadãos do município. Através dessa ferramenta também é possível o município comparar seus indicadores com outros municípios, como uma forma também de melhorar a gestão.

Os municípios que participam do programa também estão sempre atualizados dos projetos realizados por outros municípios, podendo aplicar em suas cidades como uma troca de experiências. Os municípios também são premiados e reconhecidos como cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano sustentável.

Em relação a Porto Alegre, constatou-se com os gestores que assinaram a carta compromisso junto ao programa a satisfação dos mesmos e como eles veem o PCS como um subsídio importante, é um impulsionador a mais na busca da sustentabilidade urbana.

Um exemplo de projetos que se realizam no caso de Porto Alegre foi o projeto de resiliência, segundo a secretaria, eles buscaram através do PCS uma ideia de como montar o projeto para que Porto Alegre viesse a ser reconhecida pela Fundação Rockefeller como uma cidade em busca de resiliência urbana. Ou seja, o PCS, além de ser uma ferramenta para auxiliar os gestores, também proporciona a busca de outros projetos em prol de uma cidade mais sustentável, com mais qualidade de vida.

Outro quesito a se pontuar foi em relação ao engajamento das Secretarias para com o programa, dado que os indicadores foram selecionados baseados na demanda de cada secretaria e essa também tinha a responsabilidade de melhorar o seu indicador e mantê-lo atualizado junto a plataforma.

Contudo, as secretarias que não tinham indicadores junto ao Programa não conheciam sobre o programa e nem como ele estava sendo conduzido pela prefeitura, um aspecto a ser melhorado é a informação junto aos próprios órgãos da prefeitura.

A população, empresas, instituições, associações de moradores pouco sabiam da existência do plano, e segundo as mesmas, não sabiam informar se a seleção dos indicadores perpassou por pesquisa junto aos cidadãos. Alguns gestores relataram que os indicadores vinham ao encontro da necessidade da população, mas que foram as secretarias que selecionaram. Após a seleção dos indicadores, o prefeito assinou a carta compromisso.

Um maior engajamento do poder público com a sociedade civil, instituições, empresas, poderiam melhorar não somente a seleção dos indicadores que são prioritários, mas também um controle e acompanhamento mais efetivo. No caso de Porto Alegre, teve indicadores que não tiveram nenhuma atualização na plataforma, outros foram atualizados somente no primeiro ano. Ou seja, se houvesse mais participação e engajamento acredita-se que que haveria uma preocupação maior em relação ao tratamento desses indicadores.

A questão de engajamento e participação vem ao encontro do que Freeman e MCVEA (2001) apresentam sobre a Teoria de *Stakeholders*, em que gestores públicos devem formular e implementar projetos de acordo com a necessidade da população, fazendo-se necessária a participação dos diversos atores durante o processo.

Salienta-se a criação de projetos considerando as dimensões de sustentabilidade, ou seja, o econômico, o social, ambiental e o institucional. De acordo com os gestores municipais, os projetos desenvolvidos levam em consideração as dimensões de sustentabilidade.

Com os resultados apresentados e respondendo à questão de pesquisa: **Como o Programa Cidades Sustentáveis colaborou para a sustentabilidade do município de Porto Alegre?**, foi possível concluir que o PCS colaborou para a melhoria da sustentabilidade, mostrando-se uma ferramenta muito importante para a cidade acompanhar seus indicadores, e também a partir desse programa, muitos projetos de sustentabilidade foram desenvolvidos, conforme Quadro 17.

Quadro 17 – Projetos desenvolvidos em Porto Alegre durante os anos 2013-2016.

Projeto desenvolvido em POA após assinatura do PCS	Ano de realização do Projeto
Copa 2014 – Projeto de qualificação profissional	2014
Projeto de drenagem e macrodrenagem	2013
Comitê de Mudanças Climáticas e Eficiência Energética	2016
Programa de Ligações de Esgoto Conexões	2016
Programa Saúde na Escola	2013
Projeto Resiliência	2013

Fonte: Autora (2017).

Os projetos contribuíram para a sustentabilidade do município e conseqüentemente para a melhoria da qualidade de vida. O PCS contribuiu para a sustentabilidade urbana em Porto Alegre. Já o Quadro 18 apresenta projetos anteriores a assinatura do PCS, mas que segundo os gestores impulsionaram diversas ações em prol da sustentabilidade.

Quadro 18 - Projetos desenvolvidos em Porto Alegre antes da assinatura do PCS.

Projetos desenvolvido em POA antes da assinatura do PCS	Ano de realização do Projeto
Orçamento Participativo	1989
Projeto Integrado Socioambiental	2007
Programa Adote uma Praça – desenvolvido desde 1984 e regulamentado em 2009	1984 - 2009
Consumo responsável	2012
Todos Somos Porto Alegre	2008
Educação no trânsito	2011
Plano Diretor Cicloviário Integrado	2009
Programa Primeira Infância Melhor Porto Infância Alegre (PIM PIA)	2004 - 2010

Fonte: Autora (2017).

Os projetos apresentados no Quadro 18 são projetos que foram encontrados durante análise documental e citados nas entrevistas que vieram a colaborar com a melhoria dos indicadores do PCS. Esses projetos, após a assinatura do PCS, foram retomados e melhorados. Os projetos Plano Diretor Cicloviário Integrado e Todos Somos Porto Alegre tiveram sua execução durante os anos de 2013 e 2016. Tiveram reconhecimento por parte de diversos *stakeholders*, como foi confirmado. No entanto, ainda há um caminho longo a se percorrer para que Porto Alegre consiga ser uma cidade sustentável.

Após a etapa em que se verificou a contribuição que o PCS trouxe a Porto Alegre, realizou-se a análise das categorias selecionadas para o estudo.

4.4 Análise e discussão das categorias

Analisando os resultados encontrados com as categorias selecionadas, verifica-se que as categorias planejamento da cidade, participação das pessoas e informação foram as mais citadas em relação aos projetos sustentáveis de Porto Alegre.

Quanto a categoria de planejamento, os gestores relataram que Porto Alegre têm seu modelo de gestão composto por três eixos, ambiência, social e gestão, segundo aos mesmos, quando planejam uma ação, projeto, estes têm que estar de acordo com o modelo de gestão e cada secretaria é responsável pelo monitoramento dos resultados, isso pode ser analisado conforme trecho da entrevista:

“Nosso modelo de gestão tem um princípio, não chega a ser um princípio, é um norteador que se chama visão sistêmica, toda e qualquer ação que é tomada dentro da estratégia ou da visão estratégica é respeitada dentro da visão sistêmica, ou seja, é você olhar os diversos atores, os diversos stakeholders como eles são impactados ali” (GESTOR 2).

No entanto, há um reconhecimento por parte do Gestor 1 que Porto Alegre tem deficiência na questão de planejamento, conforme entrevista: *“eu acho que Porto Alegre, por exemplo, perdeu como todas as cidades brasileiras, a sua capacidade de planejamento, nós estamos trabalhando aqui a muito tempo só no fogaréu, né”*. O mesmo gestor ainda salienta que *“... é preciso ter uma visão de planejamento a médio, curto e longo prazo, que a cidades não tem hoje”*.

Os *stakeholders* professores retratam a importância do planejamento urbano e, na visão deles, essa categoria é deficitária em Porto Alegre, conforme entrevista:

Tem coisas muito pontuais que não passam por planejamento, eu acho que o melhor indicativo que não existe uma prática de tornar a cidade sustentável é que a secretaria municipal de planejamento é zero de atuação na prefeitura, ela foi protagonista nos anos 60, 70 no desenvolvimento das cidades, ela passou a ser completamente, passou a ter uma importância secundária a ponto de desaparecer no cenário né, então, se não há planejamento, não tem como, uma cidade não vai se tornar efetiva em suas práticas, se o município não ajudar (PROF. 4).

Corroborar com essa ideia a Instituição 3, quando relata: *“... assim, Porto Alegre já vem a muito tempo sendo descaracterizada porque não há um planejamento, um consenso sobre que Porto Alegre queremos”*. Através dos relatos, evidencia-se que a gestão pública de Porto Alegre tem que repensar a questão do planejamento urbano, visto que o mesmo é essencial quando se busca por sustentabilidade urbana, conforme retratado por Herrschel (2013). Faz-se necessário planejar as ações no longo prazo,

sempre com visão sistêmica e com a colaboração de diferentes atores, ou seja, planejamento e crescimento inteligente são importantes quando se busca uma cidade sustentável.

Ainda, sobre planejamento urbano, Roseland (1997), Leite (2012), McCormick et al. (2013) veem a questão do planejamento urbano como um dos aspectos mais importantes na busca da sustentabilidade urbana, principalmente porque uma cidade que tem um planejamento urbano é consciente em relação a utilização dos recursos naturais, gerando menos desperdício, ela oportuniza um transporte público de qualidade, melhora qualidade de vida das pessoas sob diversos aspectos.

Outra categoria analisada foi a informação, de acordo com os gestores de Porto Alegre, um aspecto que eles destacaram durante a entrevista foi em relação a transparência das informações. Para eles, a transparência está diretamente ligada à sustentabilidade, pois não tem como realizar uma ação sem que os atores envolvidos não conheçam ou não participem do processo.

Os professores consideram a questão da informação como um aspecto que merece maior atenção, principalmente, repensar a forma de como tornar os dados disponíveis para a população, uma vez que muitos não têm acesso à internet, não têm instrução necessária para ir buscar junto ao site da prefeitura informações. Corroborar com essa visão a associação dos moradores, quando relata que a forma como as informações chegam aos bairros é distorcida, e que muitas vezes, a informação não chega, conforme trecho da entrevista:

A informação muitas vezes não chega até a comunidade, se dentro da comunidade não tem líder ou associação, alguém que traga essa informação, ou na escola alguém que vá dar essa informação pro jovem ela não vai chegar até a comunidade (ASSOCIAÇÃO MORADORES).

Porque o Plano Cidade Sustentável, não é uma incumbência, o planejamento e a articulação depende da esfera pública de gestão, mas o envolvimento e a execução está diretamente ligada a sociedade civil, então, eu como sociedade civil não tenho nenhuma informação de como eu poderia participar de uma ação em tornar uma cidade mais sustentável (PROF. 1).

Em consonância a Moldan; Janoušková; Hák (2012), a informação é um aspecto muito importante para auxiliar na tomada de decisão. Ou seja, os gestores devem informar todos os seus atores sobre as ações, projetos, políticas públicas que

estão sendo planejadas para que em conjunto tomem a melhor decisão perante como e porquê da realização de qualquer projeto.

Compartilham dessa ideia ONUBR (2015) e PNUD (2016), quando retratam os objetivos do desenvolvimento sustentável, em que a busca por sustentabilidade perpassa aspectos de inclusão, eficácia e responsabilidade da gestão pública para com todos os atores envolvidos, sendo que a transparência e a informação são elementos fundamentais na busca da sustentabilidade.

Outra categoria é a participação das pessoas, sobre esse aspecto a gestão pública de Porto Alegre através dos gestores entrevistados salienta que todos os projetos são pensados nas necessidades das pessoas, que buscam ouvir seus munícipes para tomada de decisão, o envolvimento das pessoas, a transparência das informações e a democracia são aspectos considerados pelos mesmos como fundamentais para a sustentabilidade, conforme relato “... eu colocaria ao lado da transparência o envolvimento a participação e a colaboração de todos os segmentos da cidade.” (GESTOR 2).

Na visão das Instituições, sobre a participação das pessoas no planejamento de projetos e a preocupação dos gestores em ouvir as necessidades da população, eles retrataram o seguinte: “O que a gente vê sim, é grupos dentro da secretaria que se esforçam muito para ouvir a população” (INSTITUIÇÃO 1). No entanto, eles acreditam que se faz necessário maior engajamento e participação. Outras instituições citaram que sempre que foram convidadas e tiveram oportunidades de participar de conselhos, de elaboração de projetos se fizeram presentes. As ONGs têm como premissa desenvolver trabalhos e apoiar os cidadãos na construção e elaboração de projetos em prol da melhoria da qualidade de vida da população, também ressaltam a importância de o poder público reconhecer o trabalho desenvolvidos por elas e planejar ações que venham ao encontro das necessidades da população.

Ainda, em relação a participação e envolvimento das pessoas, apresenta-se o relato do representante da Associação de Moradores:

“Eu só queria que ouvissem mais as comunidades, que a comunidade fosse ouvida, quando se cria uma lei, se cria um projeto eles não perguntam para a cidade se a gente quer isso, e acho que a gente precisa ser ouvida, porque as vezes tem uma prioridade maior na frente, então acho que poderia melhorar mais as coisas”. (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES).

Na visão dos professores “eu acho que existe assim algumas ações pra demonstrar que tem essa participação, mas, eu não sei até que ponto essa participação ela tem um resultado que vai mudar o direcionamento de uma política” (PROF.6).

Analisando os relatos, verifica-se que os cidadãos, ONGs, e demais *stakeholders* gostariam de participar mais dos projetos relacionados ao planejamento urbano, principalmente quando estes estão relacionados com a comunidade, o bairro onde são aplicados. Ou seja, faz-se necessário que gestão pública, comunidades, ONGs, empresas, universidades trabalhem mais juntas em prol de um desenvolvimento sustentável.

Corroboram com a ideia da importância da colaboração e engajamento dos diversos *stakeholders* para um planejamento urbano de excelência e democrático autores como Rocha; Bursztyn (2005); Leite (2012); Axelsson et al. (2013); Klopp; Petretta (2016), quando evidenciam que o planejamento urbano, criação de políticas públicas e a tomada de decisão de qual a melhor estratégia sustentável a adotar deve perpassar pelos difentes atores envolvidos.

A categoria resiliência em cidades foi citada durante as entrevistas, tanto por parte dos gestores, secretários, associação de moradores e professores. Os entrevistados veem a resiliência relacionada à sustentabilidade, visto que o projeto de resiliência de Porto Alegre busca a sustentabilidade através da diminuição das desigualdades sociais, para tanto, desenvolve projetos envolvendo a comunidade, tendo como premissa a transparência dos dados e democracia, conforme relato dos gestores:

“Nós temos um projeto de resiliência, que desenvolvemos nos últimos 3 anos, que busca fortalecer a resiliência da cidade, que significa capacidade da cidade enfrentar com menor prejuízo humano e material possível as adversidades, tanto naturais e sociais e a capacidade da cidade se reestabelecer o mais rápido possível diante desses eventos agressivos, sejam naturais sejam sociais que elas estejam enfrentando então essa relação ente sustentabilidade e resiliência pra nós uma atuação muito forte aqui nós procuramos trabalha-la, e aqui também quanto mais sustentável um projeto mais resiliente ele deveria ser”. (GESTOR 2).

Na visão dos secretários, a resiliência está diretamente ligada à sustentabilidade, pois uma cidade resiliente é desafiada na busca constante de alternativas sustentáveis, não há como dissociar sustentabilidade de resiliência, segundo relato dos secretários:

Nos iniciamos um projeto de construção de resiliência urbana, e aí para nós foi bem difícil dissociar a palavra resiliência de sustentabilidade, porque as pessoas traziam a resiliência como, tu tem que organizar sua cidade de uma forma (resposta) rápida eficiente para a manutenção de suas funções (SECRET. 1).

Para a representante da Associação de Moradores, a resiliência urbana é vista como um projeto muito importante para a sustentabilidade, colaborando para a melhoria da comunidade:

Eu acredito dentro de Porto Alegre, que deveria ser investido mais na resiliência, porque eu participei ativamente, eu como comunidade e elas como poder público e foi uma linha de trabalho muito boa, a gente sempre teve um diálogo muito bom, muito transparente, porque ali na resiliência a transparência é prioridade, você tem que ser sincero (ASSOCIAÇÃO MORADORES).

Na resiliência é diferente, tu fala do problema, do sonho que tu tem pra comunidade e tu é ouvido, ali na resiliência, tu diz teu problema eles te dão a solução, se tu tem um problema eles conseguem ver como aquilo pode se tornar um projeto, sabe, tu aprende a ser resiliente, e isso foi muito importante na minha comunidade (ASSOCIAÇÃO MORADORES).

Os professores também consideram importante a resiliência das cidades, aliás quando citado o PCS, eles associavam com resiliência, ou seja, sustentabilidade urbana e resiliência devem ser pensadas conjuntamente. Há muitos desafios ainda a serem enfrentados, principalmente em relação à desigualdade social existente, mas acreditam que com a colaboração dos diversos atores é possível a construção de uma cidade melhor de se viver.

A ONUBR (2015) e o PNUD (2016) trazem a resiliência como um dos ODS, que até 2030 as cidades sejam mais inclusivas, que promovam ações em suas infraestruturas, melhorando assim a qualidade de vida do local. Também concorda com a ideia de que a resiliência é um aspecto importante na busca pelo desenvolvimento sustentável das cidades Guerry et al. (2015).

Outra categoria analisada e que foi muito citada durante as entrevistas foi qualidade de vida. É um dos eixos do PCS em que um município deve planejar ações que venham ao encontro das necessidades da população. Dentro dessa perspectiva os gestores relatam sobre:

“Qualidade de vida, o benefício da sustentabilidade é qualidade de vida, se eu tenho uma cidade organizada, arborizada, que tem menos poluição de carros, uma cidade que tem área de lazer, uma cidade, que tem menos

pobreza, quem que ganha com isso, e é o que nós buscamos na cidade". (GESTOR 3).

Os demais *stakeholders* representados pelos grupos de professores, associação de moradores, ONGs, empresas e secretários compartilham com a ideia dos gestores sobre qualidade de vida urbana, durante as entrevistas, os mesmos associavam qualidade de vida com sustentabilidade, que também é uma das categorias em análise. Para Marans (2015), Llacuna et al. (2015), trabalhar a sustentabilidade das cidades remete a oferecer serviços básicos de saúde, transporte público, oportunidades de emprego/renda, qualificação profissional, revitalização dos espaços públicos, saneamento básico, enfim, uma infraestrutura adequada que beneficie a população como um todo, uma sustentabilidade inclusiva, consequentemente você estará melhorando a qualidade de vida das cidades.

Da mesma forma a questão da revitalização, que foi a outra categoria de análise, pois a conservação, revitalização de espaços públicos, conservação de parques e praças, são projetos que quando trabalhados em benefício das pessoas, além de contribuírem para o desenvolvimento da cidade, contribuem com a sustentabilidade, oportunizando maior qualidade de vida a população.

Em relação a Porto Alegre, de acordo com os entrevistados, ainda se fazem necessárias muitas melhorias em relação à revitalização e conservação dos espaços públicos, mas as entidades trabalham muito no quesito da conservação:

Claro que teve a revitalização de praças principalmente com a questão da copa, mas isso tem muita luta social das entidades, das associações dos moradores, mas por outro lado foi retirado muitas árvores de Porto Alegre e não foram repostas, então na questão da sustentabilidade falhou. (INSTITUIÇÃO 3).

Da mesma forma, na visão dos professores, quando eles retratam que em muitas áreas da cidade tem-se muitas obras inacabadas:

O quarto distrito, que envolve mais ações de preocupação mais sustentável, agora o restante da cidade assim, a gente vê obras inacabadas, eles chamam de revitalização, a gente vê as obras mesmo do cais do porto ou mesmo do estaleiro, que são altamente criticados pela população que mora nesses bairros, a gente vê a especulação imobiliária com atuação muito forte (PROF. 2) ”.

Para os gestores e secretários, nos últimos quatro anos, citam como projetos importantes a revitalização do quarto distrito e o projeto da orla, espaços de conservação e melhorias em Porto Alegre, conforme trecho da entrevista:

Então nós começamos a trabalhar a ideia de revitalizar o quarto distrito fortalecendo a área da saúde, principalmente toda essa inovação que pode se desenvolver na área da saúde através de fármacos de novos modelos de gestão, então combinamos a revitalização urbana, com a revitalização econômica de parte dessa região da cidade, daí eu tomo mais um aspecto da sustentabilidade das cidades. (GESTOR 2).

Outra situação que foi citada pelas empresas, gestores e professores e também verificada na etapa de observação foi em relação a cidade ser muito arborizada, contendo um total de 625 praças, 8 parques e 3 unidades de conservação. Os *stakeholders* empresas, professores citaram que o Projeto Adote uma Praça é muito importante para a revitalização e conservação desses espaços, conforme relato na sequência:

Na minha percepção, Porto Alegre se preocupa com a sustentabilidade socioambiental. Um exemplo desta preocupação é o projeto “Adote uma Praça”, da Secretaria Municipal do Meio ambiente, mostrando que está sendo dada importância para as áreas verdes da cidade que muitas vezes não podem ser cuidadas pela gestão pública e por isso são adotadas por empresas privadas (EMPR. 2).

É importante informar que os *stakeholders* entrevistados reconhecem que os espaços que estão sendo revitalizados, a conservação e melhoria das praças e outros projetos são necessários, e o engajamento e a participação dos diversos atores são fundamentais para o processo. Contudo, a gestão pública deveria trabalhar melhor a questão da comunicação entre os atores.

Eu acho que a prefeitura deveria fazer o contrário, eu não vou fazer tudo, vou fazer o essencial e vou dar incentivo para que as pessoas cuidem de si, que cuidem de seu bairro, então acho que uma das principais ações da prefeitura era gerar mecanismos de incentivo para que as pessoas se preocupem com a sustentabilidade (PROF. 3).

Seguem a mesma linha de raciocínio Leite (2012); ONUBR (2015) e PNUD (2016), quando colocam que esses projetos devem ser tratados como prioritários.

Outra categoria relevante foi Mobilidade Urbana, é um dos eixos do PCS e, Porto Alegre se comprometeu a melhorar 10 indicadores em relação isso. O que verificou-se sobre essa categoria nos relatos dos entrevistados apresentados na

etapa anterior foi que houve avanços pontuais como a construção de ciclovias, mas ainda é muito incipiente, e que investimentos em transporte público de qualidade ainda são demandas. Autores como Spickermann; Grienitz; Heiko (2014), Alonso, et al. (2015), compartilham a ideia de que as cidades enfrentam grandes desafios em relação a mobilidade urbana, e que a busca pelo desenvolvimento sustentável da cidade perpassa pela melhoria desse indicador, sendo direito das pessoas terem um transporte acessível a todos, de qualidade, e que a oferta de diferentes modos de transporte são fundamentais, conforme mostra Brasil (2012, Art. 1º e 2º).

A última categoria selecionada para análise foi Política Pública, extremamente importante, pois são essenciais políticas públicas bem elaboradas quando se busca melhorar a sustentabilidade urbana. Para os entrevistados, a busca pela melhoria da sustentabilidade urbana de Porto Alegre se faz através da criação e implementação de efetivação, compartilham dessa ideia os *stakeholders* professores, gestores, secretários e professores:

Então, o que eu vejo como relevante seria, estabelecer políticas públicas que possibilitassem um planejamento e hierarquização de ações sobre a cidade, mas aí eu acho que está longe de acontecer (PROF. 2).

Políticas públicas sejam geradas visando a questão de sustentabilidade, agora, enfim, uma coisa é gerar políticas públicas e a outra é colocar na prática né, então, a gente vê que em algumas gestões isso ocorre de forma mais efetiva e em outras de uma forma mais secundária, dizemos assim, não com uma preocupação assim tão forte, não como prioridade (PROF. 1).

Para os *stakeholders* secretários e gestores, a criação e implementação de políticas públicas é fundamental, e no caso de Porto Alegre, todas as políticas públicas fazem parte do modelo de gestão, conforme relatos na sequência:

A sustentabilidade não é uma coisa que você tem entrega somente numa ação específica você precisa de um embasamento dado pela execução das políticas públicas para que isso aconteça (SECRET. 3).

Nós temos uma uma visão de futuro de longo prazo que é ser referência em qualidade de vida, reconhecimento excelência em prestação de serviços sustentáveis, esse é o nosso norte, como que você atende isso, você tem 3 grandes eixos que sustentam as políticas públicas, o eixo da ambiência, o eixo social e o eixo que da base que a gente chama de eixo de gestão, são os alavancadores desses processo (GESTOR 4).

As políticas públicas, segundo Maniglia; Costa (2012), são importantes para o estabelecimento de metas e diretrizes, que com a colaboração dos diversos

stakeholders na sua formulação visam a melhoria da gestão das cidades. Para os autores, não tem como dissociar a criação de políticas públicas eficientes quando se busca melhorar a sustentabilidade urbana.

Também, de acordo com Silva; Souza-Lima (2010), Biason (2012), a criação de políticas públicas deve considerar em seus planejamentos os aspectos, sociais, econômicos e ambientais, bem como, o envolvimento dos diferentes *stakeholders*, tanto na fase de planejamento, quanto da implementação e controle.

O Quadro 19 apresenta a triangulação das informações, comparando as categorias de análise, as quais foram estabelecidas de acordo com o referencial teórico e eixos do PCS, com as técnicas de coleta de dados, as quais se deram através de entrevista, análise documental e observação não-participante.

Quadro 19 - Triangulação das informações de acordo com as categorias de análise e achados da pesquisa

Categorias de análise	Achados do Referencial/ Eixos PCS	Relatos das entrevistas/ Observação não-participante	Análise documental
Planejamento	Planejamento urbano um dos aspectos mais importantes na busca da sustentabilidade (MCCORMICK et al., 2013; LEITE, 2012).	Porto Alegre perdeu sua capacidade de planejamento (GESTOR 1) Ter visão de planejamento a curto, médio e longo prazo (GESTOR 1). Não há planejamento, um consenso de que Porto Alegre queremos (INSTITUIÇÃO 3).	Plano Plurianual; Programa de Metas. Modelo de gestão de Porto Alegre, que compreende os Programas Estratégicos de Gestão.
Informação	Informação aspecto importante e indispensável na toma de decisão (MOLDAN; JANOUSKOVÁ, HÁK (2012). Transparência e informação essenciais para sustentabilidade (PNUD, 2016).	Segundo gestores deve haver transparência nas informações; A informação muitas vezes não chega até a comunidade (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES). Não tenho informação de como poderia participar (PROF.1).	Plataforma do Programa Cidades Sustentáveis; Procempa e Observatório de Porto Alegre.
Participação das pessoas	Engajamento, participação, colaboração dos <i>stakeholders</i> essenciais para planejamento urbano (AXELSSON et al.	Transparência, envolvimento, participação (GESTOR 2); Maior engajamento e participação (INSTITUIÇÃO 1);	Orçamento participativo; Porto Alegre das Pessoas.

	2013; KLOPP; PETRETTA, 2016).	Precisamos ser ouvidos (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES).	
Resiliência	Cidades mais inclusivas (ONUBR, 2015; PNUD, 2016); Importante para o desenvolvimento sustentável (GUERRY et al., 2015).	Nós temos um projeto de resiliência...relação sustentabilidade, resiliência muito forte (GESTOR 2); Dificil dissociar resiliência de sustentabilidade (SECRET. 1). Ali na resiliência a transparência é prioridade (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES).	Projeto de resiliência; Procempa e Observatório de Porto Alegre. Porto Alegre das Pessoas.
Qualidade de vida	Saúde; transporte público; qualificação profissional, saneamento básico, infraestrutura são aspectos de qualidade de vida (MARANS, 2015; LLACUNA, 2015).	Um dos benefícios da sustentabilidade é qualidade de vida (GESTOR 3); qualidade de vida e sustentabilidade (ONGS, PROF. EMPRESAS).	Projetos desenvolvidos; Relatório de Atividades; Porto Alegre das Pessoas.
Revitalização	Importância da revitalização, conservação e consciência no uso dos recursos naturais (LEITE, 2012; PNUD, 2016)	A questão da revitalização das praças (INSTITUIÇÃO 3); Quarto distrito que envolve mais ações de preocupação ambiental (PROF. 2) Projeto Adote uma Praça (EMPR. 2).	Projeto Adote um Praça; Decreto 2016 de Eficiência Energética; Relatório de Atividades; Porto Alegre das Pessoas; Plataforma PCS.
Mobilidade Urbana	Cidades enfrentam grandes desafios de mobilidade urbana, em que diversos modos de transporte interligados e acessíveis são fundamentais (ALONSO et al. 2015; BRASIL, 2012).	Avanços em relação a construção de ciclovias, corredores de ônibus (GESTOR 2) A mobilidade urbana avançou um pouco, teria que melhorar muito mais (INSTITUIÇÃO 1)	Plano Diretor Cicloviário Integrado; Relatório de Atividades; Plano Plurianual; Porto Alegre das Pessoas. Plataforma PCS.
Políticas Públicas	Elabora políticas publicas voltada para o planejamento da cidade sob a ótica do <i>Triple Bottom Line</i> (SILVA; SOUZA-LIMA, 2012). Políticas públicas importantes para o estabelecimento das diretrizes de projetos (MANIGLIA; COSTA, 2012).	Políticas públicas sejam geradas visando a questão da sustentabilidade (PROF.1); Porto Alegre tem três grandes eixos que sustentam as Políticas Públicas: ambiência, gestão; social (GESTOR, 4).	Plano Plurianual; Programa de Metas. Modelo de gestão de Porto Alegre, que compreende os Programas Estratégicos de Gestão. Plataforma PCS.

Fonte: Autora (2017).

A partir do Quadro 19, é possível inferir que as categorias que foram selecionadas a priori em consonância ao referencial teórico e aos eixos do PCS vem ao encontro do que foi encontrado através das técnicas de coleta de dados, confirmando assim a relevância das mesmas para o estudo de sustentabilidade em cidades.

Categorias e análises que compartilham com a ideia que sustentabilidade das cidades deve perpassar por planejamento e criação de políticas públicas que contemplem projetos de mobilidade urbana, revitalização, resiliência, aspectos relacionados à melhoria da qualidade de vida das cidades. A informação e participação das pessoas devem ser vistas como fundamentais para que essas políticas públicas venham ao encontro das reais necessidades da população e do local onde elas moram.

Após responder aos objetivos da pesquisa e analisar as categorias selecionadas, buscou-se também verificar qual a visão dos entrevistados em relação à sustentabilidade urbana de Porto Alegre, e se os projetos citados pelos mesmos vinham ao encontro das necessidades da população, conforme apresentado no item 4.5.

4.5 Análise e discussão de sustentabilidade urbana sob o ponto de vista dos entrevistados

Através dos resultados obtidos e das entrevistas realizadas, buscou-se também verificar qual era a visão dos entrevistados com relação a sustentabilidade urbana de Porto Alegre:

Pra mim uma cidade se constrói de maneira sustentável, quanto mais democrático são os seus projetos de desenvolvimento, quanto mais eles representam todos os diferentes segmentos e todas as diferentes dimensões do desenvolvimento da cidade pois muitas vezes acontece projetos só empresariais, com predomínio só da visão econômica, ou projetos das comunidade, com predomínio só do social, ou projetos ambientais com predomínio só ambiental ou projetos do governo com predomínio só da área pública e institucional, quando na verdade nós temos que ser capazes de envolver a todos (GESTOR 1).

Eu acredito que o primeiro passo para uma sociedade mais justa é a equidade entre os cidadãos de Porto Alegre, então que todos tenham direitos iguais, partindo disso a gente tem uma constituição que precisa ser cumprida como base para que se tenha qualquer acordo local, no caso a cidade de Porto Alegre, então nós partimos desse pressuposto, e a partir desse pressuposto nós temos direito a uma vida saudável a um ambiente

saudável pra isso, então, isso de certa forma perpassa toda a cidade, mas alguns mais que outros e é aí nesse recorte que a gente trabalha dando essa ênfase que a prioridade da cidade é a questão social (INSTITUIÇÃO 5).

Os entrevistados consideram muito importante que o planejamento da cidade, se dê de forma a contemplar os aspectos sociais, econômicos e ambientais, conforme o *triple botom line*, no entanto, evidenciam que dependendo do projeto, o impacto de algum aspecto pode ser maior.

Eu creio que o econômico, social e ambiental deve ter igualdade, mas acho que algum em determinado projeto o impacto é maior (INSTITUIÇÃO 4).

Na verdade, os três têm que andar junto sabe, no fim, até como bióloga a gente deixa o econômico um pouco de lado, mas acho que isso já mudou um pouco, até porque o econômico tu acabas mostrando que economicamente é melhor tu ser ambientalmente correto, então acho que já é bem balanceado e tem que ser né (INSTITUIÇÃO 2).

Esse conceito de desenvolvimento sustentável ele parte da premissa de que é necessário um equilíbrio entre as dimensões, nem sempre todas elas vão ter o mesmo peso em uma determinada ação ou decisão, então, pode ser que exista ações que privilegiem mais o dado econômico em uma dado momento e ações que privilegiem mais o lado social em outro, mas o que importa que no conjunto das ações elas tem que ter esse equilíbrio (PROF. 6).

Eu acho que igualitária, pois a gente está falando em um sistema né de sustentabilidade, é difícil a gente pensar mais num em relação ao comportamento do outro né, eu acho que tem que pensar a sustentabilidade como sendo o principal foco da gestão e entender como atacar eles em paralelos (PROF. 5).

Também nessa etapa, além dos projetos desenvolvidos em POA, buscou-se verificar o que os diversos atores consideravam para uma cidade ser sustentável. O grupo de gestores públicos destacaram a democracia como aspectos fundamental para uma gestão urbana sustentável: *“democracia é a capacidade da cidade construir-se democraticamente, desde as experiências mais singelas da comunidade local até as grandes questões urbanas que devem ser enfrentadas numa cidade” (GESTOR 2).*

Outro fator importante em relação a sustentabilidade urbana foi de prestar atenção à opinião dos entrevistados sobre se eles consideravam que os projetos desenvolvidos vinham ao encontro das necessidades da população de Porto Alegre:

Eu acho que tudo que é criado dentro da cidade pra nós, tudo é favorável, tudo tem um objetivo, só que claro, a gente sabe que dentro de tudo que é

criado tem lacunas, então eu volto a te dizer, que as vezes não é o projeto em si, mas pessoas que fazem parte, as pessoas que são beneficiadas, as pessoas que trabalham no projeto, as pessoas que são voluntárias no projeto, a mídia em si, poderia ajudar muito sabe a esclarecer melhor para as pessoas, só que muitas vezes ela piora a situação, enfim a gente está vivendo uma época bem difícil mesmo (ASSOCIAÇÃO MORADORES).

De uma forma geral, os diferentes *stakeholders* entrevistados retrataram que a busca pela sustentabilidade urbana deve perpassar pelos aspectos sociais, econômicos, ambientais e institucionais e que a participação e o engajamento de todos se tornam fundamentais quando se busca excelência em um projeto. A cidade de Porto Alegre precisa avançar em todos os aspectos para o alcance da sustentabilidade urbana, ou seja, tem um grande desafio para os próximos anos.

De acordo com a fase da observação e das entrevistas, os principais pontos relacionados à sustentabilidade urbana de Porto Alegre que tiveram avanços nos últimos quatro anos e que merecem atenção estão voltados à obilidade urbana, conservação dos espaços públicos, políticas públicas de inclusão social e de conscientização dos cidadãos em relação aos recursos naturais, políticas públicas que englobem educação, saúde, dentre outros.

Seguem-se autores como Lundqvist (2007), Romero (2009), Xingkuan; Shan (2011), Feiock et al. (2014); Medved (2016), quando consideram que o planejamento urbano é um grande desafio para as cidades que buscam a sustentabilidade, sendo que a integração entre os diversos setores e o engajamento dos diferentes atores se tornam essenciais para o desenvolvimento urbano sustentável. Ou seja, políticas públicas bem elaboradas são prioridades para um desenvolvimento urbano sustentável que tenha como premissa conceito defendido por Brundtland, em que considera as dimensões da sustentabilidade da *Triple Bottom Line*.

Após conhecer a visão dos entrevistados sobre a sustentabilidade urbana de Porto Alegre, fez-se uma análise conforme item 4.6 sobre a Teoria de *Stakeholders*, a qual foi adotada nesse estudo, fazendo uma discussão sobre o que os entrevistados relataram nas entrevistas sobre a participação dos diferentes atores para uma gestão urbana sustentável e o que a literatura apresenta como relevante.

4.6 Análise e discussão em relação a Teoria de *Stakeholders*

Quando se analisou a Teoria dos *Stakeholders* na visão dos gestores, verificou-se que todos consideram importante a participação dos diversos atores em

relação à tomada de decisão por parte da gestão pública municipal quanto a aplicação de recursos e melhorias de ações no município e isso pode ser comprovado conforme fala na sequência, obtida durante as entrevistas:

Nos tentamos trabalhar a ideia de governança em que a experiência de governo ela não se dá mais como produtora de serviços, mas como criadora de um ambiente de envolvimento de toda a sociedade na construção dos projetos da cidade, então pra nós governança é quando o governo governa junto com a sociedade né, envolvendo necessariamente a iniciativa privada, o terceiro setor, as comunidade locais, as universidades, e a gente procura aplicar esse projeto nas nossas várias experiências (GESTOR 2).

*Eu acho que uma cidade que se diz sustentável, deveria ter pelo menos uma atuação mais forte no sentido de ouvir seus habitantes em relação aquelas implementações que estão sendo realizadas ou por decisão do prefeito ou por votação da câmara de vereadores (PROF. 4)
Então sabe a prefeitura poderia pensar melhor a questão da inclusão de abrir mais as portas para a comunidade sabe, porque são eles (jovens) que são o futuro. (ASSOCIAÇÃO MORADORES).*

Os demais *stakeholders* entrevistados também acenam para importância da participação dos diversos atores, visto que, uma gestão pública sustentável é dependente da colaboração da sociedade, das empresas privadas, das associações/ONGs, das universidades, dentre outros, ou seja, a determinação de um projeto deve perpassar por esses atores. Um ponto importante é que as cidades e em especial Porto Alegre necessita de um plano diretor mais participativo e transparente, dado que através desse plano são determinados os principais projetos, os responsáveis pela execução, as pessoas envolvidas e beneficiadas. Então uma cidade para ser sustentável deve ter um planejamento eficaz com participação e engajamento de todos.

Freeman (2001), Freeman (2004), Lyra; Gomes; Jacovine (2009), Verbeke; Tung (2012) reiteram que o envolvimento dos diferentes atores no processo de desenvolvimento urbano sustentável é de extrema importância, principalmente na busca da melhoria do desempenho da cidade. Para os mesmos, a participação e envolvimento dos diferentes *stakeholders* é fundamental na elaboração e implementação de políticas públicas municipais que visem o desenvolvimento local sustentável.

Ou seja, não há como pensar em desenvolvimento urbano, sustentabilidade urbana sem que haja a colaboração dos diversos *stakeholders*. Dessa forma, para o estudo fica comprovada a relevância da escolha da Teoria de *Stakeholders* como

norteadora da pesquisa, e isso fica evidenciado quando dos relatos dos entrevistados, não há como ser sustentável sem a participação e envolvimento dos diferentes atores, nem como criar políticas públicas que não contemplem as necessidades da população. Em Porto Alegre, ainda há um longo caminho a percorrer para se alcançar a sustentabilidade urbana, mas, se os projetos e políticas públicas forem construídas em conjunto, é possível avançar mais em sustentabilidade.

Diante do exposto, é possível compreender que a principal contribuição da pesquisa se relaciona com o avanço no estudo de sustentabilidade urbana, concluindo que a Teoria de *Stakeholders* é o foco para o avanço da sustentabilidade das cidades, em que a participação dos diferentes atores para planejamento e elaboração de políticas públicas são primordiais para a gestão municipal, comprovado através das análises realizadas no estudo. Outra descoberta está na elaboração e implementação de políticas públicas, a importância de se pensar políticas públicas voltadas para o interesse e a necessidade dos cidadãos, por isso da participação dos *stakeholders* conforme mencionado anteriormente. O exemplo de Porto Alegre pode servir de ferramenta para outras cidades que visam a sustentabilidade de suas cidades.

5 CONCLUSÃO

Cidade Sustentável é um tema que merece atenção, sendo visto como um desafio para gestores públicos de como planejar e organizar uma cidade que ofereça qualidade de vida para seus cidadãos, utilizando dos recursos de forma eficiente. Dessa forma, o estudo apresenta as principais conclusões que evidenciam como a utilização do PCS contribui para a gestão urbana sustentável.

Com relação ao primeiro objetivo específico, o qual buscou identificar os indicadores assinados por Porto Alegre de acordo com o PCS, verificou-se que a seleção dos 40 indicadores se deu de acordo com a demanda de cada secretaria. Conclui-se, assim, que os avanços compreenderam os indicadores relacionados aos Eixos: Governança, Bens Naturais Comuns, Planejamento e Desenho Urbano, Educação para a Sustentabilidade e Qualidade de Vida, Economia Local, Dinâmica, Criativa e Sustentável, Consumo Responsável e Opção de Estilo de Vida, Melhor Mobilidade, Menos Tráfego e Ação Local para a Saúde. Os indicadores que compõem esses eixos foram atualizados demonstrando avanços, no entanto, as atualizações dos indicadores não ocorreram anualmente, não sendo possível inferir que os indicadores atingiram a meta proposta para 2016.

Ainda sobre o primeiro objetivo específico, o Eixo Cultura para a Sustentabilidade não foi encontrado nos documentos pesquisados atualizações sobre os indicadores, não sendo possível verificar se houve avanços. A questão da falta de atualização dos indicadores junto à Plataforma do PCS não vem ao encontro do que foi percebido durante as visitas e entrevistas com os *Stakeholders* Gestores, em que os mesmos se diziam comprometidos com o acompanhamento e atualização dos indicadores. Os indicadores que compreendem esse eixo estão diretamente relacionados à educação e cultura, aspectos relevantes quando se busca a sustentabilidade.

O segundo objetivo específico buscou descrever a partir do PCS os projetos desenvolvidos por Porto Alegre, concluindo-se que muitos foram os projetos realizados, desde a qualificação profissional buscando a inserção das pessoas no mercado de trabalho, passando por projetos desenvolvidos na área ambiental relacionados ao tratamento de água e esgoto, arborização e manutenção de praças e parques, investimentos em saúde, em especial à crianças e gestantes, projetos relacionados à mobilidade, através da criação de ciclovias, educação no trânsito,

dentre outros, informações estas apresentados pelos *Stakeholders* Gestores e também encontrados em análise documental.

Em contrapartida, os demais *stakeholders* Instituições, Secretários, Professores, Empresas e Associação de Moradores salientam que a gestão pública municipal deve repensar seus planejamentos, construindo projetos com maior engajamento e participação da comunidade. Para os mesmos, são muitos os projetos que ainda devem ser desenvolvidos para que Porto Alegre avance na Sustentabilidade e com isso melhore a qualidade de vida dos cidadãos. No entanto, a criação de Políticas Públicas se torna fundamental no processo, ressaltando que as mesmas devem ser planejadas de acordo com a demanda e necessidades da população.

O terceiro objetivo específico buscou a contribuição que o PCS trouxe para Porto Alegre e, de acordo com as entrevistas realizadas, na visão dos *Stakeholders* Professores, Instituições, Empresas e Associação de Moradores, os mesmos não demonstraram ter conhecimento do Programa, com relação a assinatura de Porto Alegre junto ao PCS, os entrevistados acreditam que deveriam ter havido mais divulgação para a comunidade, para que assim as pessoas tivessem a possibilidade de se engajarem e participarem nos planejamentos e desenvolvimento das ações.

Para os *Stakeholders* Gestores e Secretários, o PCS se mostrou uma ferramenta muito importante, permitindo uma maior transparência de informação do que está sendo realizado na cidade, visto que na plataforma do programa constam os indicadores que foram assinados e a atualização dos mesmos. Ainda, segundo os gestores e secretários, a ferramenta PCS auxilia na tomada de decisão de como e onde investir os recursos, ou seja, mostra uma ferramenta eficaz para os municípios que buscam melhorar a gestão urbana com vista a sustentabilidade e qualidade de vida.

Ressalta-se também que em nenhum momento foi relatado nas entrevistas e encontrado em documentos limitações em relação à utilização da ferramenta PCS, os gestores entrevistados evidenciaram a importância da ferramenta e a facilidade de aplicação da mesma nos municípios, inclusive eles consideram como um importante instrumento para os municípios que não possuem nenhuma outra estratégia de mostrar para a população as ações que estão sendo realizadas, servindo também para os gestores melhorarem seus planejamentos. Outro fator positivo é que o PCS permite que os municípios tenham acesso total aos dados das

demais cidades que assinaram o PCS, podendo comparar a situação de cada município em relação ao atingimento de metas. Os gestores também podem se utilizar da ferramenta para trocar informações em relação a projetos, ações, programas com outros municípios que assinaram os mesmos indicadores. A plataforma apresenta também diversos materiais com exemplos de ações desenvolvidas pelos municípios, que podem auxiliar os mesmos no planejamento urbano.

Dessa forma, foi possível verificar que a sustentabilidade urbana deve ser considerada sob diversas perspectivas. A Teoria dos *Stakeholders* foi norteadora desse estudo, identifica que, quando se busca fazer uma avaliação, análise ou planejamento, é necessário considerar todos os atores envolvidos. Um planejamento urbano quando alicerçado em metas e objetivos, depende de diversos atores, sejam eles gestores públicos, instituições, universidades, empresas privadas, sociedade civil e representantes da comunidade em geral para conseguir seu desenvolvimento pleno.

É praticamente consenso na literatura, apresentada no capítulo 2, que a sustentabilidade das cidades perpassa por um planejamento urbano, que considere em suas análises as dimensões, sociais, econômicas e ambientais. Para tanto, ficou evidente no estudo a importância da participação de diversos *Stakeholders* no processo de planejamento e implantação de qualquer projeto, programa ou ação.

Uma cidade sustentável deve oferecer a seus cidadãos qualidade de vida e pensar em políticas públicas eficientes, em relação à saúde, educação, oportunidades de trabalho, mobilidade urbana, segurança, dentre outros. Em consonância a isso, ter ferramentas que auxiliem os gestores para uma melhor tomada de decisão. Assim, o Programa Cidades Sustentáveis se mostrou uma relevante ferramenta, para os gestores que almejam melhorar a sustentabilidade urbana de seus municípios.

No caso de Porto Alegre, muitos foram os projetos desenvolvidos na busca de melhorar a sustentabilidade, mas também verificou-se que são muitos os desafios ainda a serem enfrentados. Se houver participação e engajamento de todos, é possível avançar ainda mais em sustentabilidade, isso pode ser evidenciado nas categorias selecionadas para análise, as quais demonstraram que ainda há muitos desafios a enfrentar para que Porto Alegre avance na sustentabilidade, além de informação, participação das pessoas para a busca da sustentabilidade. Alicerçada a

isso há necessidade de melhorar o planejamento urbano, criando políticas públicas mais inclusivas e participativas.

Ou seja, cada vez mais os municípios devem atuar em prol de um “Crescimento Inteligente”, um planejamento de políticas locais de crescimento. O Crescimento Inteligente visa a mudança de valores, prioridades e perspectivas pensadas em um curto prazo, para uma visão mais ampla, holística de longo prazo, abrangendo ambos os processos políticos e de colaboração em uma perspectiva mais espacial.

Dessa forma, conclui-se que as principais contribuições acadêmicas e gerencias da pesquisa, estão relacionadas à inserção e importância de se analisar a sustentabilidade das cidades sob a ótica da Teoria dos *Stakeholders* e o quão é salutar considerar na elaboração de políticas públicas municipais a participação e engajamento dos diversos atores, visto que as mesmas devem ser construídas no intuito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

Após as análises e respondendo aos pressupostos da pesquisa, verifica-se que em relação a contribuição do PCS para a melhoria da sustentabilidade, fica comprovado que é uma ferramenta importante de gestão, e que a aplicação em Porto Alegre resultou em projetos que contribuíram para uma gestão urbana sustentável.

Quanto a Teoria de *Stakeholders* se aplicar em cidades, o estudo não confirma, mesmo sendo Porto Alegre uma cidade que trabalha sustentabilidade por mais de 40 anos, cidade referência no Projeto do Orçamento Participativo, o qual tem como premissa a participação dos atores, cidade referência internacionalmente em projetos voltados a cidades inteligentes. Realça-se o Projeto do Observatório de Porto Alegre, através do georeferenciamento dos indicadores. Ou seja, mesmo sendo uma cidade com preocupação de gestão urbana sustentável, a mesma não aplica a Teoria de *Stakeholder* na gestão municipal, através da participação dos diversos atores no planejamento e implementação de seus projetos. Essa constatação da pesquisa se torna ainda mais relevante, quando se verifica nos estudos a dificuldade que as cidades brasileiras enfrentam na gestão urbana de seus municípios.

E, quando se analisa gestão urbana, é importante que sejam repensadas as formas dos gestores planejarem as políticas públicas, para que sejam mais inclusivas e participativas e que as mesmas sejam mantidas não importando qual governo está a frente da gestão do município. Durante o estudo, o município de Porto Alegre passou por transição de governo, e nessa troca a gestão atual não assinou o compromisso junto ao PCS mesmo a ferramenta se mostrando relevante para a

sustentabilidade. Assim, fica como sugestão para novas pesquisas analisar se a participação dos diversos atores através da Teoria de *Stakeholders* influencia os novos gestores a dar continuidade em projetos e políticas públicas que estão apresentando resultados positivos.

Ainda, sugere-se a realização de outras pesquisas incluindo os demais Estados em que os municípios assinaram a carta junto ao PCS com intuito de verificar quais outros projetos foram realizados como forma de contribuir para a melhoria da gestão das cidades, afim de que seja possível fazer uma análise comparativa de dados.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A; MONZÓN, A; CASCAJO, R. Comparative analysis of passenger transport sustainability in European cities. **Ecological Indicators**. v. 48. 2015. p. 578-592.
- ASIF, M. SEARCY, C.; ZUTSHI, A.; FISSCHER, O.A.M. Na integrated management systems approach to corporate social responsibility. **Journal of Cleaner Production**. v.56. 2013. P. 7-17. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652611004203>>. Acesso em: 09. mar. 2017.
- AXELSSON, R.; ANGELSTAM, P.; DEGERMAN, E.; TEITELBAUM, S.; ANDERSSON, K.; ELBAKIDZE, M.; DROTZ, M.K. Social and Cultural Sustainability: Criteria, Indicators, Verifier Variables for Measurement and Maps for Visualization to Support Planning. **AMBIO**. n. 42. 2013. p. 215-228.
- BARDACH, E. **A Practical Guide for Policy Analysis**. The Eightfold Path to More Effective Problem Solving. School of Public Policy, University of California, Berkeley. 4th ed. 2011. Disponível em <<https://www.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/international-relations-dam/Teaching/cornerstone/Bardach.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: ed.70.1997.
- BĂȚĂGAN. L. Smart Cities and Sustainability Models. **Informatica Economica**. vol. 15, nº. 3. 2011.
- BAYULKEN, B.; HUISINGH, D. A literature review of historical trends and emerging theoretical approaches for developing sustainable cities (part 1). **Journal of Cleaner Production xxx**. v. 109. 2015. p.11-24.
- BELLEN, H. M.V. **Indicador de Sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV. 2006. 256p.
- BERARDI, U. Sustainability assessment of urban communities through rating systems. **Environment Development Sustainability**. n. 15. 2013. p. 1573-1591.
- BIAGINI, B.; BIERBAUM, R.; STULTS, M.; DOBARDZIC, S.; McNEELY, S. M. A typology of adaptation actions: A global look at climate adaptation actions financed through the Global Environment Facility. **Global Environmental Change**. v.25. 2014. p.97-108.
- BIASON, R. de. C. (org.) **Questões contemporâneas de Políticas Públicas**. ed. Cultura Acadêmica. São Paulo. 2012. 176p.
- BRANDLI, L. L.; KALIL, R. M. L.; ROCHA, V. T. da.; TIEPO, C.; DENARDIN, M. Gestão urbana no Rio Grande do Sul: perspectivas para a sustentabilidade. **Sistemas & Gestão**. v.10. 2015.

BRASIL – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Governança Pública:** referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. Disponível em: < <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/governanca-publica-referencial-basico-de-governanca-aplicavel-a-orgaos-e-entidades-da-administracao-publica-e-acoes-indutoras-de-melhoria-1.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.047, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e dá outras providências. 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm>. Acesso em: 20. mar. 2016.

BRASIL. **LEI 10.406 DE 10 DE JANEIRO DE 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 08. jan. 2016.

BRASIL. **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 24 mar. 2016.

BRASIL. **LEI Nº 10.283, DE 17 DE OUTUBRO DE 1994.** Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Disponível em: < http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12666&hTexto=&Hid_IDNorma=12666>. Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. **LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.** Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm>. Acesso em: 11. jan.2016.

BRASIL. **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 29 mar. 2016.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CABRAL, R. GOTHARDO, J. Princípios da cultura de paz e estratégias de sensibilização em relações públicas no programa cidades sustentáveis. **Revista Electrónica en Iberoamérica Especializada en Comunicación - Razón y Palabra.**v. 8. 2015.

CALIENDO, M. SCHMIDL, R. Youth unemployment and active labor market policies in Europe. **Journal of Labor Policy.** 5.ed. v. 1. 2016. Disponível em: < <https://izajolp.springeropen.com/track/pdf/10.1186/s40173-016-0057-x?site=izajolp.springeropen.com>>. Acesso em: 26 jun.2017.

CAMPOS, V. B. G. **Uma Visão da Mobilidade Urbana Sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2007. Disponível em: <www.fetranspordocs.com.br/.../08umavisaodaMobilidadeUrbanaSustentavel.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2016.

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. Smart Cities in Europe. **Journal of Urban Technology**, 18(2). 2011. p. 65-82.

CARTER, D. Urban Regeneration, Digital Development Strategies and the Knowledge Economy: Manchester Case Study. **Journal of the Knowledge Economy**. v. 4. ed. 2. 2013. p. 169-189.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Mudança estrutural para a igualdade**: Uma visão integrada do desenvolvimento. 2012. Disponível em: <https://www.cepal.org/pses34/noticias/documentosdetrabajo/0/47440/2012-SES-34-Mudanca_estrutural_sintese.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

CIEGIS, R.; RAMANAUSKIENE, J.; STARTIENE, G. Theoretical Reasoning of the Use of Indicators and Indices for Sustainable Development Assessment. **Engineering Economics**. v. 63. n. 4. 2009. p. 33-40.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Recomendações da CVM sobre governança corporativa**. Cartilha de Governança. 2002. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/investidor-em-acao/files/2011/04/cartilha-CVM-Governan%C3%A7a-Corporativa.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

CRESWELL, J., W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEMPSEY, N.; BRAMLEY, G.; POWER, S.; BROWN, C. The social dimension of sustainable development: defining urban social sustainability. **Sustainable Development**. v.19. n.5. 2009. p. 289-300.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introduction**: the discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). Handbook of qualitative research. 2.ed. Thousand Oaks: Sage Publications. 2000. p. 1-28.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The Stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence, and implications. **Academy of Management Review**. v. 20. n. 1. 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/258887>>. Acesso: 10 jan 2016.

DONG, Y.; HAUSCHILD, M.Z. Indicators for environmental sustainability. **CIRP**. n.61. 2017. p. 697-702. Disponível em: <https://ac.els-cdn.com/S2212827116313336/1-s2.0-S2212827116313336-main.pdf?_tid=402c44f8-c881-11e7-ba04-00000aacb362&acdnat=1510584491_a88628734d4ddf1f645539c9cc881a83>. Acesso: 10 set. 2017.

EISENHARDT, K. M. **Building theories from case study research**. Academy of Management Review. v. 14, n.4, pp.532-550.1989.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**. v. 36, n.2. 1994.

FEIOCK, R.C., KRAUSE, R.M., HAWKINS, C. V., CURLEY, C. The Integrated City Sustainability Database. **Urban Affairs Review**.vol. 50(4) .2014.

FREEMAN, R. E. **Stakeholder Theory of the Modern Corporation**. 2001.

Disponível em:

<<https://businessethics.qwriting.qc.cuny.edu/files/2012/01/Freeman.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2016.

FREEMAN, R. E.; MCVEA, J. A Stakeholder Approach to Strategic Management. **University of Virginia**. n. 01-02. 2001. Disponível em:

http://papers.ssrn.com/paper.taf?abstract_id=263511. Acesso em: 13 abr. 2016.

FREEMAN, R.E. **The Stakeholder Approach Revisited**. Zfwu. 2004. Disponível em:

http://www.zfwu.de/fileadmin/pdf/3_2004/Freeman_HansenBodeMossmeyer.pdf. Acesso em: 01 de maio de 2016.

FREEMAN, R.E; WICKS, A.C; PARMAR, B. Stakeholder Theory and “The Corporate Objective Revisited”. **Organization Science**. v.15, n.3. 2004. p.364- 369.

GIFFINGER, R.; GUDRUN, H. Smart cities ranking: an effective instrument for the positioning of cities? **Architecture, City and Environment – ACE**.v.4. Ed.12. 2010. p. 7-25. Disponível em: <

http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/8550/ACE_12_SA_10.pdf?sequence=7&isAllowed=y>. Acesso em: 05 jul.2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. ed.6. São Paulo. Atlas. 2008.

GUERRY, A. D; POLASKY, S; LUBCHENCO, J; CHAPLIN-KRAMER, R; DAILY, G.C; GRIFFIN, R; RUCKELSHAUS, M; BATEMAN, I.J; DURAIAPPAH, A; THOMAS ELMQVIST, T; FELDMAN, M. W; FOLKE, C; HOEKSTRA, J; KAREIVA, P.M; KEELER, B.L; LI, S; MCKENZIE, E; OUYANG, Z; REYERS, B; RICKETTS, T.H; ROCKSTRÖM, J; TALLIS, H; VIRA, B. Natural capital and ecosystem services informing decisions: From promise to practice. **PNAS**. v.112, n.24. 2015. Disponível em: < <http://www.pnas.org/content/112/24/7348.full.pdf>>. Acesso em: 06 jun.2017.

GUEVARA, A. J. de H.; SANTIAGO, C.; CONTI, D. de M.; WEY, F. A debate on The Influence of National Culture in Organizations. **Journal on Innovation and Sustainability** - RISUS. São Paulo. v. 5. n. 2. 2014. p.87-93.

HALLSWORTH, M.; PARKER, S.; RUTTER, J. **Policy making in the real world** - Evidence and Analysis. Institute for Government. 2011. Disponível em: <https://www.instituteforgovernment.org.uk/sites/default/files/publications/Policy%20making%20in%20the%20real%20world.pdf>. Acesso em: 20 fev.2017.

HERRSCHEL, T. Competitiveness AND Sustainability – Can ‘Smart City Regionalism’ 1 Square the Circle? Urban **Studies Special Issue**. v. 50. n. 7. 2013.

HIREMATH, R. B.; BALACHANDRA, P.; KUMAR, B.; BANSODE, S. S.; MURALI, J. Indicator-based urban sustainability – A review. **Energy for Sustainable Development**. n.17. 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0973082613000707>>. Acesso: 16 set. 2016.

HOLDEN, E.; LINNERUD, K.; BANISTER, D. The imperatives of sustainable development. **Sustainable Development**. v. 25. N. 3. 2016. p.213-226.

HUANG, L.; WU, J. YAN, L. Denning and measuring urban sustainability: a review of indicators. **Landscape Ecol**. n. 30. DOI. 10.1007/s10980-015-0208-2. 2015. p. 1175-1193.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Governança em organizações não empresariais**. 2016. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18168>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=43&search=rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 20 abr.2015.

IFAC. International Federation of Accountants. **Comparison of principles**, 2013. Disponível em: <<http://www.ifac.org/sites/default/files/publications/files/Comparison-of-Principles.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2016.

JEBLI, M.B; YOUSSEF, S. B; OZTURK, I. Testing environmental Kuznets curve hypothesis: The role of renewable and non-renewable energy consumption and trade in OECD countries. **Ecological Indicators**. v.60. 2016. p. 824-831. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1470160X15004525>>. Acesso em: 06 jun.2017.

KLOPP, J.M; PETRETTA, D.L. The urban sustainable development goal: Indicators, complexity and the politics of measuring cities. **Cities**.v.63. p.92-97, 2016.

KRAMERS, A.; HÖJER, M.; LÖVEHAGEN, N.; WANGEL, J. Smart sustainable cities e Exploring ICT solutions for reduced energy use in cities. **Environmental Modelling & Software**. v. 56. p. 52 e 62. 2014.

KUNCHAMBOO, V.; LEE, C.K.C.; BRACE-GOVAN, J. Nature as extended-self: Sacred nature relationship and implications for responsible consumption behavior. **Journal of Business Research**. v. 74. 2017. p.126-132.

LAURIAN, L.; WALKER, M.; CRAEFORD, J. Implementing Environmental Sustainability in Local Government: The Impacts of Framing, Agency Culture, and Structure in US Cities and Counties. **International Journal of Public Administration**. v. 40. 2016. p.270-283. Disponível em <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01900692.2015.1107738?src=recsys>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LEITE, C. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre. ed. Bookman. 2012.

LEITE, C.; TELLO, R. **Indicadores de sustentabilidade no desenvolvimento imobiliário urbano: relatório de pesquisa**. São Paulo. Fundação Dom Cabral. 2010.

LIN, Z.; YIN, M.; FEYGIN, S.; SCHEEHAN, M.; PAIEMENT, J. F.; POZDNOUKHOV, A. **Deep Generative Models of Urban Mobility**. 2017. p. 13-17. <http://faculty.ce.berkeley.edu/pozdnukhov/papers/Deep_Generative_Mobility.pdf>. Acesso: 30 set. 2017.

LLACUNA, M. L. M.; LLINÀS, J. C.; FRIGOLA, J. M. Lessons in urban monitoring taken from sustainable and livable cities to better address the Smart Cities initiative. **Technological Forecasting & Social Change**. v. 90. 2015. p.611-622.

LUNDQVIST, M. **Sustainable Cities in Theory and Practice**. A Comparative Study of Curitiba and Portland. Karlstads Universitet. 2007. Disponível em: <<https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:4809/FULLTEXT01.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

LYRA, M. G.; GOMES, R. C.; JACOVINE, L. A. G. O Papel dos Stakeholders na Sustentabilidade da Empresa: Contribuições para Construção de um Modelo de Análise. **Revista de Administração Contemporânea – Anpad**. v.13. 2009.

MANIGLIA, E.; COSTA, Y. F. da. **Direito e políticas públicas de sustentabilidade**. Ribeirão Preto: Legis Summa. 2.ed. n. 312. 2012.

MARANS, R.W. Quality of urban life & environmental sustainability studies: Future linkage opportunities. **Habitat International**. n. 45. 2015. p.47-52.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, H. F.; MARINI, C. Governança Pública Contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. **Revista TCU**. 2014. Disponível em: <<http://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/40>>. Acesso em: 04. Jun. 2017.

MARTINS, R. D'. A.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. de. L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des)articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. v.44. n.3. 2010.

MCCORMICK, K.; ANDERBERG, S.; COENEN, L.; NEIJ, L. Advancing sustainable urban transformation. **Journal of Cleaner Production**. v.50. 2013. p. 01-11.

MEDVED, P. A contribution to the structural model of autonomous sustainable neighbourhoods: new socio-economical basis for sustainable urban planning. **Journal of Cleaner Production**. v.120. 2016.

MICHAEL, F. L.; NORR, Z. Z.; FIGUEROA, M. J. Review of urban sustainability indicators assessment: Case study between Asian countries. **Habitat International**. n. 44. 2014. p. 491-500.

MINAYO, M.C.de.S.; HARTZ, Z.M.de. A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**.v.5. nº.1. 2000.

MOLDAN, B.; JANOUSKOVÁ, S.; HÁK, T. How to understand and measure environmental sustainability: Indicators and targets. **Ecological Indicators**. n. 17. 2012. p. 4-13.

MORI, K.; CHRISTODOULOU, A. Review of sustainability indices and indicators: Towards a new City Sustainability Index (CSI). **Environmental Impact Assessment Review**. v.32. n. 1. 2012. p. 94-106.

OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Annual Report**. 2008. Disponível em: <<https://www.oecd.org/newsroom/40556222.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

OLIVEIRA, G. B. de.; LIMA, J. E. de. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista. FAE**. Curitiba, v.6, n.1, p.31-37. 2003.

OLIVEIRA, K. K. de.; PEREIRA, R. C. de. A.; SILVA, E.M. dos. S.;NASCIMENTO, E. R. do. Gestão Local para a Sustentabilidade: Um estudo sobre a Implementação do Projeto Urban Leds em Recife, PE. **X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGET**. 2013.

OLIVEIRA, L. R. de.; MEDEIROS, R. M.; TERRA, P. de. B.; QUELHAS, O.L.G. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Produção**. v. 22, n. 1. 2012. p. 70-82.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Versão em português do instrumento da avaliação de qualidade de vida (WHOQOL). 1998. Disponível em: <www.hcpa.ufrgs.br/psiq/whoqol.html>. Acesso em: 15 dez. 2015.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

PANAGOPOULOS, T; DUQUE, J. A. G; DAN, M. B. Urban planning with respect to environmental quality and human well-being. **Environmental Pollution**. v. 208. 2016. p.137-144. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0269749115003711>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

PARMAR, B.; FREEMAN, E. R.; HARRISON, J.S.; WICKS, A.C.; PURNELL, L.; COLLE, S.de. **Stakeholder Theory**: The State of the Art. *Academy of Management*. v. 4, n.1. 2011. p. 403- 445.

PCS - PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Eixos da Plataforma Cidades Sustentáveis**. 2016 a. Disponível em: <<http://www.cidadessustentaveis.org.br/eixos>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

PCS – PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Indicadores separados por eixos**. 2017. Disponível em: < <http://2013-2016.indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/RS/porto-alegre>>. Acesso em: 10 maio 2017.

PCS - PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Indicadores**. 2016 b. Disponível em: <<http://2013-2016.indicadores.cidadessustentaveis.org.br/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

PEREIRA, E.F.; TEIXEIRA, C.S.; SANTOS, A. dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. **Revista Brasileira Educação Física e Esporte**. São Paulo. v.26. nº.2. 2012.

PESSOA, G.P.; BRAGA, R.B. Educação ambiental escolar e qualidade de vida: desafios e possibilidades. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. v. 24. 2010.

PHILLIPS, R. Stakeholder Theory and Organizational Ethics. São Francisco (Estados Unidos da América): **Berett-Koehler Publishers**. Inc. 2003. Disponível em: < <https://www.bkconnection.com/static/stakeholdertheoryPR.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PIRES, S.M; FIDÉLIS, T.; RAMOS, T. B. Measuring and comparing local sustainable development through common indicators: Constraints and achievements in practice. **Cities**. v.39, p. 1-9, 2014.

PISA – PROJETO INTEGRADO SOCIOAMBIENTAL. 2016. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/pisa/default.php?p_secao=3>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PMPA – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (e). **Relatório de Atividades de 2016**. Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Orçamento. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 2017 b. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/relatorio_de_atividades_2016_final.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.

PMPA – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Indicadores**: Porto Alegre em Análise. 2017 a. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. ObservaPOA. Disponível em: <<http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PMPA – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Plano Plurianual 2014-2017**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 2013 b. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/ppa_2014-2017-quarta_atualizacao.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

PMPA – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Plano de Metas para uma Porto Alegre mais Sustentável**. 2013 a. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/plano_de_metas_cidades_sustentaveis.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

PMPA – PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Porto Alegre das Pessoas**. 2016. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/portoalegredaspessoas>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dos ODM aos ODS. 2016. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ODS.aspx>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. 2016. **Plano Diretor de Drenagem Urbana**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p_secao=66>. Acesso em: 14 jul. 2016.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Plano diretor cicloviário integrado de Porto Alegre**. 2008. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/eptc/usu_doc/pdci_relatorio_final.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

PROCEMPA - Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre. **Orçamento Participativo de Porto Alegre**: 25 anos. Porto Alegre: Editora da Cidade / Gráfica Expresso. 2015. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smpeo/usu_doc/livro_orcamento_participativo_de_porto_alegre_-_25_anos.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

PROCEMPA - Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre. **Observa POA**. 2016. Disponível em: http://www.procempa.com.br/default.php?p_secao=64. Acesso em: 16 mar. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA). **Towards a Green Economy: Pathways to sustainable Development and poverty eradication**. 2011. Disponível em: < www.unpe.org/greeneconomy>. Acesso em: 22 jan. 2016.

RAFHAEL, D. Challenges to promoting health in the modern welfare state: The case of the Nordic nations. **Scandinavian Journal of Public Health**. n.42. 2014. P.7-17. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1403494813506522>>. Acesso em: 06 ju.2017.

REED, M.S. Stakeholder participation for environmental management: a literature review. **Biological Conservation**. v.141. n.10. 2008.

ROCHA, J. D.; BURSZTYN, M. A. A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 7, n. 1. 2005. p. 45-52.

ROMERO, M. A. B. **Estratégias Bioclimáticas de Reabilitação Ambiental Adaptadas ao Projeto**. In Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística / Marta Adriana Bustos Romero, org. Brasília: FAU/UnB. 2009.

ROSELAND, M. Dimensions of the eco-city. **Cities**. v.14. n. 4. 1997. p. 197-202.

RUIZ, I.; TIGRE, A. Smart Cities além da tecnologia: gestão e planejamento para inovação urbana. **Cadernos FGV Projetos**, São Paulo. n. 24. 2014. p. 86-94.

RUNHAAR, H.; DRIESSEN, P.; UITTENBROEK, C. Towards a systematic framework for the analysis of Environmental Policy Integration. **Environmental Policy and Governance**. v. 24. 2014. Disponível em: < <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/eet.1647/epdf>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI** - desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SANCHES, R. M.; CICONELLI, R.M. Conceitos de acesso à saúde. **Rev Panam Salud Pública**. v.31. nº.3. 2012. p. 260- 268.

SANDIFER, P.A.; SUTTON-GRIER, A.E. WARD, B.P. Exploring connections among nature, biodiversity, ecosystem services, and human health and well-being: Opportunities to enhance health and biodiversity conservation. **Ecosystem Services**. v. 12. 2015. p. 1–15. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212041614001648>>. Acesso em: 06 jun. 2016.

SHEN, L.; ZHOU, J. Examining the effectiveness of indicators for guiding sustainable urbanization in China. **Habitat International**. v.44. 2014. p. 111-120.

SILVA, C.L. da.; LIMA, J.E.de S. **Políticas Públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva. 2010.

SILVA, G. J. A. da. **Cidades sustentáveis: uma nova condição urbana**. Estudo de caso: Cuiabá-MT. (Tese de doutorado). Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2011.

SILVA, M. E.; CORRÊA, A. P. M.; GOMEZ, C. P. Inovando para o consumo sustentável: O desafio na construção de um novo paradigma organizacional. **Revista de Negócios**. vol. 17, n.3. 2012. p. 72-90.

SILVA, R. M. D.da. Educação, cidadania e agenciamentos formativos nas políticas culturais brasileiras. **Educação & Sociedade**. v.35. n. 127. 2014.

SIMONETTO, E. de. O.; BORENSTEIN, D. Gestão operacional da coleta seletiva de resíduos urbanos – abordagem utilizando um sistema de apoio à decisão. **Gestão & Produção**. v.13, n.3. 2006.

SLAPER, T. F.; HALL, T. J. The Triple Bottom Line: What Is It and How Does It Work?. **Indiana Business Review**, Spring. 2011. Disponível em: <<http://www.ibrc.indiana.edu/ibr/2011/spring/pdfs/article2.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2016.

SOUZA, C. L.; AWAD, J. C. M. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, p. 20-45, 2006.

SPICKERMANN, A.; GRIENITZ, V.; HEIKO, A. Heading towards a multimodal city of the future?: Multi-stakeholder scenarios for urban mobility. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 89. 2014. p. 201-221.

STREZOV, V.; EVANS, A.; EVANS, T.J. Assessment of the Economic, Social and Environmental Dimensions of the Indicators for Sustainable Development. **Sustainable Development**. v.25. n. 3. 2016. p. 242-253.

TORRES, L. H. **Teoria do Stakeholder: um estudo da aplicação do princípio de equidade do stakeholder**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013.

TOTTI, M.E.; AZEVEDO, S. Gestão de Recursos Naturais de uso Comum: Peculiaridades e Abordagens Teóricas. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos (RBRH)**. v 18 ed.3. 2013. p.41-51.

TSENG, M-L; CHIU, S. F; TAN, R.R; SIRIBAN-MANALANG, A. B. Sustainable consumption and produto for Asia: sustainability through green design and practice. **Journal of Cleaner Production**. v.40. 2013. p.1-5. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959652612003538>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

UNESCO. **Culture Urban Future**: Global Report on Culture for Sustainable Urban Development. 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002459/245999e.pdf>>. Acesso 13 mar 2017.

UNESCO. **Education for Sustainable Development (ESD)**. UNESCO. Paris. 2010. Disponível em: <www.unesco.org/en/esd/>. Acesso em: 10 jul. 2015.

UN-HABITAT - United Nations Human Settlements Programme. **Sustainable cities un-habitat practices and perspectives**. 2010. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org>>. Acesso em: 10 set. 2015.

VERBEKE, A.; TUNG, V. The Future of Stakeholder Management Theory: A Temporal Perspective. **Journal of Business Ethics**. v. 112. 3ed. p.529-523. 2012. VOJNOVIC, I. Urban sustainability: Research, politics, policy and practice. **Cities**. n. 41. 2014. p. S30-S44.

WEINGAERTNER, C.; MOBERG, A. Exploring Social Sustainability: Learning from Perspectives on Urban Development and Companies and Products. **Sustainable Development**. ed. 22. 2014. p. 122-133.

WEISS, M.C.; BERNARDES, R. C.; CONSONI, F.L. Cidades inteligentes como nova prática para o gerenciamento dos serviços e infraestruturas urbanas: a experiência da cidade de Porto Alegre. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), v. 7(3). 2015. p. 310-324.

WELLNER, G. Culture and sustainability. **Multilingualism in Cyberspace**. 2016. Disponível em: <http://ifapcom.ru/files/2016/UGRA_ENGL_BLOK_WEB.pdf#page=88>. Acesso em: 20 dez. 2016.

WORLD BANK. **World Development Report 2012**. 2012. Gender Equality and Development. Disponível em:<<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/4391>> Acesso: 20 jun. 2016.

XINGKUAN, W.; SHAN, H. Exploratory post-evaluation of the current situation of sustainable urban development. **Procedia Engineering**. v. 21. 2011. p.1169 – 1172.

YIGITCANLAR, T.; DUR, F.; DIZDAROGLU, D. Towards prosperous sustainable cities: A multiscalar urban sustainability assessment approach. **Habitat International**. v. 45. 2015. p. 36-46.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2.ed. Porto Alegre: Bookman. 2001.

YIN. R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman. 2005.

ZEEMERING, E. Sustainability Management, Strategy and Reform in Local Government. **Journal Public Management Review**. v.1. 2017. p. 1-18. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14719037.2017.1293148>>. Acesso em: 15 jun 2017.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista com Gestores Públicos de Porto Alegre

Nome _____.

Cargo _____.

Tempo de permanência no cargo _____.

- 1) O que você entende por sustentabilidade urbana?
- 2) Você considera importante na gestão urbana os aspectos sociais, econômicos, ambientais e institucionais?
- 3) Algum desses aspectos se mostra mais relevante que os outros?
- 4) Quais foram os Programas sustentáveis implantadas em POA entre 2013 e 2016?
- 5) Porto Alegre adotou algum Programa na atual gestão que contribuiu para a sustentabilidade urbana? Qual ou quais?
- 6) Que benefícios você identifica que esses Programas sustentáveis trouxeram para Porto Alegre?
- 7) Você considera que essas ações implantadas vem ao encontro as necessidades da população?
- 8) Quais políticas de governo municipal promovem a sustentabilidade?
- 9) Você considera que algumas ações sustentáveis são prioritárias? Quais seriam essas ações?
- 10) Quanto do orçamento do município foi destinado a Programas de sustentabilidade no ano de 2013-2016?
- 11) Fique à vontade para dizer algo que não foi questionado, ou para seus comentários sobre o tema

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista para os cidadãos e instituições de Porto Alegre

Nome _____.

Idade _____.

Há quantos anos reside em Porto Alegre _____

1) Sobre sustentabilidade urbana o que você conhece do Programa Cidades Sustentáveis?

2) Você acha (acredita) que a gestão municipal de POA tem preocupação com a sustentabilidade?

3) Você considera que houve avanços com relação sustentabilidade em POA nos últimos 4 anos?

4) Você acha importante considerar na gestão urbana os aspectos, sociais, econômicos, ambientais e institucionais?

5) Algum dos aspectos anteriores se mostram mais relevantes que outros?

6) Quais foram as ações sustentáveis implantadas em POA que você destacaria?

7) Que benefícios você identifica que essas ações sustentáveis trouxeram para Porto Alegre?

8) Você considera que essas ações implantadas vem ao encontro das necessidades da população?

9) Você considera que algumas ações sustentáveis são prioritárias? Quais seriam essas ações?

10) Fique à vontade para dizer algo que não foi questionado, ou para seus comentários sobre o tema.